



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**

EFIGÊNIO TEIXEIRA LIMA JÚNIOR

**“É PRECISO ESTAR ATENTO E FORTE”:
ENSINO DE HISTÓRIA, DITADURA E DEMOCRACIA (GLÓRIA, BAHIA) - SEQUÊNCIA
DIDÁTICA E FEIRA DE ARTE E DE CULTURA**

São Cristóvão – SE

2026

EFIGÊNIO TEIXEIRA LIMA JÚNIOR

“É PRECISO ESTAR ATENTO E FORTE”:

**ENSINO DE HISTÓRIA, DITADURA E DEMOCRACIA (GLÓRIA, BAHIA) - SEQUÊNCIA
DIDÁTICA E FEIRA DE ARTE E DE CULTURACULTURA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA da Universidade Federal de Sergipe – UFS, como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Área de Concentração: Ensino de História

Linha de Pesquisa: Linguagens e narrativas históricas: produção e difusão

Orientador: Prof. Dr. José Vieira da Cruz

São Cristóvão – SE

2026

Ata da Defesa EFIGENIO TEXEIRA LIMA JÚNIOR, do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, da Universidade Federal de Sergipe, ocorrida no dia 15 de maio de 2026.

Ao décimo quinto dia do mês de maio de 2026, às 14h, na sala < <https://conferenciaweb.rnp.br/sala/jose-833> >, reuniu-se em sessão pública a banca examinadora aprovada pelo Colegiado do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, constituída pelos Prof (a). Dr (a). JOSE VIEIRA DA CRUZ (Orientador(a)), Prof (a). Dr (a). SHEYLA FARIAS SILVA, Prof (a). Dr (a). CARLA TACIANE FIGUEIRÊDO e Prof (a). Dr (a). ANDERSON DA SILVA ALMEIDA. Iniciados os trabalhos, a presidência deu conhecimento aos membros da banca e o (a) candidato (a) das normas que regem o Exame de Defesa. A seguir, o(a) mestrando(a) iniciou seu Exame, apresentando seu projeto de Defesa **“É PRECISO ESTAR ATENTO E FORTE”: ENSINO DE HISTÓRIA, DITADURA E DEMOCRACIA (GLÓRIA, BAHIA) - SEQUÊNCIA DIDÁTICA E FEIRA DE ARTE E DE CULTURA**. Na Linha de Pesquisa: **SABERES HISTÓRICOS NO ESPAÇO ESCOLAR**. Os membros da banca formularam questões para serem respondidas pelo(a) mestrando(a). Após suas respostas, procedeu-se o julgamento da Defesa, sendo o(a) mestrando(a) considerado(a) **Aprovado com recomendação para publicação e para o prêmio CAPES.**

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da banca examinadora. Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos (São Cristóvão), 15 de maio de 2026.

Documento assinado digitalmente



JOSE VIEIRA DA CRUZ
Data: 16/05/2026 04:49:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). Dr(a). JOSE VIEIRA DA CRUZ

Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - UFS

Documento assinado digitalmente



SHEYLA FARIAS SILVA
Data: 16/05/2026 10:03:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). Dr(a). SHEYLA FARIAS SILVA

Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - UFS

Documento assinado digitalmente



CARLA TACIANE FIGUEIREDO
Data: 16/05/2026 08:43:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). Dr(a). CARLA TACIANE FIGUEIRÊDO

Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Documento assinado digitalmente



ANDERSON DA SILVA ALMEIDA
Data: 16/05/2026 09:02:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). Dr(a). ANDERSON DA SILVA ALMEIDA

Programa de Pós-Graduação em História - UFAL

Documento assinado digitalmente



EFIGENIO TEXEIRA LIMA JUNIOR
Data: 16/05/2026 11:25:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

EFIGENIO TEXEIRA LIMA JÚNIOR

*Ao meu tio Antônio (In memoriam) que em vida
me ensinou a importância da memória de um
povo, e o poder da palavra para transmitir para
futuras gerações.*

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

L732p Lima Junior, Efigênio Teixeira Lima
 “É preciso estar atento e forte” Ensino de História, ditadura e
 democracia (Glória, Bahia) - Sequência didática e feira de arte e
 cultura / Efigênio Teixeira Lima Júnior; orientador José Vieira
 Cruz. – São Cristóvão, SE, 2026.
 140 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em História) Universidade
Federal de Sergipe, 2026.

1. História - Estudo e ensino – Glória (BA). 2. Ditadura. 3.
Democracia. 4. Ensino – Metodologia. 5. Artes na educação. 6. Arte
- Exposições. I. Cruz, José Vieira, orient. II. Título.

CDU 94(81).88(813.8)

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) esse suporte foi fundamental para a concretude dessa dissertação.

Ser pesquisador nesse país não é uma tarefa fácil, a falta de incentivo e desvalorização são alguns dos obstáculos a serem transponíveis. E ser pesquisador e professor é uma tarefa ainda mais árdua, portanto, precisamos de uma rede de apoio para que sejamos capazes de alcançar o nosso objetivo. Diante dessa jornada que veio desde a segunda metade de 2023, quando escolhi me candidatar a uma vaga no Profhistória até o presente momento, muitas pessoas foram fundamentais nessa caminhada, e por elas que eu faço esses agradecimentos.

Primeiramente quero agradecer a minha família, minha base de sustentação e, em especial ao meu pai Sr. Dedé e minha mãe Dona Lalá, sem eles eu não teria conquistado nada nessa vida. Cada passo nessa jornada eu devo um pouco a eles, pois as dificuldades em ter que percorrer 260 km para cursar o mestrado foram mais leves com o apoio deles e as orações de minha mãe.

Ao meu orientador, professor José Vieira da Cruz, por ter sido paciente e compreensível durante toda essa jornada. Sempre solícito quando relatava a ele as dificuldades que era conciliar a sala de aula com a pesquisa. Nas orientações estive sempre presente nos momentos de dúvidas no projeto. Um professor que fez parte da minha graduação há quase 10 anos e hoje me orientou durante toda essa jornada, minha mais sincera gratidão!

Agradecer a minha companheira Emília, ela foi fundamental nessa caminhada, pois desde o início me apoiou na decisão de fazer a seleção, esteve comigo no dia que viajei para fazer a prova, e mesmo na correria do trabalho sem tempo para estudar para prova, ela nunca duvidou que eu fosse capaz de conseguir. Todas as vezes que pensei em desistir, por conta do cansaço em conciliar trabalho e estudo e principalmente por uma viagem extremamente cansativa e desgastante toda semana para universidade, ela sempre me ouvia e buscava uma palavra de acalanto para fazer com que eu não desistisse desse sonho.

Aos meus colegas de trabalho que me apoiaram nesta difícil trajetória, mesmo sabendo as dificuldades que seriam enfrentadas, eles me davam uma palavra de incentivo nos momentos de conversas na sala dos professores. Destes quero destacar os amigos mais próximos de trabalho, a Viviely, o Cah, Victor, Gabriel e Jonas, eles sempre estiveram presentes em todas as dificuldades que encontrei ao longo nessa jornada e buscaram me apoiar nesse processo.

Não posso deixar de agradecer a minha galerinha, os discentes que estão no meu dia a dia, acompanharam também esse processo e são meus objetos de conclusão deste trabalho. Eles estão sempre querendo saber como foi cada viagem que eu fiz apresentando os trabalhos do mestrado, sempre curiosos para entender como esse “tal de mestrado” que eu tanto relato em sala de aula. A eles também tenho um agradecimento especial.

Não menos importante, ao curso do PROFHISTÓRIA da Universidade Federal de Sergipe que me abriram as portas para que pudesse alcançar esse título. Primeiramente na figura da professora e coordenadora do Programa, Sheyla Farias, que por coincidência também foi minha professora e coordenadora de curso na graduação e desde aquela época sempre mostrou o quanto é prazeroso estudar história. Agradeço também a todos os outros professores que fizeram parte da minha formação, em especial a professora de Seminário Integrado, Marizete Lucini, suas contribuições para a construção do Projeto de Pesquisa foram fundamentais. O professor Fábio Alves com suas discussões sobre a História do Ensino de História trouxe um norte para esse trabalho e os demais docentes do Programa, agradeço cada conselho e ensinamentos, pois foram valiosos para chegar até aqui. E por fim, meus colegas de curso, fiz algumas amizades durante esse processo e tive o prazer de conhecer muitos companheiros e companheiras, entre baianos, sergipanos e alagoanos, eu agradeço muito a cada um deles.

Aos membros da banca de qualificação e de defesa, as professoras Sheyla Farias e Carla Taciane – que foram minhas professoras de graduação e para mim foi um privilégio que elas fizeram parte dessa jornada – e ao professor Anderson Almeida por todas as sugestões e dicas para melhoria desse trabalho.

Um agradecimento especial para todas e todos os discentes que fizeram parte desse Projeto, sem o empenho deles o Recurso Educacional Aberto não poderia ter sido desenvolvido. Mesmo com toda a pressão que eles passaram por serem concluintes do ensino médio e uma

sobrecarga imposta pelo colégio e o Estado em ano de provas externas, eles deram conta do desafio e mesmo sem apoio direto da direção do colégio, conseguimos realizar uma Feira de Arte e de Cultura que foi muito elogiada pelos estudantes das outras séries e os colegas professores. Então meu muito obrigado a todas as 8 turmas do “terceirão” que fizeram parte dessa jornada, esse trabalho tem um pouquinho de cada um de vocês.

Por fim, agradeço e dedico, com profundo respeito, a todos e todas que tombaram na luta contra a Ditadura civil-militar. Suas vidas, seus sacrifícios e sua coragem são o alicerce de uma democracia que ainda hoje se mostra frágil e em constante disputa. Meu agradecimento se estende àqueles que, mesmo após o período mais sombrio, persistiram na denúncia das atrocidades, garantindo que o esquecimento não se impusesse. Que este trabalho contribua para manter viva a sua memória e para fortalecer a consciência histórica de nossa sociedade, reafirmando o compromisso com os direitos humanos e a democracia.

RESUMO

O presente trabalho investiga, no âmbito do ensino de história, o processo de aprendizagem referente ao debate sobre a Ditadura civil-militar (1964-1985) e o atual contexto democrático da Nova República, em meio a discursos negacionistas, polarizações e disputas midiáticas e político-eleitorais. A partir do impacto de narrativas políticas divergentes, exemplificadas pelas manifestações dos ex-presidente (Bolsonaro) e atual presidente (Lula), sobre a memória histórica e suas reverberações nos conteúdos, debates e atividades pedagógicas do Novo Ensino Médio (NEM). Parte-se da premissa de que a revisitação do passado à luz do presente é vital para a formação cidadã, defesa dos direitos humanos e a consolidação democrática. Análise realizada a despeito dos desafios impostos pela progressiva redução da carga horária dedicada ao ensino de História. O objetivo geral é o de discutir os significados das apropriações, ressignificações e aprendizagens sobre a Ditadura civil-militar e a democracia por meio de uma Sequência Didática estruturada em torno de uma Feira de Arte e de Cultura. Em termos específicos, o presente estudo tem por objetivos: analisar como as vivências do autor, enquanto docente do sertão, o conduziram ao mestrado profissional em busca de novas práticas pedagógicas para o ensino de História sobre o tema delimitado; examinar a forma como o negacionismo e o “revisionismo ideológico” distorcem a memória histórica e repercutem nas salas de aulas do Novo Ensino Médio (NEM) – em uma escola de Glória, Sertão da Bahia, Nordeste do Brasil; e, por fim, identificar a inserção da temática na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no NEM ajustado pelo Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) para o referido estado. A metodologia adotada para alcançar os objetivos propostos é a pesquisa qualitativa, com foco na revisão bibliográfica de produções que versam sobre o período ditatorial e seus contrastes com o panorama democrático vigente, especialmente no que tange às distorções, apropriações parciais e inadequadas vinculações ao negacionismo histórico. A discussão proposta visa instrumentalizar professores e estudantes no entendimento conceitual de Ditadura civil-militar e da democracia, contribuindo para a formação cidadã e a compreensão dos eventos contemporâneos no país. Para tal, são abordados os seguintes conceitos-chave: democracia (Hobsbawm, 2007; Sartori, 1987), cidadania (Carvalho, 2012), revisionismo (Melo, 2006; Sena Júnior; Melo; Calil; 2017), negacionismo (Lima, 2021; Motta 2021; Gallindo; Pureza, 2024; Rollemberg; Cordeiro 2021; Zani, 2023), consciência histórica (Rüsen, 2001, 2012, 2014), memória (memória coletiva, memória subterrânea e esquecimento) (Halbwachs, 2006; Pollak, 1989, 1992), sequência didática (Freitas; Dias, 2022) e recurso educacional aberto (Amiel, Gonsales, Sebriam, 2018; Sales Jacques, 2017). No que tange à produção de dados, a pesquisa classifica-se como participante, utilizando o método da pesquisa-ação (Thiollent, 2011) dialogando com a construção, delimitação e culminância da Feira de Arte e de Cultura planejada a partir de uma Sequência Didática (SD). Esta SD foi aplicada aos alunos do 3º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual de Tempo Integral Reis Magalhães, localizado em Glória, no Sertão da Bahia, Nordeste do Brasil.

Palavras-chave: Ensino de História. Ditadura Civil-Militar. Democracia. Sequência Didática. Feira de Arte e de Cultura.

ABSTRACT

The present work investigates, within the scope of history teaching, the learning process related to the debate on the civil-military dictatorship (1964–1985) and the current democratic context of the New Republic, amid denialist discourses, polarization, and media and electoral-political disputes. It examines the impact of divergent political narratives, exemplified by the statements of the former president (Bolsonaro) and the current president (Lula), on historical memory and its repercussions on the contents, debates, and pedagogical activities of the New Secondary Education (NEM). The study is based on the premise that revisiting the past in the light of the present is vital for civic education, the defense of human rights, and the consolidation of democracy, despite the challenges imposed by the progressive reduction of the class hours allocated to the teaching of History. The general objective is to discuss the meanings of appropriations, resignifications, and learning about the civil-military dictatorship and democracy through a Didactic Sequence structured around an Art and Culture Fair. More specifically, the study aims to analyze how the author's experiences, as a teacher from the hinterland, led him to the professional master's degree in search of new pedagogical practices for the teaching of History on the chosen topic; to examine how denialism and "ideological revisionism" distort historical memory and reverberate in New Secondary Education (NEM) classrooms in a school in Glória, in the hinterland of Bahia, Northeast Brazil; and, finally, to identify how the theme is incorporated into the National Common Curricular Base (BNCC) and into NEM as adjusted by the Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) for that state. The methodology adopted to achieve the proposed objectives is qualitative research, focusing on a bibliographical review of works that address the dictatorial period and its contrasts with the current democratic context, especially regarding distortions, partial appropriations, and inadequate uses associated with historical denialism. The discussion seeks to provide teachers and students with tools to understand the conceptual dimensions of the civil-military dictatorship and democracy, contributing to civic education and to the comprehension of contemporary events in the country. To this end, the following key concepts are addressed: democracy (Hobsbawm, 2007; Sartori, 1987), citizenship (Carvalho, 2012), revisionism (Melo, 2006; Sena Júnior; Melo; Calil, 2017), denialism (Lima, 2021; Motta, 2021; Gallindo; Pureza, 2024; Rollemberg; Cordeiro, 2021; Zani, 2023), historical consciousness (Rüsen, 2001, 2012, 2014), memory (collective memory, underground memory, and forgetting) (Halbwachs, 2006; Pollak, 1989, 1992), didactic sequence (Freitas; Dias, 2022), and open educational resource (Amiel; Gonsales; Sebriam, 2018; Sales; Jacques, 2017). Regarding data production, the research is classified as participatory, using the action-research method (Thiollent, 2011), in dialogue with the design, delimitation, and culmination of the Art and Culture Fair planned from a Didactic Sequence (DS). This DS was implemented with 3rd-year secondary students at Colégio Estadual de Tempo Integral Reis Magalhães, located in Glória, in the hinterland of Bahia, Northeast Brazil.

Keywords: History Teaching. Civil-Military Dictatorship. Democracy. Didactic Sequence. Art and Culture Fair.

RESUMEN

El presente trabajo investiga, en el ámbito de la enseñanza de la historia, el proceso de aprendizaje relativo al debate sobre la dictadura cívico-militar (1964–1985) y el contexto democrático actual de la Nueva República, en medio de discursos negacionistas, polarizaciones y disputas mediáticas y político-electorales. Se analiza el impacto de narrativas políticas divergentes, ejemplificadas por las manifestaciones del expresidente (Bolsonaro) y del presidente actual (Lula), sobre la memoria histórica y sus repercusiones en los contenidos, los debates y las actividades pedagógicas de la Nueva Educación Media (NEM). El estudio parte de la premisa de que la revisita del pasado a la luz del presente es vital para la formación ciudadana, la defensa de los derechos humanos y la consolidación de la democracia, a pesar de los desafíos impuestos por la progresiva reducción de la carga horaria destinada a la enseñanza de Historia. El objetivo general es discutir los significados de las apropiaciones, resignificaciones y aprendizajes sobre la dictadura cívico-militar y la democracia por medio de una Secuencia Didáctica estructurada en torno a una Feria de Arte y Cultura. En términos específicos, el estudio tiene por objetivo analizar cómo las vivencias del autor, en tanto docente del sertón, lo condujeron al máster profesional en la búsqueda de nuevas prácticas pedagógicas para la enseñanza de la Historia sobre el tema delimitado; examinar de qué manera el negacionismo y el “revisionismo ideológico” distorsionan la memoria histórica y repercuten en las aulas de la Nueva Educación Media (NEM) de una escuela de Glória, en el sertón de Bahía, Nordeste de Brasil; y, por último, identificar cómo la temática se inserta en la Base Nacional Común Curricular (BNCC) y en la NEM ajustada por el Documento Curricular Referencial de Bahía (DCRB) para dicho estado. La metodología adoptada para alcanzar los objetivos propuestos es la investigación cualitativa, con foco en la revisión bibliográfica de producciones que abordan el período dictatorial y sus contrastes con el panorama democrático vigente, especialmente en lo que se refiere a las distorsiones, apropiaciones parciales y vinculaciones inadecuadas asociadas al negacionismo histórico. La discusión propuesta busca instrumentalizar a docentes y estudiantes en la comprensión conceptual de la dictadura cívico-militar y de la democracia, contribuyendo a la formación ciudadana y a la comprensión de los acontecimientos contemporáneos en el país. Para ello, se abordan los siguientes conceptos clave: democracia (Hobsbawm, 2007; Sartori, 1987), ciudadanía (Carvalho, 2012), revisionismo (Melo, 2006; Sena Júnior; Melo; Calil, 2017), negacionismo (Lima, 2021; Motta, 2021; Gallindo; Pureza, 2024; Rollemberg; Cordeiro, 2021; Zani, 2023), conciencia histórica (Rüsen, 2001, 2012, 2014), memoria (memoria colectiva, memoria subterránea y olvido) (Halbwachs, 2006; Pollak, 1989, 1992), secuencia didáctica (Freitas; Dias, 2022) y recurso educativo abierto (Amiel; Gonsales; Sebriam, 2018; Sales; Jacques, 2017). En lo que respecta a la producción de datos, la investigación se clasifica como participante, utilizando el método de la investigación-acción (Thiollent, 2011), en diálogo con el diseño, delimitación y culminación de la Feria de Arte y Cultura planificada a partir de una Secuencia Didáctica (SD). Esta SD fue aplicada al alumnado de 3º año de la Educación Media del Colégio Estadual de Tempo Integral Reis Magalhães, situado en Glória, en el sertón de Bahía, Nordeste de Brasil.

Palabras clave: Enseñanza de la Historia. Dictadura Cívico-Militar. Democracia. Secuencia Didáctica. Feria de Arte y Cultura.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Mapa da região Nordeste identificando os estados.....	63
Figura 2:	Fachada do Colégio Estadual de Tempo Integral Reis Magalhães, Glória, Sertão da Bahia, Nordeste do Brasil, em 10 de outubro de 2025.....	75
Figura 3:	Mapa da localização do município de Glória, Sertão da Bahia, Nordeste do Brasil.....	77
Figura 4:	Mapa do estado da Bahia Território de Identidade Itaparica (NTE-24)....	78
Figura 5:	Sequência Didática introdução.....	101
Figura 6:	Sequência Didática: objetivos e metodologia.....	102
Figura 7:	Sequência Didática aulas 1 e 2.....	103
Figura 8:	Sequência Didática aula 3.....	105
Figura 9:	Sequência Didática aula 4.....	107
Figura 10:	Feira de Arte e de Cultura.....	109
Figura 11:	<i>Banner</i> do Projeto.....	110
Figura 12:	Corredor das salas de aula.....	111
Figura 13:	Pinturas expostas no corredor das salas de aula, em 04 de novembro 2026.....	112
Figura 14:	Álbuns expostos na sala de aula, em 04 de novembro de 2025.....	113
Figura 15:	Miniatura caminhão do Exército Brasileiro, exposto em sala de aula, em 04 de novembro de 2025.....	114
Figura 16:	Palco das Memórias Insepultas, espaço improvisado do refeitório do Colégio CETIRM em 04 de novembro de 2025.....	115
Figura 17:	Encontro de Canto e Coral Estudantil realizado no refeitório do Colégio CETIRM em 04 de novembro de 2025.....	116
Figura 18:	Tempos de Arte Literária realizada no refeitório do Colégio CETIRM em 04 de novembro de 2025.....	117

Figura 19:	Poesia No Tempo do Medo declamando pelo estudante no refeitório do Colégio CETIRM em 04 de novembro de 2025.....	118
Figura 20:	Festival Estudantil de Teatro realizado no refeitório do Colégio CETIRM em 04 de novembro de 2025.....	119
Figura 21:	Sala Temática “Casa da memória e do silêncio” realizada na sala de aula, em 04 de novembro de 2025.....	121
Figura 22:	Porta da Sala Temática “Casa da memória e do silêncio” realizada em 06 de novembro de 2025.....	122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Gênero.....	80
Gráfico 2:	Localidade dos Estudantes.....	81
Gráfico 3:	Faixa Etária dos Estudantes.....	81
Gráfico 4:	Identidade Étnico-Racial.....	82
Gráfico 5:	Conhecimento Prévio 1.....	84
Gráfico 6:	Conhecimento Prévio 2.....	85
Gráfico 7:	Importância de estudar Ditadura.....	85
Gráfico 8:	Ditadura em Glória, Bahia.....	86
Gráfico 9:	Significado da Palavra Ditadura.....	86
Gráfico 10:	Sociedade e Ditadura.....	87
Gráfico 11:	Extrema Direita e Propaganda.....	88
Gráfico 12:	Notícias sobre Ditadura.....	88
Gráfico 13:	Arte e Ditadura.....	89
Gráfico 14:	Golpe de 8 De Janeiro.....	90
Gráfico 15:	Notícias sobre o 8 De Janeiro.....	91
Gráfico 16:	Prisão do Ex-Presidente Jair Bolsonaro.....	91
Gráfico 17:	Modalidades Artísticas.....	92
Gráfico 18:	Apresentação do REA.....	93
Gráfico 19:	Definição de Ditadura.....	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 01:	Tabela sobre a descrição das modalidades dos Projetos estruturantes.....66
Tabela 2:	Quadro dos participantes do <i>survey</i> 1 e 2.....79

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AVE	Artes Visuais Estudantis
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BO	Boletim de Ocorrência
CAHIS	Centro Acadêmico de História
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFE	Conselho Federal de Educação
CETIRM	Colégio Estadual de Tempo Integral Reis Magalhães
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DANCE	Dança Estudantil
DCRB	Documento Curricular Referencial da Bahia
ECANTE	Encontro de Canto Coral Estudantil
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEH	Encontro Nacional dos Estudantes de História
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENHS	Encontro Nacional de História do Sertão
EPA	Educação Patrimonial e Artística
FACE	Festival Anual da Canção Estudantil
FAVENI	Faculdade Venda Nova do Imigrante
FESTE	Festival Estudantil de Teatro
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IFAL	Instituto Federal de Alagoas
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação

MP	Medida Provisória
NEM	Novo Ensino Médio
NTE	Núcleo Territorial de Educação
PCR	Partido Comunista Revolucionário
PCDOB	Partido Comunista do Brasil
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PF	Polícia Federal
PMBA	Polícia Militar da Bahia
PROFHISTÓRIA	Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História
PROVE	Produção de Vídeos Estudantis
REA	Recursos Educacionais Abertos
Reda	Regime Especial de Direito Administrativo
SD	Sequência Didática
SEC-BA	Secretaria de Educação da Bahia
STF	Supremo Tribunal Federal
TAL	Tempos de Arte Literária
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UJC	União da Juventude Comunista
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEB	Universidade Estadual da Bahia

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	18
2.	NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA: DO SERTÃO AO PROFHISTÓRIA.....	28
3.	ENSINO DE HISTÓRIA, DITADURA E DEMOCRACIA: EM TEMPO DE NEGACIONISMOS E DE AVANÇOS DA EXTREMA DIREITA.....	40
3.1	NEGACIONISMO: CONTRASSENSE À DOCÊNCIA E À CIDADANIA.....	43
3.2	DESAFIOS DO ENSINO DE HISTÓRIA.....	53
3.3	BNCC, NEM E DCRB: O LUGAR DAS HUMANIDADES?.....	59
3.4	DCRB, PROJETOS ESTRUTURANTES/SEC-BA, ARTE E CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA.....	64
4.	ENSINO DE HISTÓRIA, SD E FEIRA DE ARTE E DE CULTURA.....	97
4.1	SD E FEIRA DE ARTE E DE CULTURA: “O SILÊNCIO ROMPIDO: VOZES DA DITADURA, GRITOS POR DEMOCRACIA”.....	108
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
	REFERÊNCIAS.....	126

1. INTRODUÇÃO

Atenção ao dobrar uma esquina
 Uma alegria, atenção, menina
 Você vem, quantos anos você tem?
 Atenção, precisa ter olhos firmes
 Pra este sol, para esta escuridão
 Atenção
 Tudo é perigoso
 Tudo é divino, maravilhoso
 Atenção para o refrão, uau!

É preciso estar atento e forte
 Não temos tempo de temer a morte
 É preciso estar atento e forte
 Não temos tempo de temer a morte

Atenção para a estrofe e pro refrão
 Pro palavrão, para a palavra de ordem
 Atenção para o samba exaltação
 Atenção
 Tudo é perigoso
 Tudo é divino, maravilhoso
 Atenção para o refrão, uau!

É preciso estar atento e forte
 Não temos tempo de temer a morte
 É preciso estar atento e forte
 Não temos tempo de temer a morte
 (...)

(Gal Costa, Divino Maravilhoso, 1968)

A canção Divino Maravilhoso, composição dos baianos Caetano Veloso e Gilberto Gil, interpretada pela também baiana Gal Costa no prestigiado IV Festival da Música Popular Brasileira, promovido em rede nacional pela TV Record, em 1968 no contexto da Ditadura civil-militar, suscita significados estéticos, políticos e históricos de um passado recente, sensível, próximo e presente (Delgado, 2011).

Neste sentido, parte do refrão destacado, “é preciso estar atento e forte”, ao mesmo tempo em que denuncia os riscos de enfrentar aquele cotidiano também problematiza as nódoas autoritárias inerentes a todas às ditaduras – quaisquer sejam elas. Por esta razão, seis décadas depois de sua deflagração, com o Golpe de 1964, e quatro décadas após a transição da Ditadura

civil-militar (1964-1985) para o atual contexto da Nova República, este passado continua a rondar, como espectro, o presente histórico da sociedade brasileira – tornando o referido refrão um ponto de reflexão atemporal, permanente e decisivo para a democracia.

Em torno desta reflexão, e consciente de que a ciência histórica revisita o passado através das inquietações existentes no presente de quem o interpela (Bloch, 2001). O tema da ditadura e do atual desafio democrático da Nova República tem sido discutido tanto na academia quanto pelos meios de comunicação, redes sociais e opinião pública. Observação histórica ainda mais evidenciada diante dos desdobramentos da tentativa golpista capitaneada pela extrema-direita entre o final de 2022 e o mal sucedido 8 de janeiro de 2023 (Cruz, 2024).

Ações precedidas pelo atentado terrorista de 24 de dezembro de 2022 no qual, militantes de extrema direita tentaram explodir uma bomba nas proximidades do aeroporto de Brasília (Guedes; Giovanni, 2024), bem como, constatou-se a existência de um planejamento para assassinar autoridades do alto escalão da República, dentre eles o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin e o então presidente do Supremo Tribunal Eleitoral (STE), Ministro Alexandre de Moraes. Atos tentados, conforme relatório das investigações realizadas pela Polícia Federal (Matos, 2024).

O resultado desta investigação – acolhida pelo Ministério Público Federal, consubstanciada na Ação Penal 2668 (AP nº 2668), julgado por uma das turmas colegiadas do Supremo Tribunal Federal (STF) –, foi a condenação do ex-presidente da República e candidato à reeleição derrotado, Jair Messias Bolsonaro a 27 anos e 3 meses conjuntamente com mais sete envolvidos na trama golpista. Um ato inédito, pela primeira vez um ex-presidente da República e integrantes da cúpula das Forças Armadas são condenados por tentar um golpe contra o Estado Democrático de Direito (Brasil, 2025; G1, 2025).

Em 2024, em concomitância ao julgamento da mencionada Ação Penal, o lançamento, exibição e premiação do filme “Ainda estou aqui”, que conta a história da família do ex-deputado federal Rubens Paiva – levado de sua casa para prestar depoimento no quartel do Exército em 1971 e nunca mais visto com vida –, é aclamado pela crítica internacional, tornou-se sucesso de bilheteria e foi premiado com o Oscar de melhor filme internacional (Lacerda, 2025). Não por acaso, no ano seguinte, outro filme, “O Agente Secreto”, centrado nos desdobramentos da repressão imposta pela ditadura no Nordeste do Brasil, também alcança repercussão

internacional, sucesso de bilheteria e indicação inédita a quatro Oscar – o que por si só foi considerado um grande feito (BBC NEWS BRASIL 2026; CNN BRASIL, 2026).

Assim, não por uma acaso, coincidência ou escolha estética aleatória tanto os significados do refrão da música “Divino Maravilhoso”, “é preciso estar atento e forte!”, quanto à repercussão internacional dos filmes “Ainda estou aqui” e “O Agente Secreto”, ecoam como um chamado à vigilância, reflexão e aprendizado em relação a um contexto político recente da História Brasileira cujas reminiscências, traumas e disputas interpretativas estão postas à mesa pelo revisionismo histórico e por seus detratores (Rollemberg; Cordeiro 2021).

Neste contexto, tanto o refrão que intitula esta dissertação quanto os filmes citados levantam, de maneiras distintas, a questão de como o Ensino de História, por meio das artes, pode explorar significados, reflexões e conhecimentos relativos à Ditadura civil-militar. Isso inclui abordar os desafios atuais da democracia, tanto no âmbito brasileiro – no atual contexto da Nova República –, quanto no cenário internacional – em um período de redefinição da ordem mundial (Paiva, 2025). Balizada nesta problemática e na hipótese de que determinadas produções artísticas possam potencializar a aprendizagem histórica (Rüsen, 2014), o objetivo geral deste trabalho é discutir, no âmbito do ensino de história, os significados das apropriações, debates e aprendizagens sobre a ditadura civil-militar e a democracia por meio de uma Sequência Didática estruturada em torno de uma Feira de Arte e de Cultura.

Em termos específicos este estudo tem como objetivos analisar como as vivências de um docente sertanejo o conduziram ao mestrado profissional em busca de novas práticas pedagógicas para o ensino de História; examinar como o negacionismo tem distorcido a memória histórica e como ela, por vezes, repercute nas salas de aulas do Novo Ensino Médio (NEM) de uma escola de Glória, Sertão da Bahia, Nordeste do Brasil; e, por último, identificar como a temática está inserida na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no NEM e nos ajustes estabelecidos pelo Documento Curricular Referência para a Bahia (DCRB). E, portanto, em conjunto com o objetivo geral, ir além da mera cronologia dos fatos, buscando associar a problemática acerca da ditadura e da democracia ao Ensino de História, através de uma Feira de Arte e de Cultura, como metodologia de uma educação histórica, crítica e reflexiva (Rüsen, 2001, 2012).

A relevância desta temática, ao ser abordada como pano de fundo histórico através das artes, propicia um vasto repertório de possibilidades para o desenvolvimento de Recursos Educacionais Abertos (Amiel, Gonsales, Sebriam 2018). Dentre essas possibilidades, destaca-se a elaboração de uma Sequência Didática (SD) fundamentada em uma Feira de arte e de cultura. Dessa forma, manifestações artísticas como a música, o cinema, o cordel, entre outras, podem ser potencializadas como Recursos Educacionais Abertos (REA), constituindo ferramentas didáticas, a exemplo das SDs, nos processos de ensino e aprendizagem histórica (Rüsen, 2001, 2012).

Desta forma, o presente trabalho, centrado no campo do ensino de história, debruça-se sobre acontecimentos históricos recentes, próximos, sensíveis e atuais, permeados por interpelações, disputas e apropriações da política nacional. Nesta perspectiva historiográfica e pedagógica, o golpe e a ditadura impostos a partir de 1964 constituíram um acontecimento e processo traumático e ainda não devidamente equacionado pela justiça de transição e pela memória histórica nacional. Não por acaso, esta temática tem sido objeto de estudo de pesquisadores de variadas áreas do conhecimento (Dreifuss, 2006; Motta, 2013, 2021; Cruz, 2012; 2017; 2021; Melo, 2006; Aarão Reis, 2014; Napolitano, 2014; Fico, 2004, 2015; Calil, 2015; Almeida; Tavares 2025).

A escolha por estudar a Ditadura civil-militar e os desafios contemporâneos da democracia brasileira em salas de aulas do NEM, como objeto de pesquisa articulada ao Ensino de História, tem o objetivo de problematizar narrativas negacionistas em contraposição à valorização dos direitos humanos, exercício da cidadania participativa e, sobretudo, da democracia (Hobsbawm, 2007; Sartori, 1987). Em termos acadêmicos, a historiografia tem chamado atenção para o perigo dos resgates acríticos, distorcidos e descontextualizados de discursos fascistas, racistas, xenófobos e de ódio evocados por “revisionistas” da extrema direita (Sena Júnior, 2017).

Neste contexto, interessa-nos interperlar como, à luz da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) e das políticas públicas curriculares da Secretaria de Educação da Bahia (Bahia, 2019), os temas da ditadura e da democracia podem ser trabalhados. A respeito, observamos que os mencionados temas estão previstos para as turmas do 3º ano do Novo Ensino Médio (NEM). Na Bahia, a Secretaria de Educação (SEC/BA), por motivos cronológicos e de restrição da carga horária destinada aos conteúdos históricos, conforme o Documento Curricular Referencial da

Bahia – DCRB (Bahia, 2023), reserva esses assuntos/temas para a última unidade – quando muitos alunos já estão aprovados e/ou focados apenas em assuntos do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) com pesos nas áreas de interesse a que desejam concorrer. Frente a esta realidade, a formação cidadã cede espaço ao pragmatismo da aprovação aos cursos prestigiados do ensino superior valorizados pelo mercado – e, dentre eles, os conteúdos e temas aqui suscitados, muitas vezes, não tem a pontuação mais elevada e devida.

Sob esta perspectiva, os conteúdos do 3º ano são afetados por conta da carga horária reduzida do Novo Ensino Médio (NEM) ajustada pelo DCRB (Bahia, 2023). Isso acaba por impactar no desenvolvimento deste e de outros assuntos, de igual relevância, em sala de aula. A respeito, é salutar encontrar meios e ferramentas pedagógicas, a exemplo dos REAs, que possam ser utilizadas para abordar esta e outras temáticas, de uma maneira que os discentes possam compreender de forma crítica os acontecimentos para sua formação cidadã, humanista e democrática. Frente a esta problemática, a discussão teórica desta dissertação tem como objetivo o desenvolvimento de Recurso Educacional Aberto (REA), concebido sob o formato de uma Sequência Didática (SD) focado na realização de uma Feira de arte e de cultura em torno do mencionado tema-problema-objeto – da ditadura civil-militar e da democracia – em turmas do 3º ano do Colégio Estadual de Tempo Integral Reis Magalhães, localizado no município de Glória, Sertão da Bahia, Nordeste do Brasil. O referido Colégio de nível médio, distante 464 km de Salvador, funciona nas modalidades: tempo integral, técnico integral, ensino médio regular, técnico subsequente e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A escolha por esta unidade de ensino e por esta possibilidade de recurso educacional – uma SD de uma Feira de Arte e de Cultura – valeu-se também dela também poder ser inserida/articulada ao Projeto de Arte e Cultura a ser desenvolvido pelos estudantes dentro dos Projeto Estruturantes planejados pela SEC/BA para o NEM – previstos pelo DCRB (Bahia, 2023). Entretanto, para o escopo desta pesquisa, foram selecionadas 8 turmas do 3º ano do ensino médio regular do mencionado Colégio.

Assim, cabe ressaltar que a escrita dessa dissertação perpassa uma pesquisa histórica acerca dos conceitos, historiografia e produções artísticas desenvolvidas e/ou associadas aos mencionados temas/assuntos objeto deste estudo. E, portanto, é fundamental entendermos os pressupostos da Teoria da História. Ela, como destaca José Carlos Reis, fundamenta “a pesquisa

histórica é a resposta a problemas postos no seu início” (2011, p.13). A respeito, José D’ Assunção Barros, também assevera acerca da necessidade, tanto teórica quanto metodológica, do delineamento da Teoria da História, sobretudo, para conceitos como tempo, espaço, sujeitos e memória e outros – essenciais para compreensão tanto da historiografia quanto dos processos de aprendizagens históricas (Barros, 2011, p.11-39).

Nesta perspectiva, um dos conceitos centrais desta investigação reside na democracia, em contraposição à ditadura. Este conceito evoca valores, reflexões e posturas inerentes a uma consciência histórica almejada, a qual, contudo, se encontra em franco debate no contexto histórico brasileiro e internacional contemporâneo. Assim, torna-se imperativo sublinhar a essencialidade da defesa do *cânone* democrático, em oposição a regimes ditatoriais e outras modalidades de governo autoritário.

A democracia, sob a ótica de Eric Hobsbawm (2007), em “Globalização, Democracia e Terrorismo”, tem como dimensão a constituição de um fenômeno tensionado pela globalização e fragilizado pela agenda capitalista, midiática e da insegurança gerada pelo terrorismo e pela ordem unipolar. Neste sentido, ele a concebe como um valor universal não consolidado, em crise, e pressionado por forças externas e internas. Já para Giovanni Sartori (1987), em “A Teoria da Democracia Revisitada”, a democracia significa um sistema político a ser entendido de forma realista, como um método de governo baseado em regras e procedimentos que garantem a participação e o controle do poder, e não como uma utopia idealizada. Em ambos os autores, embora o ideal democrático deva permanecer como horizonte humano a ser buscado, eles reconhece as disputas que seu estabelecimento envolve.

O estudo aborda o negacionismo, fundamentando-se em trabalhos de historiadores como Demian Bezerra de Melo (2006, 2014), a obra organizada por Carlos Zacarias Sena Junior, Demian de Melo e Gilberto Calil (2017) “Contribuição à crítica da historiografia revisionista”, o artigo de Marcos Napolitano (2021) sobre negacionismo e revisionismo, o trabalho de Denise Rollemberg e Janaina Cordeiro (2021), a dissertação de Rosenilde Alves Lima (2021) e o artigo de Giovany Pereira Valle e Jean Carlos Moreno (2023), que se conecta com a vivência em sala de aula do autor desta dissertação. Cita ainda o artigo de Gallindo e Pureza (2024) sobre negacionismo em rede. O conceito de negacionismo e revisionismo histórico são também centrais no livro de Sena Júnior, Demian e Calil.

O conceito de *fake News* também é focalizado. A respeito, na dissertação de Gabriel Ramos Zani (2023) “O negacionismo histórico sobre o Regime militar nas redes sociais” aborda como a temática tem reverberado nas redes sociais. Um trabalho de grande relevância, pois as redes sociais hoje são o principal meio que os jovens se informam e é dela que também aparece o discurso negacionista, quase sempre associado à *fake news*, associado à ditadura, ódio político e extremismo de direita contra a democracia e os direitos humanos. A respeito, este autor define *fake News* como ferramenta instrumental do negacionismo histórico nas redes sociais (Zani, 2023).

Mais duas obras são destaques na abordagem discutida nesta dissertação, a primeira “Passados e presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar”, de Rodrigo Patto Sá Motta que traz um novo olhar sobre a temática no que se referem os estudos na atualidade, buscando uma nova roupagem para o debate. A segunda, diz respeito aos desafios atuais do ensino de história e tem como organizadores Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky (2011).

Outro conceito utilizado é de consciência histórica abordada pelo historiador alemão Jörn Rüsen (2001). O referido autor tipifica o que seria essa consciência histórica e sua importância para o Ensino de História. Dessa tipificação, destacamos a genético, onde a história não é vista como uma mera repetição, mas como um processo de transformação contínua. O passado é compreendido em sua complexidade, com suas contradições e mudanças (Rüsen, 2001). Em outro ponto o autor destaca que a consciência histórica é a atividade mental da memória histórica, que se representa numa interpretação da experiência do passado orientada para a compreensão das condições presentes de vida e para a projeção de perspectivas de futuro na prática (Rüsen, 2001). Este tipo de consciência histórica busca compreender como o presente é resultado desse processo e, ao mesmo tempo, como ela pode ser transformada. É a base para uma cidadania ativa e consciente.

Prosseguindo, temos o conceito de memória coletiva de Maurice Halbwachs, em que ele desenvolve a teoria da memória coletiva como fenômeno social, não individual (2006). “Para Halbwachs (2006, p. 52), a memória coletiva “adapta as imagens de fatos antigos às crenças e necessidades espirituais do presente”, processo essencial para compreender como os alunos de Glória-BA reinterpretaram a ditadura na Feira de Arte e Cultura”.

Seguindo o conceito de memória, outra abordagem importante para nosso entendimento do que se propõe é o conceito de memória e esquecimento (Pollak, 1989), trazido aqui pelo historiador francês Michael Pollak, em que podemos ressaltar que a memória não é apenas uma recordação passiva de eventos do passado, mas uma construção social ativa e dinâmica, feita no presente. Ela está sempre em disputa, moldada por quem tem o poder de contar a história e o que interessa ser lembrado. Por isso, a memória é um pilar central na construção da identidade social, tanto de um indivíduo quanto de um grupo. O trabalho aqui desenvolvido vai buscar relacionar essa dinâmica da memória e esquecimento da Ditadura.

Para abordagem relacionada ao Ensino de História destacamos as leituras de textos de Elza Nadai (1993) com uma análise mais clássica sobre o ensino de história, em sequência temos a Circe Bittencourt (2018), Maria Auxiliadora Schmidt (2012) e Beatriz Santos e Thiago Nascimento (2015) – esses últimos trazendo uma perspectiva da história do ensino de história. Ainda relacionado ao ensino e a relação docente, destacaremos no corpo desta dissertação, o conceito de professor reflexivo da Isabel Alarcão (2001). Ainda no campo de ensino de história temos o conceito de literacia histórica da Isabel Barca (2009) que vai consubstanciar o desenvolvimento da SD e Feira da Arte e Cultura.

Outro conceito que é salutar para o que se propõe no nosso Recurso Educacional Aberto (REA) diz respeito à arte como meio de conscientização e aprendizagem histórica. Para isso os trabalhos de Marco Napolitano (2017), “Coração Civil: A Vida Cultural Brasileira sob o Regime Militar (1964-1985)” é de suma importância, pois detalha como a Música Popular Brasileira (MPB), o cinema (Cinema Novo) e o teatro atuaram na resistência, usando metáforas e ironia para driblar a censura. Já Rüsen (2014) argumenta que a arte atinge o plano emocional e pré-racional da consciência histórica, o que é vital para que o aluno não apenas saiba sobre a ditadura, mas sinta a importância dos direitos humanos. A arte transforma a cognição em orientação para a vida.

Por fim, um conceito que é destaque para o que se proponha esse trabalho é de cidadania, temos como base o livro “Cidadania no Brasil: o longo caminho” do historiador José Murilo de Carvalho (2012). Onde é possível discutir o termo cidadania e suas diversas dimensões adotadas pelo autor inglês T. A. Marshall.

A metodologia empregada na pesquisa será estruturada a partir de uma revisão bibliográfica. A respeito, segundo Barros e Lehfeld (1986) as técnicas utilizadas nesse tipo de pesquisa têm por objetivo recolher, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado fato, assunto ou ideia. Faremos uma abordagem através de uma pesquisa qualitativa como ressalta Deyse Silva Santos, segundo a qual a “pesquisa qualitativa fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais, apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social, visto que foca fenômenos complexos e/ou fenômenos únicos” (2010, p.160). Este trabalho adota a pesquisa-ação segundo Thiollent (2011, p. 47), caracterizada por ciclos de planejamento, ação, observação e reflexão, aplicados à construção da Sequência Didática com alunos do Colégio Reis Magalhães. Já o Recurso Educacional Aberto (REA), utiliza como forma de metodologia uma Sequência Didática (SD), onde será possível discutir a temática em sala de aula (Sales Jaques, 2017) e finalizando com a prática por meio dos Projetos Estruturantes.

Assim, a pesquisa é desenvolvida através de uma revisão bibliográfica com ênfase às produções que abordam a temática sobre o golpe e ditadura civil-militar, sobre o negacionismo histórico desse período, os desafios do ensino de história na atualidade e também as publicações sobre ditadura e o ensino de história.

Importante destacar a relevância das produções acadêmicas do PROFHISTÓRIA, no qual foi feita uma revisão sistemática da produção acadêmica e os resultados são as dissertações que versam sobre essa temática em sala de aula, dentre elas o estudo de trabalho de Rosenilde Alves de Lima, “Histórias Públicas e Ditadura Militar: a verdade sedutora dos negacionistas como um problema para o ensino de história”, defendida em 2021, que aborda como as narrativas negacionistas impacta na vida dos estudantes através das redes sociais. Outra produção é o trabalho da Cilmara Lédo de Araújo (2022) “O meme como fonte para a abordagem histórica em sala de aula sobre a Ditadura Empresarial-militar no Brasil”, que expõe a importância do meme como fonte histórica. Em minha rotina em sala de aula aprendi o valor dos memes da internet para o aprendizado histórico, os estudantes aprendem se divertindo, pois é algo da vivência deles no dia a dia do mundo virtual e isso facilita bastante o aprendizado.

Balizado por essas discussões, este trabalho é dividido em três seções. Nelas buscamos demonstrar a importância do tema para o Ensino de História em meio ao cenário contemporâneo

de intensas disputas ideológicas, eleitorais e políticas. Nesta perspectiva, a primeira seção foca nosso memorial descritivo autobiográfico. Nele apresento parte da minha trajetória pessoal, escolar, acadêmica, profissional e a relevância que essa trajetória teve para formulação do tema-problema-objeto desta dissertação. Nesta perspectiva, busca demonstrar a importância dos professores na minha escolha em ser um historiador, o papel ímpar da universidade na formação do meu caráter e visão de mundo, bem como, minha trajetória como docente com mais de 10 anos em sala de aula e o conhecimento adquirido durante o mestrado profissional. Por fim, relato – através de exemplo próprio vivenciado em minha docência – os desafios encontrados nessa profissão.

Na seção seguinte, abordo a bibliografia acerca do ensino de história, buscando compreender os desafios da área – focalizadas, em específico, a partir das publicações do Profhistória relacionadas aos temas da ditadura, negacionismo e ensino de história. Revisão bibliográfica necessária ao desenvolvimento da pesquisa, pois foi a partir dessas produções que conseguimos delinear as interlocuções com essa pesquisa.

Na terceira seção, é dada ênfase aos conceitos de Recurso Educacional Aberto (REA) e de Sequência Didática (SD), bem como, este recurso e formato metodológico foram aplicada em 8 turmas de 3º ano do Novo Ensino Médio ajustado pela DCRB (SEC-BA), e de como ocorreu a culminância da SD Feira de Arte e de Cultura, no Colégio Estadual de Tempo Integral Reis Magalhães (CETIRM), Glória, Sertão da Bahia, Nordeste do Brasil, no período de outubro a novembro de 2025.

Por fim, nas considerações, busco fazer um balanço do percurso do trabalho desenvolvido, desde a importância da minha vivência como professor, os debates acerca do negacionismo em sala de aula até a completude na Feira de Arte e de Cultura, demonstrando os objetivos alcançados e os desafios que o professor tem a vencer, na luta por memória e em defesa da democracia.

2. NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA: DO SERTÃO AO PROFHISTÓRIA

utilização da biografia repousa sobre uma hipótese implícita que pode ser assim formulada: qualquer que seja a sua originalidade aparente, uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades, mas, ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica. Essa perspectiva deu ótimos resultados, tendo-se em geral conseguido manter o equilíbrio entre a especificidade da trajetória individual e o sistema social como um todo. Pode-se alegar, no entanto, que o contexto é frequentemente apresentado como algo rígido, coerente, e que ele serve de pano de fundo imóvel para explicar a biografia. As trajetórias individuais estão arraigadas em um contexto, mas não agem sobre ele, não o modificam (Levi, 2005, p. 176).

As reflexões do excerto acima, como ponto de partida, ajudam-me a pensar a partir de minha trajetória de vida a escolha da temática da presente dissertação abordada. A narrativa autobiográfica tecida, como uma trama de cesta de pindoba, folha de uma palmeira presente no sertão nordestino, revela algumas de minhas memórias. Em termos semelhantes, reservadas as especificidades históricas e o objeto de seus estudos, Pollak chama atenção para o fato dela, a memória, organizar-se “em função das preocupações pessoais e políticas do momento [que] mostra que a memória é um fenômeno construído” (1992, p. 4).

A respeito da importância dos estudos biográficos no campo da história dialogamos com muitas das premissas expostas no trabalho de Giovanni Levi sobre “Usos da biografia”. Neste texto, ele esclarece que “a biografia constitui na verdade o canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmitem à historiografia” (Levi, 2005, p. 198). Em seguida ele relata que a biografia “trata-se de um meio eficaz de construir uma narrativa que dê conta dos elementos contraditórios que constituem a identidade de um indivíduo e das diferentes representações que dele se possa ter conforme os pontos de vista e as épocas” (Levi, 2005, p. 170-171).

Inspirado nesta reflexão, decidi puxar a tira de linho da minha biografia pelo meu nascimento. Eu nasci em uma família de lavradores que são oriundos da área rural do município de Paulo Afonso, Sertão da Bahia, no povoado denominado Juá. Meus pais casaram jovens e foram morar na área urbana do município em busca de melhores condições de vida, foi onde eu

nasci. Entretanto, mantenho vivas as lembranças do campo – área rural onde cresci, e do sertão onde estudei, trabalho e vivo. Nele, no campo sertanejo baiano nas proximidades do rio São Francisco, passei minha infância e adolescência indo e vindo à casa dos meus avôs paternos e maternos.

Desse povoado tive meu primeiro contato com o fascínio pela história. Meu tio Antônio – a quem dedico esse trabalho –, irmão do pai, era considerado o guardião do povoado Juá, ele sabia a história da fundação até os dias de hoje, as pessoas quando queriam saber se tinha terra de herança na localidade, ia consultá-lo. Ouvir as histórias dele foi sempre um prazer inenarrável, ele nos deixou em 2023 e esse trabalho tem um pouco dele.

Outro personagem que me fez viajar pelo mundo da história foi meu avô Alto, pai de minha mãe, eu sempre ficava entusiasmado quando contava as histórias da sua juventude. Duas delas me marcaram até hoje porque tem relações com a história dita oficial que vemos nos livros didáticos. A primeira corresponde à passagem do bando de Lampião e a fuga que meus bisavós tinham que fazer para não serem capturados ou maltratados. Eles relatam que fugiram para o povoado do Sinimbú, atual Delmiro Gouveia, Sertão de Alagoas.

A segunda diz respeito ao irmão dele, que jovem foi morar no Rio de Janeiro, como vários retirantes nordestinos, e na época o então presidente Getúlio Vargas tinha declarado guerra ao Eixo, e meu avô conta que meu tio só não foi convocado para a guerra porque pegou pneumonia pouco antes. Essas histórias ficam nas minhas lembranças e em parte, são o que sou hoje e minhas escolhas profissionais.

Estudei a educação infantil e fundamental I na escola municipal João Bosco Ribeiro próximo da minha casa no município de Paulo Afonso, Bahia. Na segunda etapa do ensino fundamental fui para o Colégio Estadual Carlina Barbosa de Deus, no qual fiz meu fundamental II completo e o primeiro ano do Ensino Médio. No segundo ano me transferei para o Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães, atualmente denominado de Colégio Paulo Freire. Nesta unidade escolar finalizei o Ensino Médio. Foi nesses dois últimos anos que conheci os dois professores de História que marcaram a minha vida, a professora Cecília do 2º ano e o professor Renê no 3º ano. Graças a eles me encantei pela disciplina de História e tomei a decisão já naquele período que desejaria ser professor de História. Terminei minha Educação básica no ano de 2004.

Dois anos após sair da educação básica entrei na Universidade Estadual da Bahia (UNEB) no curso de Pedagogia. Não era o que eu almejava, mas por se tratar do único curso a noite que tinha alguma relação com História, acabei optando por fazê-lo, fiz o vestibular em 2005 e comecei a cursar no ano seguinte, 2006. Já tinha feito meu primeiro vestibular também para UNEB em História, mas em outro Campus, mas não obtive êxito. Cursei Pedagogia por dois anos, foi lá que conheci a vivência de uma universidade, as exigências dos professores nos trabalhos, aprendi a escrever de forma acadêmica e conheci colegas que mantenho contato até hoje. Uma das experiências que me marcaram nessa etapa foi quando pela primeira vez entrei numa sala de aula, em um trabalho de observação escolar, foi um trauma ver tantas crianças gritando e querendo atenção o tempo todo, depois disso decidir que realmente minha vida como docente jamais seria na educação infantil. Como meu sonho realmente era cursar História acabei trancando o curso.

Voltei à universidade somente em 2011, após anos afastados dos estudos, cheguei a morar em São Paulo e voltei em 2010 para me preparar para o vestibular. A respeito disso, é importante frisar que aquele seria o último processo seletivo para ingresso na universidade naquele molde, isto é, o exame vestibular (Brasil Escola, 2020). Nos anos seguintes, a forma de admissão no ensino superior passaria a ser o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Ingressei na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Sertão, em Delmiro Gouveia, localizado a 50 km do município em que eu residia. O referido Campus tinha sido recentemente implantado, um ano antes em 2010 (Gaia, 2014). Nesta instituição, por sua vez, pode optar pelo curso de Licenciatura em História que tanto almejava. Fiz o vestibular e passei, por coincidência da vida, também passei em outros cursos através do Enem – inclusive com uma bolsa integral para o curso de Direito em uma faculdade particular em Paulo Afonso – mas escolhi o que tanto queria, e entrei na UFAL na terceira turma do curso – 2011.1.

Comecei o curso e algumas semanas depois já me deparei com uma greve, protagonizada pelo movimento estudantil que reivindicava a construção de um prédio próprio – já que estudávamos em salas emprestadas por uma escola do estado de Alagoas, Colégio Watson. Apesar de já conhecer o ambiente de uma universidade, nunca me preocupei muito com o que acontecia fora da sala de aula, mas vendo aquela greve, como os estudantes se manifestavam me fez aproximar daquele “mundo”. E, foi assim, que um ano depois entrei no Centro Acadêmico de

História (CAHIS) junto com os outros companheiros de sala – só saí da luta do movimento estudantil quando finalizei o curso.

A partir do CAHIS – Nise da Silveira, participei da organização do primeiro Encontro Nacional de História do Sertão (ENHS), uma vivência enriquecedora atuando nesse encontro junto do Colegiado do Curso, conhecendo pessoalmente professores consagrados nacionalmente fazendo palestras e debatendo com o público interessado¹. Além, da participação do CAHIS, também fui bolsista (BDI – Bolsa de Desenvolvimento Institucional) já no primeiro ano de curso, isso me ajudou a sair do emprego e me dedicar somente aos estudos.

Aquela foi uma das escolhas mais importantes da minha vida, porque a partir daí tive tempo para me dedicar e “viver” a universidade como gostaria. Com a bolsa fui capaz de participar de alguns encontros na universidade apresentando trabalho, outros como ouvintes, foram experiências ímpares na vida. Dos trabalhos apresentados, posso destacar o trabalho intitulado “Espaço urbano: conceito e uma breve abordagem histórica ao longo pensamento geográfico”, durante a I Jornada Acadêmica do Campus Sertão; “Os sertões de Alagoas: Identidade, saberes e produção científica. Técnicas de pesquisa: documentação direta e indireta”, no I Ciclo de Seminários Discentes do Grupo de Estudos Sociedade e Natureza. Por fim, o trabalho “Ordem e progresso: a disciplinarização gerido por Delmiro Gouveia no sertão alagoano em prol da modernidade”, durante o I Encontro Nacional de História do Sertão no ano de 2014 (Cruz; Lima; Celestino; Carvalho, 2014), Encontro esse que tive a oportunidade de fazer parte da Comissão organizadora.

Em 2013, quando estava começando o terceiro período, eu tive uma das sensações mais impactantes da minha vida universitária, obtive a oportunidade de entrar como estagiário em um programa do governo do estado da Bahia (Instituto Euvaldo Lodi – IEL), na condição de estagiário, mas que na prática era um professor substituto – foi minha primeira experiência docente em sala de aula. Não tinha sequer assistido uma aula realmente de História na universidade – já que durante o primeiro ano da UFAL não era visto disciplinas da área de formação. Nunca esqueci quando entrei de novo no meu antigo colégio, o Colégio Estadual Carlina, onde estudei maior parte da minha vida escolar e fui para uma sala de aula de 5ª série,

¹ Informações sobre o 1º Encontro Nacional de História do Sertão (1º ENHS), podem ser conferidas em <https://ienhs.blogspot.com>. Acesso em 15 de mar de 2026.

que atualmente corresponde ao 6º ano, uma turma de mais de 40 alunos, para ensinar pela primeira vez História, de lá pra cá já são 13 anos em sala de aula.

No mesmo ano em 2013 participei em Goiânia, Goiás, de um dos maiores encontros de estudantes universitários, os históricos Congressos da União Nacional dos Estudantes. (Cruz, 2012; 2017; 2021). O 53º Congresso da UNE, do qual participei, teve um papel importante na luta contra a ditadura. Junto com outros colegas, representamos a UFAL e o Campus do Sertão, como integrantes da União da Juventude Comunista (UJC). Nesse encontro tive também a oportunidade de conhecer melhor como funcionava a luta dos estudantes no Brasil, conhecer outras entidades estudantis e participar de palestras com grandes nomes nacionais que defendiam a educação pública e de qualidade.

Na UFAL fiz uma palestra no hall de entrada do Campus em 2014, na descomemoração do Golpe de 1964 que naquela época estava completando 50 anos. Aquela foi a primeira vez que falei sobre o Golpe e a Ditadura. Naquele período já estava pesquisando sobre a temática, pois foi o tema do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado no ano de 2015. É importante destacar sobre isso porque em parte essa dissertação se deve ao pontapé inicial que eu tive naquele período. É como se estivesse retornando e dando continuidade aquela pesquisa, mas agora com o grande diferencial, pois é com viés na prática do ensino de história.

Em 2014 já com minha pesquisa em curso, fui para o encontro mais importante que participei da minha vida acadêmica, apresentei parte do meu trabalho de conclusão de curso no XXXIII Encontro Nacional dos Estudantes de História (ENEH) na Universidade Estadual do Ceará (UFC), com a comunicação intitulada: “Os desdobramentos do golpe militar na política de Paulo Afonso – BA durante a década de 1970”. Foi um encontro enriquecedor, pois pela primeira vez estive ao lado dos estudantes de História de todo o Brasil, discutindo sobre a historiografia e também sobre as lutas estudantis.

Finalizei o curso na segunda metade de 2015, o primeiro da turma, em meio à outra greve, de um total de três mobilizações sindicais e estudantis. No contexto, como tinha que pegar meu diploma com urgência, já que fiz um concurso no Regime Especial de Direito Administrativo (Reda) no estado da Bahia e precisava dele para tomar posse, meu orientador a época, Aruã Silva

de Lima, conseguiu uma autorização com o movimento grevista e apresentei minha monografia e fui colar grau em Maceió, finalizando assim minha graduação.

Minha vivência na UFAL teve mais um capítulo no final de 2016. Nesse período os estudantes secundaristas de várias partes do Brasil ocuparam escolas e instituições de ensino superior contra a proposta do Novo Ensino Médio (NEM). Essas manifestações cresceram ao ponto das universidades também começarem a aderir. Nessa atmosfera, fui provocado pelos ex-colegas de curso e do movimento estudantil para participar do trancamento do portão e, posteriormente ocupação do Campus Sertão da UFAL, em meio à luta dos estudantes brasileiros em várias partes do país contra o Novo Ensino Médio e contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 241/2016), denominada “PEC do teto de gastos”, que tinha a intenção de congelar os gastos com saúde e educação por 20 anos (Agência Brasil, 2016; Rodrigues, 2016a, 2016b; ASCOM/UFAL, 2016).

Prontamente atendi o chamado e estive presente no primeiro dia e no último dia de ocupação. Ficava conciliando o trabalho como a ocupação, a vivência na universidade durante esse período foi uma experiência ímpar, o senso de coletividade, respeito ao próximo, organização e cooperação entre tantas pessoas desconhecidas e diferentes, mas com o único propósito, a saber: lutar por uma educação gratuita e de qualidade me fizeram crescer muito pessoalmente e profissionalmente.

Como já foi exposto anteriormente, comecei minha vida profissional ainda cursando a universidade, o único contato que tinha desfrutado em sala de aula foi um trabalho realizado ainda quando cursava Pedagogia, mas foi em turma de educação infantil. Então não foi fácil no começo, principalmente porque, como disse anteriormente, não tinha ainda contato com os assuntos de história, então precisei estudar bastante para conseguir ministrar os conteúdos nas turmas. Foi muito difícil ensinar o ensino fundamental II, mas desafiadoras 5ª séries, não sei se por falta de experiência ou didática, mas eu peguei aversão a essa etapa de ensino e sempre me lembro daquela famosa frase do professor Leandro Karnal (2016) divulgada nas redes sociais em que ele diz que “quem já deu aula pra sexto ano é capaz de fazer qualquer coisa no planeta terra”.

Quando fiz meu primeiro concurso na área e passei para ser professor Reda (Regime Especial de Direito Administrativo – regime de contratação temporária, via processo seletivo

simplificado ou entrevista, de pessoal na administração pública) -, continuei ministrando aula no Ensino Fundamental II, mas fui para uma escola “tachada” como “a pior escola estadual na cidade”, foi algo bem impactante na minha vida, me deparei com uma realidade de adolescente que não tinha contato anteriormente como professor. Tinha muitos jovens sem pais, usando e vendendo drogas, jovens de 14 e 15 anos grávidas ou já sendo mães. Foi algo impactante na minha vida profissional. Nessa mesma escola também tive a primeira experiência com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma modalidade de ensino que no ensino fundamental perdia um pouco o sentido já que não servia para pessoas com idade avançada estudar, mas sim para jovens que não tiveram oportunidade de finalizar o fundamental de maneira “mais rápida”. Experiência pouco exitosa, mas de muitos significados e aprendizagens.

No ano de 2017 fui transferido e entrei no colégio estadual Quitéria Maria de Jesus, a última escola em que trabalhei no município de Paulo Afonso. A princípio minha família ficou meio receosa por ser uma escola de um bairro estigmatizado por está na periferia do município, com um índice de violência muito alto, mas foi um enorme prazer passar dois anos lá. Foi nessa escola que fiz meus principais projetos dentro da escola, tenho muito orgulho de ter trabalhado lá e também foi quando fui professor na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), um aprendizado singular trabalhar com pessoas bem mais velhas que eu, e ver nelas a esperança de querer aprender algo, mesmo elas não me mensurando também estava aprendendo muito com suas vivências, o Paulo Freire sempre destacou que “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (Freire, 1996, p. 25).

Nesse colégio também tive uma das experiências mais traumáticas na minha carreira profissional e esse acontecimento é um dos motivos da escolha do tema. No último ano que estive na escola, em 2018 no período das eleições presidenciais, presenciei vários jovens repetindo os discursos de ódio em favor da ditadura e dos torturadores propalados pelo então candidato à presidência, posteriormente eleito, Jair Messias Bolsonaro. Isso me deixava inquieto e ao mesmo tempo preocupado como os estudantes e parte da população se envolveram de forma tão fácil com esse tipo de discurso e posicionamento político de extrema direita. Esse episódio veio no bojo das discussões no Congresso do projeto de lei “Escola sem partido” e de discursos da extrema direita que incentivava os jovens a filmarem os professores em sala (Motta, 2022).

Os desdobramentos deste contexto político chegaram até minha realidade docente em sala de aula. Mas sempre tive a compreensão de que “como ator social, o professor tem um papel a desempenhar na política educativa. No seio da escola, a sua atividade desenrola-se no cruzamento das interações político-administrativo-curricular-pedagógicas” (Alarcão, 2001, p. 23).

Neste interstício, exibi, em uma aula da EJA, o filme “Batismo de sangue”, dirigido pelo cineasta Helvécio Ratton, para discutir o contexto da ditadura civil-militar e durante o debate houve discussões acaloradas com alguns estudantes. Um deles já havia servido o Exército e se sentia na “obrigação” de defender o seu candidato e repetir o discurso que “não houve ditadura” e que o “regime foi bom para o país”, inclusive tentando filmar minha aula quando debati o filme com a turma. No fim dessa aula fui para casa e, posteriormente, descobri que este aluno havia feito um Boletim de Ocorrência (BO) contra mim, pois segundo ele “eu falei mal do candidato dele e disse que a ditadura foi horrível para o país”.

No momento eu fiquei em choque sem reação, porque nunca passou pela cabeça que isso iria acontecer comigo. Entrei em contato com um amigo advogado, e fui orientado a ir à delegacia para obter mais detalhes sobre o Boletim de Ocorrência. Foi a primeira vez que entrei em uma delegacia de polícia sob a acusação de ter cometido um ‘crime’ e, por ironia, o crime de ministrar uma aula de história debatendo o cenário nacional polarizado por discursos políticos negacionistas e de extrema direita.

Por fim, isso não foi para frente, o delegado falou que era absurda aquela denúncia, que só fez o Boletim para o estudante ir embora “satisfeito”. O delegado também me disse que eu tinha liberdade de cátedra. Fui à escola no mesmo dia, falei com a diretora e a coordenadora e em todo momento tanto a escola quanto a maioria dos estudantes ficaram ao meu lado. Diante desse episódio e tudo que vem acontecendo no país daquele ano até os dias atuais, foram fundamentais para eu retornar com essa temática no Mestrado Profissional em Ensino de História. Ao fim e ao cabo esta também é uma forma de ressignificar este incidente e de construir aprendizados.

Esse acontecimento me fez desenvolver uma pesquisa apresentada em formato de comunicação oral intitulada “Ensino de História em tempos de negacionismos: um caso de polícia em Paulo Afonso, Sertão da Bahia, Nordeste do Brasil, 2016-2023”, no 33º Simpósio Nacional de História, organizado pela Associação Nacional de Professores de História (ANPUH),

realizado em julho de 2025. Foi importante a realização deste trabalho por ele ser um ponto de reflexão que me levou a discutir a temática da ditadura em sala na minha dissertação e coincidentemente o tema do Simpósio coaduna com o trabalho apresentado “Os (des)confortos da História e os futuros do Ensino de História” (ANPUH, 2025).

Em 2018 ingressei na minha primeira pós-graduação, realizada na Universidade Federal da Bahia (UFBA), polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB) na modalidade semipresencial, no curso de Especialização em educação em gênero e direitos humanos. Foi uma experiência enriquecedora, com muito aprendizado na temática de gênero e direitos humanos, no qual apresentei o trabalho de conclusão “Direitos humanos em sala de aula: porque é um direito aprender” que era uma proposta de intervenção que eu coloquei em prática em um projeto desenvolvido em sala de aula nas turmas da EJA no Colégio Quitéria, município de Paulo Afonso, Bahia. O conhecimento adquirido neste curso faz parte também do que pretendo realizar neste trabalho em sala de aula, a importância dos direitos humanos em um período ditatorial e a luta para preservar os direitos democráticos no atual presente histórico.

Ainda no mesmo ano fiz o concurso efetivo para Secretaria de Educação e Cultura do estado da Bahia (SEC-BA), fui aprovado e em 2019 começou uma nova etapa na minha vida profissional e conseguir realizar mais um sonho – ser professor efetivo da rede de educação pública da Bahia. Naquele momento passei a ter a necessidade de me deslocar 160 km para trabalhar e morar em outra cidade, Coronel João Sá, em uma escola diferente de qualquer outra, pois a maioria do corpo discente vinha da área rural, foi maravilhoso conhecer e aprender tanto com eles. Essa experiência me fez ter uma visão sobre a educação que é: quando se quer um sonho, você vai buscar de todas as formas possíveis mesmo com tantos obstáculos. Foi lindo ver vários estudantes que terminaram o ensino médio, após percorrer mais de 2h de viagem em uma estrada de terra, serem aprovados no Enem e outros exames de admissão e estarem cursando graduação em diversas universidades, inclusive na Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Durante o período que já estava como professor efetivo no estado tomei a decisão de fazer mais uma especialização pensando no meu aperfeiçoamento profissional, então em 2020 terminei na Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI) o curso a distância de Pós-Graduação Lato Sensu em Ensino de História, apresentando o TCC “Direitos Humanos em sala de aula: formação de um cidadão consciente”. E, seguindo os caminhos de buscar mais conhecimento, fiz mais uma

especialização, essa foi disponibilizada pelo SEC-BA e visava o NEM. Então finalizei em 2022 o curso de especialização em Ciências humanas e sociais aplicadas e o mundo do trabalho na Universidade Federal do Piauí (UFPI), essa última sem a necessidade de apresentação de TCC.

Após quatro anos longe de casa, em 2023 volto para Paulo Afonso e passo a lecionar no município vizinho de Glória, Sertão da Bahia, também às margens das barragens das hidrelétricas do rio São Francisco, distante somente 10 km. O município e os estudantes têm características parecidas com o colégio anterior, município majoritariamente da área rural, então para mim está sendo uma vivência de aprendizados. Foi no Colégio Reis Magalhães que reencontrei colegas da época da UFAL, Érica Silva e Gabriel Veras de Geografia e Cláudio Júnior de História. E foi um desses colegas, o Cláudio Júnior, que me sugeriu e deu dicas de como fazer o Profhistória. Ele era egresso da turma de 2022 também na UFS e me explicou como funcionava o mestrado e de como conciliar com o trabalho. Então resolvi participar da seleção no final do ano de 2023.

Como foi exposto anteriormente, em 2023 decidir ingressar no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA/UFS). Eu já tinha planos de fazer um mestrado quando entrei como professor efetivo no estado em 2019 e fui morar em um município na divisa com Sergipe, pensei na possibilidade de fazer o Profhistória – já que o acadêmico era inviável, pois o estado não iria liberar enquanto estivesse no período probatório. A UFS era a universidade mais próxima da cidade onde morava – distância de 293,6 km. Um colega da área de Geografia, professor Luciano também tinha feito e me incentivou a fazer naquele período. Fiz planos de tentar a seleção em 2020, mas infelizmente veio à pandemia e meus planos foram adiados.

Minha vivência no PROFHISTÓRIA foi enriquecedora, as disciplinas cursadas me fizeram ter apropriação de conceitos que não lembravam e/ou não tinha estudado na graduação e, portanto, foram fundamentais na concretude dessa dissertação. Desde as discussões de Teoria da História, que me fizeram reviver o período de graduação, passando por disciplinas como História do Ensino de História e Seminário de Pesquisa, foram basilares para estruturar esse trabalho com embasamento teórico e prático.

Quando apresentei meu TCC e terminei minha graduação, umas das coisas que nunca esqueci foi meu orientador, aconselhando a fazer a seleção do mestrado acadêmico enquanto

estava no auge das leituras e escritas da monografia, porque depois eu não teria mais ânimo. Pois bem, assim aconteceu, colegas de curso foram tentar o mestrado acadêmico e eu por já estar em sala de aula me dediquei a concurso público para continuar na carreira, acabei deixando de lado o mestrado. Todavia, durante esses anos na sala de aula era perceptível que o ensino de história estava precisando de uma renovação na forma de expor o conhecimento histórico e o mestrado profissional era uma ferramenta possível para mudar esse cenário. Essa foi uma das minhas motivações, tentar de alguma forma transformar um pouco as aulas de história, fazer delas aulas mais atrativas e acredito que o mestrado profissional seja uma possibilidade para desenvolver essas aulas.

Uma segunda motivação é de origem pessoal, sempre quis conhecer melhor a história da minha cidade, Paulo Afonso, Sertão da Bahia, Nordeste do Brasil, bem como, ensinar história no ensino fundamental e médio, pois, para mim, é importante que os jovens se apropriem do conhecimento histórico para tecer reflexões sobre o lugar que ocupam no mundo e os envolvem.

Entretanto, em razão das circunstâncias passei quatro anos fora de Paulo Afonso, agora que voltei fui para uma cidade que, apesar de uma história riquíssima desde o período colonial, tem pouquíssima documentação sobre a mesma, diante das dificuldades de fontes acabei desistindo de pesquisar a história local.

Todavia, ainda tenho uma motivação pessoal com a escolha do tema, pois ele em parte é uma continuação da minha monografia, intitulada “Os desdobramentos da ditadura civil-militar nos processos políticos na cidade de Paulo Afonso – BA”. A escolha que eu fiz lá em 2014 veio a partir de uma pergunta ao meu pai: “pai existiu ditadura em Paulo Afonso?”, ele respondeu que não. Diante da negativa dele e de minhas inquietações sobre a cidade ter sido uma área de segurança nacional eu mergulhei nos arquivos da Câmara Municipal e livros da época e tentei de alguma forma mostrar que meu pai estava equivocado e que inclusive ele sofreu com a ditadura quando participou, em 1982, de uma greve na Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e foi reprimido fortemente pela Polícia Militar da Bahia (PMBA) – a mando do então governador Antônio Carlos Magalhães (ACM) colocado no governo pelos militares.

Mesmo não sendo minha pretensão inicial, ressalvadas as devidas circunstâncias e contextos, acabei realizando algo, ao menos semelhante ao que motivou o historiador francês

Marc Bloch a escrever o célebre livro “Apologia da História ou o ofício de historiador”, qual seja, responder à pergunta que seu filho o fez: “pai, para que serve a história?”. No meu caso, ao contrário, eu procuro responder a pergunta que fiz ao meu pai. Além desta motivação familiar, essa dissertação e o Recurso Educacional Aberto (REA) que ela apresenta, tem um pouco das minhas pesquisas da graduação, especialização e de minha relação com a temática em sala de aula durante esses mais de dez anos na carreira docente. E, é sem dúvida, ela narra parte significativa do que aprendi durante o mestrado profissional no ensino de História. Esse trabalho, portanto, é uma realização pessoal, profissional e em contínua construção.

3. ENSINO DE HISTÓRIA, DITADURA E DEMOCRACIA: EM TEMPO DE NEGACIONISMOS E DE AVANÇOS DA EXTREMA DIREITA

A presente seção tem como escopo compreender como o ensino de história pode trabalhar a aprendizagem acerca da ditadura civil-militar e dos atuais desafios democráticos da sociedade brasileira em tempos de avanços da extrema direita (Motta, 2022), propagação de *fake news* (Gallindo, Pureza, 2024; Zani, 2023) e de difusão de ideias do negacionismos científico (Melo, 2006; Rollemberg; Cordeiro 2021; Napolitano, 2021; Sena Junior, 2017; Lima, 2021).

Frente a esta temática/problema o diálogo com a bibliografia sobre o ensino de história tem o intuito de identificar as produções desenvolvidas na área. Em torno deste enfoque, tecermos uma atenção às publicações do Profhistória, particularmente aquelas que discutem ditadura, negacionismo e democracia (Araújo, 2022; Bezerra, 2018; Breve, 2021; Da Rosa, 2020; Genari, 2018; Lima, 2021; Lopes, 2019; Macedo, 2022). Dessas produções Rosenilde de Lima, Ana Carolina Breves, Elton Genari e Paulo Macedo têm como foco principal discutir o negacionismo e revisionismo na ditadura. Já os trabalhos de Ellen Bezerra, Thaíse Moraes, Eleandro da Rosa, Cilmará Araújo e Loami Lopes debatem a ditadura e o ensino de história.

Ainda em torno deste tema/problema, a produção do filme “Ainda Estou Aqui” – dirigido por Walter Salles, aclamado em diversos festivais de cinema, incluindo o “Globo de Ouro” e o “Oscar”, tem suscitado o debate acerca dos crimes perpetrados pelo referido regime de exceção no Brasil (Rocha; Gomes, 2024). Paralelamente, observa-se a repercussão e o sucesso, tanto nacional quanto internacional, do filme “O Agente Secreto” – dirigido por Kleber Mendonça Filho e com protagonista o ator baiano Wagner Moura, cuja notoriedade também vem sendo evidenciada (CNN, 2026; BBC NEWS BRASIL, 2026). A repercussão e o debate político provocado por ambos os filmes, a título de hipótese, culmina como um contraponto aos discursos, distorções e deformações de interpretações negacionistas associadas ao avanço da extrema direita (Motta, 2022).

Ilustro esta hipótese com os registros de reações negativas desferidas contra docentes, tanto do campo do ensino de história quanto de outras áreas do conhecimento, que se contrapõe ao discurso/práticas do negacionismo científico de extrema direita, seja em relação a deturpações

que positivam em relação à ditadura seja em relação a outras temáticas científicas e /ou políticas, exemplo da eficácia das vacinas (Duarte; Benetti, 2022) e da legitimidade dos resultados eleitorais conferidos pelas urnas eletrônicas (Dienstbach; Cordeiro, 2024).

Dentre esses registros, o incidente, já mencionado, que ocorreu comigo, após exibição do filme “Batismo de Sangue” em uma turma de EJA no contexto das eleições presidenciais de 2018, é um exemplo dos (des)confortos do Ensino de História no tempo presente – tema central abordado pela 33º Simpósio Nacional de História (ANPUH, 2024). O fato, ocorrido durante uma aula sobre a Ditadura civil-militar em uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA), instigou um estudante a tentar gravar um vídeo sem minha permissão e, não obtendo êxito com este propósito, prestar queixa em um Boletim de Ocorrência. Segundo este estudante, que havia tido uma experiência como ex-militar, eu “estaria dizendo que o candidato dele (Bolsonaro) defendia a tortura e a ditadura” (Polícia Civil do Estado da Bahia, 2018, p. 1).

O tempo presente é o ponto de partida fundamental do aprendizado histórico (Bloch, 2001; Hobsbawm, 1995; Silva, 2017). Nesse sentido, esta seção busca analisar os discursos que circundam a Ditadura civil-militar (1964-1985) e os desafios democráticos da Nova República de nosso atual presente histórico. O interesse em revisitar esse período se justifica pela emergência de narrativas veiculadas por setores da extrema-direita, que tentam ativamente reescrever a história buscando cooptar a consciência histórica (2001).

Essas narrativas buscam deslegitimar a historiografia, o debate acadêmico e as instituições educacionais, jurídicas e políticas. Esta produção tem sido abastecida por livros didáticos, vídeos e postagem em redes sociais propagando argumentos de que o período da “ditadura militar” não foi caracterizado pela repressão e pela violência como comumente se apresenta. Pelo contrário, tais discursos tentam pintar a ditadura como um período de ordem, desenvolvimento econômico e, paradoxalmente, de “liberdade” cerceada apenas para “subversivos” (Ramos, 2023). A análise dessas tentativas revisionistas, que muitas vezes ecoam em mídias sociais e no debate público, torna-se essencial para desvendar as disputas em torno da memória, da verdade histórica e da própria democracia no Brasil contemporâneo (Sena Júnior, 2017; Motta, 2022).

Neste contexto, entre os anos de 2018-2022, o país teve um governo que vangloriava a “ditadura civil-militar” e falava abertamente que aquele foi um período bom e que poucas

pessoas morreram no período (Ribeiro, 2021, Motta, 2022). A respeito, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro disse, entre outras falas, que “agora, não me venha falar da ditadura militar. Só desapareceram 252 [pessoas], a maioria marginais, sequestradores e assaltantes de banco, em 20 anos [sic] de ditadura militar” (Bolsonaro, 1999).

Em contraponto a este discurso, a atual presidência da República (2022-2026), no terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, apesar de ser considerado progressista de esquerda e do campo democrático, ao se referir às lembranças dos 60 anos do golpe, disse em entrevista na RedeTV que “não há por que ficar remoendo o passado”. Fala dita em entrevista em que segundo este político e autoridade maior da República “[o golpe] já causou o sofrimento que causou. O povo já conquistou o direito de democratizar esse país [...] o que eu não posso é não, sabe, tocar a história pra [sic] frente, ficar remoendo sempre, ficar remoendo sempre” (Lula da Silva, 2024).

Sob o ponto de vista da relevância política e educacional, é importante discutir essas falas com os estudantes como estratégia de aprendizagem histórica. Os discentes, enquanto cidadãos em formação, podem a partir deste exemplos serem provocados a compreender as disputas acerca deste passado recente, próximo, traumático, sensível e de triste memória. Eles precisam compreender o que envolve esses discursos, quando um ex-presidente de extrema-direita enaltece a ditadura e, por outro lado, em que contexto e atmosfera política um presidente da República em exercício, mesmo associado ao campo democrático, sugere simplesmente esquecer os traumas do referido passado (Almeida; Tavares, 2025). A respeito, o prólogo do livro “Pacto do silêncio” em Alagoas, destaca o “crescimento da extrema-direita no Brasil nos últimos anos comprovou que a batalha de discursos sobre o passado não arrefeceu e que as historiadoras e os historiadores de plantão precisam continuar em campo, combatendo falas que celebram mortes, torturas e desaparecimentos” (Macedo, 2025, p. 18).

Segundo Napolitano (2021), o radicalismo da extrema direita, o negacionismo científico e o revisionismo de determinadas interpretações, inclusive no campo das ciências humanas, tem contribuído para deturpar, falsear e difundir o aprendizado e a compreensão do conhecimento político, crítico e histórico da sociedade.

O debate historiográfico, portanto, tem dedicado atenção às apropriações dos acontecimentos deflagrados a partir do Golpe de Estado de 1964 e, conseqüentemente, da

Ditadura civil-militar (1964-1985), como exemplos de acontecimento e processo históricos frequentemente falseados e, deturpados para desinformar, doutrinar e manipular os cidadãos com intuítos claramente eleitorais (Calil, 2017).

Os significados de trabalhar este e outros temas em sala de aula, não obstante a importância, atualidade e significados têm esbarrado em propostas de currículos extensos, turmas com grande quantidade de alunos, poucas horas dedicadas aos estudos de história pelas matrizes curriculares, docentes com sobrecarga horária e baixos salários. Em torno desta discussão, ocorre o deslocamento da concepção de formação cidadã em favor de conteúdos centrados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A este corolário o NEM, ajustado pelo DCRB elaborado pela SEC/BA, acrescenta a inclusão de disciplinas como “itinerários formativos” que na prática, muitas vezes é descontextualizado e performático, “empreendedorismo”, entre outros temas, compatibilizados para ajustar e, sobretudo, reduzir à carga horária das humanidades e, por conseguinte, fragilizar o papel da escola na formação de cidadãos críticos, reflexivos e cientes de seus deveres e direitos. A respeito, é salutar destacar que o aumento da carga horária por si, não é garantia de que este e outros temas sejam abordados com a devida atenção, mas é uma das condições para construção de uma educação emancipatória, crítica, socialmente referenciada e democrática (Freire, 2019).

3.1 NEGACIONISMO: CONTRASSENSE À DOCÊNCIA E À CIDADANIA

A profissão docente vem passando por ataques sistemáticos nas últimas décadas, em particular, nas redes sociais (Barros, 2024; Pinsky, Pinsky, 2011). Dia após dia, encontramos ataques ao sistema de ensino, inclusive com *coaches* mirins, jovens *influencers* digitais, divulgando nas suas páginas que “escola não serve para nada” (Portal Cioran Brazil, 2025), dentre outras provocações de “cyberbaiting” – uma prática digital em que usuários, sejam eles alunos ou não, provocam professores ou outros participantes da audiência virtual para registrar suas reações negativas, através de celulares ou dispositivos digitais, geralmente para expor ou ridicularizar docentes, práticas de ensino, instituições escolares e, por consequência, a importância da educação nas redes sociais. Assim, o *cyberbaiting*, trata-se de um fenômeno ligado ao ambiente escolar e à cultura digital, diferente do *cyberbullying*, mas igualmente prejudicial (Barros, 2024). No que se refere ao professor de ciências humanas, em especial, aos

de história, as referidas críticas ou *cyberbaiting* dos *coaches* mirins e de outros *influencers* são igualmente incisivas, nocivas e inoportunas, pois para esta parcela doutrinadora e doutrinada da sociedade, os profissionais da educação são ideólogos de esquerda e deturpam a “verdadeira história”.

A respeito, em uma entrevista sobre essa questão, um professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), esclareceu que o papel exercido pelos historiadores e, conseqüentemente, pelo Ensino de História, é incômodo, e “quase sempre a pior possível, lamentavelmente. Historiadores lembram o que a sociedade e os governantes querem esquecer. Digo isso da perspectiva daquele que faz uma história que não é oficial, uma história que é incômoda ao *status quo*” (Sena Júnior, 2019, p. 216).

Em relação a esta perspectiva, um dos mais importantes historiadores do século XX, Eric Hobsbawm, na obra “Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)”, destaca que estarmos vivendo um presente contínuo, onde tudo está em constante transformação. Neste presente, “os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes do que nunca no fim do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores” (1995, p. 13). Sob a perspectiva, com a qual compartilhamos, o papel tanto dos(as) historiadores(as), enquanto acadêmicos, quanto dos(as) professores(as) do ensino de história, enquanto docente responsáveis pela educação histórica, é lembrar a sociedade os acontecimentos do passado que ressoam no presente – seja na academia, nas salas de aulas nas escolas ou no debate público (Carvalho, 2016; Silva, 2016).

Cabe-nos, no entanto como pesquisador e educador, no exercício reflexivo contínuo e rigoroso da pesquisa e da prática pedagógica, estabelecer uma distinção clara entre, por um lado, há construção do conhecimento histórico, que deve se sustentar sobre bases teórico-metodológicas científicas, rigorosamente aplicadas na análise das fontes e na interpretação dos processos da ação humana no curso dos tempos (Barros, 2013; Reis 2011). E, por outro lado, há militância política, onde busca distorcer os fatos históricos para que sua narrativa se encaixe com sua ideologia.

Essa distinção é crucial para garantir a objetividade e a integridade da História enquanto disciplina e conhecimento reconhecidos socialmente, evitando que premissas ideológicas ou os

engajamentos ativistas se sobreponham à análise crítica e à busca por uma compreensão multifacetada e complexa da realidade histórica. A respeito, o ofício do historiador exige a capacidade de suspender, ainda que temporariamente, as convicções pessoais em prol da exigência de evidências e da coerência argumentativa, reconhecendo os limites entre a análise do *que foi* e a proposição do *que deve ser* (Certeau, 1982). Mas não esquecendo que conforme argumenta Certeau (1982), toda produção historiográfica é dependente de um lugar social, o que implica que o historiador não é um observador neutro, mas um sujeito situado institucional e politicamente.

No que tange ao Ensino de História, Carvalho, Gasparotto e Soares (2024), salientam que compete aos docentes à incumbência de “inventar formas de restabelecer em sala de aula um diálogo baseado na confiança recíproca e que articule, ao mesmo tempo, o espaço de participação dos estudantes e o potencial da intervenção reflexiva da disciplina História” (2024, p. 7). Para estes autores, os estudos históricos podem proporcionar aos estudantes a possibilidade de se apropriar de discussões fundamentadas sobre ditaduras e, em contraponto a estas, de valores democráticos (Carvalho; Gasparotto; Soares 2024). Sob esta perspectiva, é possível oportunizar aos estudantes que se apropriem dos estudos históricos a respeito da(s) ditadura(s) e consigam reconhecer valores atinentes à democracia. A compreensão de uma e de outra noção conceitual, democracia e ditadura, devidamente contextualizada, valoriza o presente e as expectativas de futuro da sociedade (Pina; Aquino, 2019).

Uma tarefa desafiadora que compete não apenas aos docentes, mas a todos aqueles que defendem valores democráticos e de justiça social. Neste sentido, é imperativo que o Ensino de História, tanto no que tange a carga horária quanto no que concerne ao planejamento, metodologia e definição de conteúdos/temáticas reflexivas sobre a sociedade que nos envolve e a que queremos atingir como expectativa de futuro (Arantes, 2014). Deste modo, os discentes podem adquirir consciência crítica desse passado com base nos fundamentos, métodos e rigor científico postulados pelo conhecimento historiográfico já estabelecido (Pinsky; Pinsky, 2021).

Não obstante, o desafio é considerável, segundo Valle e Moreno, o atual presente histórico de ensino, transpassado pelo crescente, constante e dependente do uso tanto das mídias quanto das redes sociais digitais tem

intensificado a ação política de movimentos conservadores e de extrema-direita no Brasil, espaços em que esses grupos mobilizam formas diversas de revisionismos e/ou negacionismos históricos, condicionados pelas disputas políticas do tempo presente. As redes têm permitido a esses grupos de extrema direita e negacionistas da ditadura militar se articularem, uma vez que a circulação das informações e das narrativas construídas através das mídias e redes sociais possibilita a interação e consolidação de laços político-ideológicos que antes da internet era muito restrita (Valle; Moreno, 2023, p. 48).

Nesse cenário surge a onda negacionista que está promovendo uma “guerra cultural ideológica de direita” contra o que eles chamam de “doutrinação esquerdista” (Melo, 2006, p. 45). A respeito, é importante destacar que há uma diferença conceitual entre negacionismo e revisionismo. O revisionismo histórico é uma vertente historiográfica associada à interpretação da Revolução Francesa como uma derrapagem e não como uma revolução (Furet, 1989). Este debate tem sido retomado recentemente em outras bases sob influência da chamada guerra cultural ideológica contra a esquerda. Esta outra linha de pesquisa está mais sujeita a falsificações e, apesar de alegarem serem “isentos de ideologias” No atual momento de reflexão desta dissertação, em termos de recorte, discutirmos de forma mais detida a corrente interpretativa negacionista fundada no denominado *revisionismo ideológico* (Motta, 2021).

O negacionismo, fundado no referido revisionismo, afasta-se do controle teórico-metodológico científico, inclusive no campo do conhecimento histórico (Napolitano, 2021). Neste sentido, para embasar esta discussão, destacamos algumas discussões historiográficas. Iniciamos este diálogo com o texto “Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI”, escrito por Marcos Napolitano, junto à coletânea “Novos combates pela história: desafios – ensino”, organizado por Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky. Neste texto, Napolitano esclarece que a primeira distorção produzida pelas interpretações negacionistas é a

mentira pura e simples sobre um evento ou fato histórico comprovado por fontes e por consenso de historiadores (independentemente das interpretações que se possa fazer sobre suas causas ou desdobramentos), conhecido pelo nome de *negacionismo*. A segunda distorção é a apropriação seletiva de fatos igualmente comprovados, sem a devida complementação de informações, para reforçar a tese negacionista (2021, p. 86-87).

Estudiosos desta problemática denominam estas distorções de *revisionismo ideológico* – conceito utilizado para diferencia-lo do revisionismo histórico (Napolitano, 2014). Alguns outros historiadores, por sua vez, preferem evitar a utilização do termo revisionismo, como é o caso de

Traverso (2012), outros o utilizam com críticas, a exemplo de Sena Júnior (2017). Para Traverso, o “revisionismo” é um termo camaleão que assumiu diversos significados ao longo do século XX (2012, p. 27). Já para Sena Júnior, o referido termo “diz respeito ao momento em que alguns historiadores passaram a questionar a legitimidade de estudiosos que investigavam o nazifascismo sob uma perspectiva antifascista” (2019, p. 228). Ainda segundo Sena Júnior (2019), antes do revisionismo chegar ao discurso oficial, através do ex-presidente Bolsonaro e pressionar historiadores com um tipo de “única verdade”, ele já motivava preocupação intelectual junto àqueles que lidam com o passado com método e rigor científicos.

No Brasil o movimento revisionista tem seu prelúdio na década de 1990, quando o referido movimento teria sido iniciado, de modo tímido, “com a obra de Argelina Figueiredo, quando ele se consolida e se robustece, nos anos 2000, com os desdobramentos dos trabalhos surgidos do projeto sobre a história oral dos militares” (Sena Júnior, 2017, p. 77). A respeito, o autor destaca como a disputa da memória é importante para o ensino de história:

Como todos sabem, Ustra foi o algoz da ex-militante da Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares) Dilma Rousseff, e o voto do capitão Bolsonaro, não foi apenas uma provocação, mas uma demonstração de que se faz necessário aos historiadores promoverem o bom combate de ideias, para garantir que as perspectivas da “boa memória” não culminou na imposição do esquecimento e, mais do que isso, no retorno dos projetos autoritários que um dia se pretendeu sepultar (2017, p. 77).

As historiadoras Denise Rollemberg e Janaina Cordeiro, por sua vez, esclarecem que o debate sobre o revisionismo e o negacionismo, delineia a “a ideia de [que o] *revisionismo* refere-se a iniciativas de revisar interpretações de fatos e processos passados; [já o] *negacionismo*, por sua vez, [delineia] a iniciativas de negá-los” (2021, p. 61) e que “o revisionismo é esclarecedor e indispensável, na produção do conhecimento histórico, enquanto o negacionismo é funesto e obscurantista, a própria negação da História” (2021, p. 61). Como destaca Lima (2021, p.61) “além de falsificar a História, os negacionistas também constroem uma expectativa de futuro falsificada, à medida que negam ou rejeitam outras possibilidades e perspectivas”. O negacionismo, portanto, desenvolve-se a partir de inverdades e falseamento de fatos e processos históricos (Breves, 2021).

Sobre a relação de memória e história é relevante analisar o que Napolitano ressalta sobre a separação entre a “história oficial”, que representa no contexto da ditadura das memórias dos militares, e a “memória hegemônica”, que representa a memória dos grupos opositores, sobre a ditadura civil-militar. Segundo o autor, “a memória, um tanto errática e fragmentada, sobre o golpe e o regime militar foi o resultado lógico e simbólico desta divisão, não apenas entre esquerda e direita, mas dentro de ambas as correntes ideológicas básicas” (2014, p. 315). Isso levou o que o autor nomeia de cacofonia de vozes críticas da sociedade sobre os acontecimentos que estão na origem do regime que começa a sofrer, paulatinamente, um processo de reconstrução em meados nos anos 1970, concomitante à política de “distensão e abertura” (Napolitano, 2014). Este processo resultou na “afirmação de uma memória hegemônica sobre a ditadura, que não deve ser confundida com uma história oficial. Esta é fruto de uma simbiose entre a memória das elites e a história dos grupos que ocupam o poder político de Estado” (2014, p. 316). Logo podemos compreender que a memória hegemônica sobre o golpe (e sobre o regime como um todo) é exatamente o contrário disso, criando um fosso entre as elites políticas que mandavam no país e os grupos sociais que tinham mais influência na ‘sociedade civil’ e atuavam sob o signo da ‘resistência’ (Napolitano, 2014).

Os excertos acima realçam um ponto de destaque na dissertação, visto que um dos papéis esperados do professor em sala de aula, especialmente de História, é buscar meios para formar cidadãos críticos quanto aos horrores perpetrados por regimes autoritários, como a ditadura civil-militar (1964-1985). Neste sentido, é importante que os estudantes tenham acesso a uma aprendizagem histórica capaz de compreender os acontecimentos históricos por meio da interpelação de fontes e de uma historiografia balizada em métodos científicos e rigor metodológico – e não através de *fake news*, narrativas negacionistas ou versões parciais dos fatos e processos históricos.

Nesta perspectiva, Melo (2006) no artigo “A miséria da historiografia”, posteriormente transformado em livro, discorre sobre o que caracteriza “revisionismo” sobre o tema do Golpe e Ditadura, que ocorreu a partir dos 40 anos do Golpe de 1964. O autor relata que “essas abordagens têm como ‘novidade’ uma refutação sistemática de determinadas interpretações que tiveram inspiração na teoria marxista” e destaca que “é absolutamente relevante, pois é notório o

fato de que essa tradição intelectual orientou, mesmo que difusamente, uma parte considerável das hipóteses sobre o golpe 1964” (2006, p. 114).

Os revisionistas, de um modo geral, apresentam-se como estudiosos não envolvidos nas paixões políticas – que supostamente lhe confeririam maior objetividade na análise (Melo, 2006). O autor prossegue sua análise com um questionamento: haverá trabalhos, por mais imparciais que aparentam ser, que não estejam teoricamente embasados em alguma ideologia? A posição dessa vertente sobre não escrever com base em uma corrente ideológica é discutida com atenção (Melo, 2006). Para exemplificar, o autor expõe um dos nomes do revisionismo – o francês François Furet que procurou desqualificar as interpretações marxistas apresentadas como “teleológicas” e “evolucionistas” sobre a Revolução Francesa. A respeito, ele destaca uma fala de Hobsbawm sobre a intenção de Furet de não escrever sobre uma nova ótica sobre a Revolução Francesa “mas sobre as grandes generalizações historiográficas e políticas que podem ser vistas nela” (Hobsbawm, 1996, p. 107). Sobre Furet, Melo conclui que “por trás de uma pretensa “objetividade” – pois afirma-se não contaminado pelas “ideologias” – escondia-se o observador contra-revolucionário[sic]” (Melo, 2006, p. 115).

Em sequência Melo faz um importante destaque sobre o revisionismo, onde esclarece sobre sua prática para historiografia. O revisionismo em si não é uma prática condenável, pois ela cada vez mais se liga à profissão do historiador, que para sobreviver precisa recorrentemente levantar uma nova hipótese, revelar um documento novo ou propor uma nova abordagem (Melo, 2006). O autor conclui que, “não necessariamente um trabalho mais recente é melhor ou mais sofisticado que aqueles que o precederam e são considerados clássicos” (Melo, 2006, p. 116).

A reinterpretação da história, conforme já assinalado por Adam Schaff (2000), é impulsionada pelas necessidades em constante mudança do presente e pelos reflexos dos eventos passados que ressoam na contemporaneidade. Desta forma, compreendemos que as indagações e os focos de interesse dos(as) pesquisadores(as) estão intrinsecamente ligados às emergências e às exigências de cada época, contexto e projetos em disputa.

Esse recorte vai ao encontro das reflexões tecidas por Rollemberg e Cordeiro quando relatam que a necessidade historiográfica e social de rever e de visitar o passado, não pode abrir mão das evidências e dos métodos que balizam o conhecimento histórico. Dessa forma, o

exercício da interpretação e da interpelação histórica é fundamental para que, por meio da problematização dos registros da ação humana no tempo, busque-se novas perspectivas e abordagens para a compreensão do passado, presente e das expectativas de futuro (Rollemberg, Cordeiro, 2021).

A produção do conhecimento histórico está em contínua construção, portanto, distancia-se de interpretações estanques, inflexíveis ou definitivas. A insistência em revisitar o passado implica reconhecer que as fontes históricas são inesgotáveis em seu potencial de informação, leituras e interpretações. Elas, a depender do olhar e das perguntas que o historiador lhes dirige, podem apresentar um palimpsesto de possibilidades – isto é, aquilo que para os gregos se raspa para (re)escrever e (re)interpretar de novo (Rocha, 2010; Cruz, 2020).

Nessa perspectiva, o papel do historiador é de buscar novos caminhos munidos do rigor teórico-metodológico – como a crítica das fontes, contextualização e a confrontação de diferentes abordagens de visão de mundo (Reis, 2014; Barros, 2011). Isso é especialmente relevante em contextos de mudanças sociais, políticas e culturais, pois o presente, com suas novas sensibilidades e questões, lança luzes distintas sobre o passado, permitindo, por exemplo, a emergência de sujeitos históricos silenciados ou a reavaliação de processos tidos como consolidados. Portanto, para Rollemberg e Cordeiro (2021) a historiografia deve buscar constantemente novos ângulos de compreensão do passado. A validade dessa busca reside na observância rigorosa dos métodos amparados pela interpelação de evidências verificáveis em diálogo com um aparato teórico-metodológico submetido à crítica acadêmica e da sociedade.

À luz destas discussões – sobre o revisionismo e a importância da fundamentação teórico-metodológica do conhecimento histórico – é importante destacar a repercussão alcançada pela coletânea de livros escritos pelo jornalista Elio Gaspari (2002) – a partir dos quais ele reescreve as teses sobre o golpe e a ditadura sob o ponto de vista da caserna. Leitura que tem alicerçado a propagação de teses do chamado revisionismo ideológico e dos negacionistas através de *fake news* nas redes sociais.

Sobre essas obras Calil avalia que inúmeras “proposições presentes na obra de Elio Gaspari são encontradas nas obras de autores revisionistas: a desqualificação de João Goulart; a responsabilização da esquerda pelo desencadeamento do Golpe de 1964; a sobrevalorização da

oposição entre militares ‘moderados’ e ‘linha dura’” (2017, p. 111). Segundo Calil, Gaspari desqualifica as organizações de resistência armada, elogia o processo de transição pelo alto, minimiza a repressão política sob a presidência do governo Geisel. Gaspari, na leitura de Calil, promove uma verdadeira regeneração das biografias dos militares que ocuparam o governo do país no período da ditadura – em um claro exercício de amenizar responsabilidades na execução de atos de repressão e de violência política. Envolvido com este intuito, Gaspari incorporou o discurso dos próprios personagens golpistas a acerca do papel que eles teriam desempenhado no encaminhamento da ditadura para a “transição democrática” (Calil, 2017). Por fim, Calil “ênfatiza que não é possível aprofundar aqui a discussão sobre a forma como a obra de Gaspari e a historiografia revisionista influenciaram-se mutuamente, mas é possível indicar que clara esta relação de influência mútua tem grande importância” (2017, p. 111).

Estes recortes ilustram uma crítica direcionada a uma das diversas obras publicadas nas últimas décadas sob a ótica do revisionismo. Tais obras, por sua vez, acabaram por subsidiar as distorções históricas disseminadas pela guerra cultural da extrema-direita. Um exemplo notório é a produtora de vídeos “Brasil Paralelo”, conhecida por propagar essas teses. A produtora tem conquistado um público significativo, espalhando conteúdos que se caracterizam por serem distorcidos, descontextualizados, parciais e de desinformação (Oliveira, 2025; Santos 2024).

O livro “Guia politicamente incorreto da história do Brasil” do jornalista Leandro Narloch publicado em 2015, também é um dos frutos dessa onda negacionista abraçada pelo mercado editorial. A respeito, a historiadora Rosenilde Alves de Lima, na dissertação “Histórias públicas e ditadura militar: a verdade sedutora dos negacionistas como um problema para o ensino de história”, esclarece que “além de falsificar a História, os negacionistas também constroem uma expectativa de futuro falsificada, à medida que negam ou rejeitam outras possibilidades e perspectivas” (2021, p. 62).

Ainda sobre o livro de Leandro Narloch, o historiador Patto Sá Motta, sob diferentes perspectivas, os conservadores expressam

representações eurocêntricas e elitistas sobre a história brasileira. Porém, importa destacar o viés marcadamente antiesquerdista de seu trabalho, que se revela no modo como busca atenuar os crimes da ditadura. No seu livro *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*, a ditadura aparece como uma resposta necessária à violência da esquerda, e a própria tortura estatal é

relativizada em nome da necessidade de combater os revolucionários (2022, p. 8).

Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky, por sua vez, enfatizam que “temos a obrigação de enfrentar e sobrepujar a ignorância, mesmo quando ela se apresenta de forma ameaçadora. A História pode e precisa ser defendida” (2021, p. 11). Especialmente agora, quando mentiras, deturpações e opiniões não fundamentadas que sempre existiram, ganham uma ampliação, alcance e rápida proliferação nas redes sociais, com *fake news* vomitadas por atacado, de forma organizada. Querem mudar a História utilizando a técnica do negacionismo, recusando-se a admitir fatos indiscutíveis (Pinsky; Pinsky, 2021).

Coadunado com os autores acima sobre a importância da história como ferramenta contra o negacionismo e o retrocesso, a dissertação de Élton Rigotto Genari, “Revisionismo, memória e ensino de história da ditadura civil-militar – por uma prática politizante”, expõe o dever do historiador frente à “demanda do dever de memória para com a História, ou do caráter ético-político desta: a história e seu ensino são ferramentas na luta contra forças de retrocesso” (Genari, 2018, p. 32). Destaca ainda que a história tem capacidade de sensibilização dos sujeitos através da narrativa de experiências alheias, permitindo o desenvolvimento de um olhar capaz de desnaturalizar as situações do presente (Genari, 2018).

Os pesquisadores Gallindo e Pureza (2024), no artigo “Negacionismo em rede(s): a cadeia de produção e difusão negacionista da “Ditadura militar nas mãos da extrema direita”, destacam que o cenário atual, caracterizado por uma maior aceitação de projetos políticos autoritários e conservadores na sociedade brasileira, que tem propiciado a produção, a difusão e a recepção de abusos negacionistas do passado em diversas redes, não se restringe somente àquelas intrínsecas ao mundo virtual, mas também reverbera para as redes de educação escolar. Estes autores vão delimitar o negacionismo em 4 termos, com os quais temos concordância, a saber:

(1) como falsificação da história, posto que apresenta um passado que não ocorreu; (2) como rede e empreendimento organizado, uma vez que age de forma articulada e agrega um sentido de comunidade aos seus interlocutores; (3) como uso político e abusivo do passado, pois provoca intencionalmente o engano e usufrui de suas vantagens; e, por fim, (4) como um ecossistema da desinformação que difunde narrativas anticientíficas e, não raramente, antidemocráticas (Gallindo; Pureza, 2024, p. 45).

Ainda dentre os críticos das obras negacionistas e de seu caráter seletivo das informações, Gabriel Silva Ramos Zani, na dissertação “O negacionismo histórico sobre o Regime Militar nas redes sociais”, destaca um ponto importante que vem sendo peça de argumentação da extrema-direita pra disseminar negacionismo sobre a ditadura, a saber: o livro de autoria do Coronel Carlos Brilhantes Ustra – “A verdade Sufocada”. A respeito, Zani assevera que uma:

das principais características das fontes negacionistas, corresponde ao caráter seletivo em suas produções. Os textos do Ustra, que inspiraram grande parte das comunidades virtuais negacionistas, evidenciam a elevada frequência de silenciamento (ou “esquecimento”) de dados importantes sobre o passado, ao mesmo tempo em que reforçam elementos mais convenientes (e, obviamente, equivocados). Essa é mais uma prova de que os negacionistas abusam da memória, desinformando o público nas redes sociais (2023 p. 43).

Diante do exposto é possível notarmos as dificuldades enfrentadas pelos professores da área de humanidades, tanto na acadêmica quanto nas escolas, quando se deparam com a temática aqui discutida, Neste sentido, é importante encontrar meios para esclarecer essa abordagem no ensino de história, bem como, estratégias para aprendizagem histórica no ensino fundamental, médio e superior.

3.2 DESAFIOS DO ENSINO DE HISTÓRIA

O Ensino de História teve sua inserção como disciplina no século XIX, na França, imbricada nos movimentos de laicização da sociedade e de constituição das nações modernas europeias (Nadai, 1993). Nesta perspectiva, a historiografia sobre o ensino de História está associada ao “*currículo das Humanidades clássicas*” em meados do século XIX (Bittencourt, 2018, p. 128).

No Brasil, a trajetória do ensino de história passou por transformações ao longo dos anos e sua importância para o ambiente escolar foi muitas vezes discutida, problematizada e disputada. A respeito, a historiadora Maria Auxiliadora Schmidt elenca que o processo de compreender a disciplina no meio escolar passa pela ideia de cultura escolar que é uma das categorias norteadoras para a análise da constituição da História enquanto um conhecimento escolarizado, pois, a cultura escolar pode ser considerada como um conjunto de teorias, ideias, princípios,

rituais entre outros fatores que são construídos ao longo do tempo sob a forma de tradições (2012, p. 78).

A constituição da disciplina História, enquanto matéria de ensino, ocorreu no interior dos movimentos de organização do discurso laicizado da modernidade capitalista, sob influência do pensamento liberal francês e no bojo do movimento regencial pós Independência de 1822 (Nadai, 1993). Segundo Schmidt, “pode-se afirmar que a construção do código disciplinar da História no Brasil tem como marco institucional fundador o Regulamento de 1838 do Colégio D. Pedro II, que determinou a inserção da História como conteúdo no currículo” (2012, p. 78).

Na segunda metade do século XX algumas mudanças no currículo são implementadas, no ano de 1931 tem início um processo de consolidação do código disciplinar da História. As transformações neste sentido inserem-se no contexto da sociedade brasileira pós Golpe de 1930, que concretizam a institucionalização de alguns projetos de reformas educacionais, como a Reforma Francisco Campos de 1931 (Schmidt, 2012, p. 81).

A implantação da ditadura em 1964-1985 tem, como uma de suas consequências, a remissão da disciplina de História à margem dos Estudos Sociais (Santos; Nascimento, 2015, p. 166). As discussões em torno dos “Estudos Sociais” remetem aos anos de 1920, no contexto da introdução do movimento da Escola Nova (Santos; Nascimento, 2015, p. 149). Um adendo importante é que não podemos reduzir a importância dessa disciplina de “Estudos Sociais” ao período pós Golpe de 1964.

Em torno desta discussão, Santos e Nascimento (2015), no artigo intitulado “O ensino de estudos sociais no Brasil: da intenção à obrigatoriedade (1930-1970)”, trazem à luz os caminhos percorridos do ensino de Estudos Sociais no Brasil até a Ditadura. Os primeiros movimentos ocorreram nas primeiras décadas do século XX com a Escola Nova e a influência do americano John Dewey (Santos; Nascimento, 2015, p. 149). Segundo Dewey “educação é vida”, e, portanto, processa-se ao longo de toda a existência de um indivíduo, cabendo à escola o dever de estar vinculado ao meio social (Santos; Nascimento, 2015, p. 151). Segundo estes autores, “o ensino, nessa concepção, deveria aproximar o jovem do contexto social ao qual ele pertencia e minimizar a defasagem entre as propostas educacionais inseridas nos programas e currículos e o avanço científico que caracterizou o século XX” (Santos; Nascimento, 2015, p. 150).

Ainda na análise sobre o percurso percorrido pela disciplina, podemos destacar que na década de 1960 o caminho estava preparado para a implantação obrigatória dos Estudos Sociais, que sobreveio a partir de 1971. A proposta de inclusão dos Estudos Sociais como disciplina escolar, defendida por alguns educadores da época, apresentava forte influência das ideias do professor Delgado de Carvalho, além de revelar alguns aspectos da concepção de ensino imposta mais tarde, durante a década de 1970 (Santos; Nascimento, 2015, p. 164).

A proposta da inclusão da disciplina no currículo foi inserida “como proposta governamental com a publicação da Lei nº 4.024, de 1961, que deu maior flexibilidade à organização curricular para o curso secundário” (Santos; Nascimento, 2015, p. 164). Todavia, o ensino ainda era optativo na listagem relacionada pelo Conselho Federal de Educação (CEF) das disciplinas a serem escolhidas pelos estabelecimentos de ensino (Santos; Nascimento, 2015). Situação somente alterada a partir da implantação da Lei 5.692/71.

Com o Golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar a perseguição às ciências humanas, a história em particular, ficou explícita em razão do “controle sobre a disciplina histórica relacionou-se, sobretudo à ideologia implantada com o golpe de 1964, quando o ensino foi colocado a serviço do regime ditatorial que propugnava a formação de *cidadãos dóceis, obedientes e ordeiros*” (Nadai, 1993, p. 158, grifo nosso). Sobre esse período, Loami Albuquerque Lopes ressalta que “deixava-se de ser relevante o debate que buscava compreender a História como uma ciência imbuída de conhecimentos próprios, capaz de estimular a criticidade do educando ao pensar as transformações” (2019, p. 29).

As delações, repressões e expurgos começaram já nos primeiros anos da ditadura, mas somente na década de 1970 que o ensino de história foi atacado e substituído pelos Estudos Sociais. Segundo Santos e Nascimento (2015) foi à implementação da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, estabeleceu a duração de oito anos – ou 720 horas de atividades anuais – para o ensino de 1º grau, e seguindo essa Lei e o Parecer 853/71 a Resolução nº 8 do CFE, de 1º de dezembro de 1971, foi publicada e dentre outras demandas expõem que:

Art.1º – O núcleo-comum a ser incluído, obrigatoriamente, nos currículos plenos do ensino de 1º e 2º graus abrangerá as seguintes matérias:

- a) Comunicação e Expressão
- b) Estudos Sociais
- c) Ciências

§ 1º – Para efeito da obrigatoriedade atribuída ao núcleo-comum, incluem-se como conteúdos específicos das matérias fixadas: em Comunicação e Expressão – a Língua Portuguesa; nos Estudos Sociais – a Geografia, a *História* e a Organização Social e Política do Brasil; nas Ciências – a Matemática e as ciências Físicas e Biológicas. (BRASIL, 1971, apud Santos; Nascimento, 2015, p. 150).

A exposição evidencia a obrigatoriedade dos Estudos Sociais e a disciplina de História fazendo parte do que foi denominado de matéria. Todavia, é importante salientar que as discussões sobre esse panorama ainda são pouco discutidas na academia, como ressalta Iêda Viana, que “traz novas leituras e questionamentos sobre aquele período. Em relação à educação e ao ensino de História, ainda são poucas as pesquisas que permitem entender como a escola e seus diferentes interlocutores reagiram em relação às diretrizes dos governos militares” (2014, p. 11). A respeito, Viana analisa como o Projeto dos Estudos Sociais foi implantado no estado do Paraná traz importantes destaques sobre como foi à resistência dos professores, relatando que as resistências na escola expressavam muito mais a luta de representações sobre a prática pedagógica do que atos de rebeldia às políticas – educacional e social. Embora os professores as olhassem com desconfiança, eles não se mobilizaram de imediato contra o poder central (Viana, 2014).

Outrossim, diz respeito às táticas empreendidas pelos professores mesmo no período de controle e muita repressão. Embora a Ditadura se caracterize como de autoritarismo e repressão, criando múltiplas estratégias de controle e dominação, como a própria institucionalização da área de Estudos Sociais no ensino de 1º grau e a supressão Filosofia e a Sociologia, os estudos sobre o período revelam que nem sempre as estratégias políticas da ditadura se revelaram com força suficiente para sua concretização efetiva, havendo, no campo educacional, por exemplo, uma margem de negociação que permitiu aos educadores enfrentarem esse período com o uso de táticas diversas, seja de adesão parcial, reinvenção, seja de resistência passiva (Viana, 2014).

Somente no ano de 1986, a Resolução do Conselho Federal de Educação aprovou a separação definitiva das disciplinas História e Geografia (Brasil. CFE. Parecer 785/86, anexo à Resolução 06/86) (Viana, 2014). Com isso o ensino de História se desvinculou dos Estudos Sociais – e com o advento da Nova República um novo capítulo é escrito sobre a disciplina de história.

Após o fim da ditadura civil-militar, portanto, o ensino de história passou a ser uma disciplina que, em tese e em sua essência, deve buscar a construção de uma educação emancipadora, crítica e reflexiva. Circe Bittencourt destaca que, embora a renovação do Ensino de História, particularmente da História do Brasil, tenha se iniciado nos anos 1960/1970, sua efetivação só ocorreu na década de 1980. Isso se deu porque a História foi uma disciplina particularmente visada durante o regime ditatorial (2018, p. 142).

A discussão em torno da História Nova do Brasil, uma coleção didática produzida por historiadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), com o apoio do Ministério da Educação e Cultura, lançada no início de 1964, foi um episódio exemplar do nível de repressão que o regime político exerceu sobre a Educação, em particular, sobre a renovação do ensino de História (Bittencourt, 2018, p. 142). A retomada de processo de renovação, portanto, só vai acontecer a partir de 1986 com a Nova República.

Durante a década de 1990 muitos educadores se empenharam para transformar o quadro da educação brasileira, e como resultado surgiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 e em seguida os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998 (PCN). A nova legislação, estendida a todos os níveis de ensino, foi responsável por “mudanças significativas pela introdução de novos conteúdos históricos com base em seu compromisso de formação de uma cidadania democrática” (Bittencourt, 2018, p. 142).

Uma grande transformação aconteceu fruto das mobilizações dos movimentos sociais em favor dos conteúdos de História da África e das culturas afro-brasileiras e indígenas por intermédio da Lei 10.639/03 e da Lei 11.645/08. A Lei nº 10.639/2003, que dispõe sobre os conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira, estabelece uma alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) com o intuito de tornar obrigatório o ensino desse conteúdo nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, sejam eles públicos ou privados. A referida lei determina que o currículo escolar deva contemplar o estudo da História da África e dos Africanos, a trajetória de luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e a contribuição na formação da sociedade nacional, buscando o resgate da participação do povo negro nas áreas social, econômica e política.

A Lei nº 11.645/2008, por sua vez, estabelece as diretrizes para a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo escolar, atualizando e ampliando o escopo da legislação anterior (Lei nº 10.639/03). Esta normativa mantém a obrigatoriedade do conteúdo afro-brasileiro e adiciona a exigência do ensino da História e Cultura Indígena. Ademais, assegura que os conteúdos relativos à história e cultura dos povos indígenas e dos afrodescendentes sejam abordados em todo o currículo escolar, com ênfase especial nas disciplinas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira.

Essa legislação anuncia uma formação política e cultural para o exercício de uma cidadania social com vistas a um convívio sem preconceitos e democrático (Bittencourt, 2018). Esse foi um dos grandes avanços pós-ditadura já no contexto da Nova República, mas muitas problemáticas ainda têm sido enfrentadas (Bittencourt, 2018, p. 144).

Mais recentemente, a publicação da Lei nº 14.986/2024, que estabelece a obrigatoriedade “de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que fizeram história no âmbito das escolas de educação básica do país” (Brasil, 2024, p. 1).

A nova legislação, segundo Denise de Lira Silva, na dissertação “Ensino de história, cinema e representações de mulheres do Agreste: sequências didáticas para o ensino médio, Escola Estadual Professor José Quintella Cavalcanti, Arapiraca, Alagoas”, observa que a norma valoriza o papel das mulheres na sociedade, portanto, pode ser vista como avanço, inclusive para o campo do Ensino de História. No entanto, ela alerta que “ainda existe um caminho a ser percorrido para o seu efetivo cumprimento, em razão das diferentes realidades de ensino, aprendizagem e da necessidade de desconstrução de narrativas patriarcais e de dominação social presentes nos currículos, livros didáticos e cotidiano escolar” (Silva, 2025, p. 14). De forma semelhante, o impacto do referido normativo também começa produzir efeitos em outras áreas de ensino e de formação docente (Martins; Martins; Machado, 2025).

Em relação aos docentes que lecionam a disciplina de História às dificuldades são ainda maiores. É o caso das disputas sobre memória e narrativas provocadas por setores conservadores da direita e, sobretudo, da extrema-direita que tentam descredibilizar acontecimentos históricos,

suscitando o negacionismo científico e a guerra cultural fomentada pela extrema direita – fenômeno evidenciado internacionalmente (Napolitano, 2021).

3.3 BNCC, NEM E DCRB: O LUGAR DAS HUMANIDADES?

Dentre os objetivos que me levou a realizar essa pesquisa e este processo formativo, um é de ordem prática, faz parte da minha vivência em sala de aula nos últimos anos, principalmente após a implantação do que ficou conhecido como “Novo Ensino Médio” (NEM). Uma reforma no ensino que veio através da Medida Provisória 746/2016 (MP-746/2016) proposta por Michel Temer – a época presidente da República empossado após o *impeachment* imposto a presidenta Dilma Rousseff – que deu lugar a Lei 13.415/2017. O referido normativo trouxe mudanças profundas na elaboração do currículo de história, principalmente no que se refere à carga horária da disciplina nos três anos do ensino médio. A partir de seus dispositivos, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi profundamente impactada, em particular, em relação ao tempo necessário à aprendizagem histórica, como também de outras áreas do conhecimento, isto é, tantos o conjunto dos conteúdos quanto o tempo destinado a eles foi reduzido, restringindo ou inviabilizando (Brasil, 2018).

Neste sentido, diante do impacto desta nova legislação, o recorte desta reflexão observa os desafios enfrentados pelos professores de história no que se refere ao currículo do 3º ano do ensino médio – período no qual focaremos aplicação da Sequência Didática de uma Feira de Arte e de Cultura centrada nas discussões sobre ditadura e democracia.

No primeiro momento compreendemos que a BNCC é um documento curricular desenvolvido pelo Ministério da Educação para toda a Educação Básica (Ralejo; Mello; Amorim, 2021). Esse documento está previsto no artigo 210º da Constituição Federal de 1988 e no artigo 26º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996. Este documento começou a ser desenvolvida a partir do Plano Nacional da Educação (PNE) em 2014, foi apresentado à sociedade em 2015, gerando um imenso debate sobre a necessidade ou não de um currículo nacional para o país (Ralejo; Mello; Amorim, 2021; Dias, Freitas, 2022). Segundo Lopes, em termos dos objetivos pretendidos, a BNCC “serve como apoio e normativa passível de consulta

para todos aqueles que atuam na educação, pois busca alinhar as competências organizadas diante de cada série/ano” (2019, p.42).

A respeito, Adriana Ralejo, Rafaela Mello e Mariana Amorim (2021), no artigo “BNCC e ensino de história: horizontes possíveis”, fazem uma apreciação sobre esse documento e suas implicações no ensino de história. Após a primeira versão, apresentada em 2015, ter sido rejeitada após grande debate no meio acadêmico, uma segunda versão foi apresentada com uma seleção de conteúdos abrangentes para o campo da disciplina de História no ano de 2016. Porém também foi recusado, sendo a terceira e última versão apresentada em 2017 e homologada no mesmo ano incluindo poucas alterações.

Tal fato reflete discussões de ordem política presentes no documento, o que justifica sua frequente reescrita. Cabe destacar o contexto de instabilidade política atravessado pelo país no período de 2015 a 2017, decorrente das indefinições geradas pelas manifestações de junho de 2013 (Gomes, 2014; 2016; 2021), do *impeachment* imposto a presidente Dilma Rousseff (Becker *et al.*, 2017), da transição imposta pela gestão do presidente Michel Temer (Cerqueira, 2018) e pela ascensão política de grupos e partidos da extrema-direita (Zani, 2024).

No que tange as questões relacionadas à construção do currículo Ralejo, Mello, Amorim, destacam questões de poder associadas ao “currículo [que] pressupõe processos de constituição de hegemonias, que ocorrem no âmbito da produção, distribuição e consumo do conhecimento histórico escolar em meio a um sistema de diferenças” (2021, p. 4), e “no qual são travadas diversas disputas pelo estabelecimento da verdade e pelo estabelecimento daquilo que deve ser ensinadas nas escolas” (2021, p. 4). Em seguida elas relatam que “há, assim, uma visão instrumental do currículo e do ensino de História que legitima o *status quo*”, e essa legitimidade reforça “o silenciamento ou o apagamento de narrativas de minorias culturais, sociais, étnicas e de gênero historicamente excluídas das práticas curriculares de História” (2021, p. 4).

Existem avanços na BNCC em relação aos objetivos educacionais, mas é preciso ressaltar que o documento não deve ser considerado “revolucionário ou inovador”, pois mantém “muitas permanências” (Ralejo; Mello; Amorim, 2021, p. 16). Entre os desafios atuais, destaca-se um currículo com forte marca eurocêntrica, que dificulta a implementação de um conteúdo mais abrangente, especialmente no que tange o ensino afro-indígena e acerca do protagonismo

feminino. As historiadoras como Mattos (2015) e Ferretti (2023) criticam a BNCC 2018 por esvaziar pensamento crítico, priorizando competências factuais que omitem lutas (gênero, ditadura). Ferretti (2023) desta que “A BNCC [...] favorece uma leitura técnica dos conteúdos, simplificando as atitudes em comportamentos prontos para a prática, reduzindo a possibilidade da consciência crítica” (p. 189). Portanto, a BNCC também apresenta retrocessos em sua base textual e, como toda legislação, está sujeita a análise crítica, ajustes e modificações.

Dentre os desafios enfrentados por historiadores e outros profissionais da educação em sala de aula envolvem lidar com o fluxo de mudanças e permanências nos conteúdos e na matriz curricular. A implementação do “Novo Ensino Médio”, a exemplo, representa um grande desafio, pois resultou na redução da carga horária e da força de trabalho da disciplina de História. Essa mudança impõe, sobretudo, limitações pedagógicas significativas – em razão de comprometer a possibilidade de trabalhar a vasta, complexa e relevante diversidade de conteúdos, temas e significados de um campo de estudo que está em constante expansão, reelaboração e reflexão. A respeito, Sandra Regina Mendes e Livia Diana Rocha Magalhães, no artigo “Reformas do ensino médio e ensino de história: história e memória de um saber em disputa”, expõem que “a História foi retirada do currículo enquanto disciplina autônoma e passou a integrar a área de conhecimento ‘Ciências Humanas e Sociais Aplicadas’”(2021, p.9).

A implantação do “Novo Ensino Médio” (NEM) por Medida Provisória (MP), carecendo de participação social satisfatória e de especialistas da área, impôs um grande desafio ao currículo de História. Esta reforma reduziu a carga horária da formação básica, impactando diretamente os profissionais da área e, sobretudo, o tempo e as condições para o desenvolvimento da formação cidadã e crítica dos estudantes. É importante ressaltar que, por se tratar de uma reforma recente, seus impactos estão apenas começando a ser percebidos. Consequentemente, o material disponível para análise sobre essa temática específica no ensino de História ainda é limitado.

Contudo, diferente de um cenário de escassez inicial, as produções recentes no âmbito do PROFHISTÓRIA (2024-2025) demonstram uma preocupação crescente com os impactos do Novo Ensino Médio. Trabalhos como os de Cardoso (2024) e Santos (2024) analisam justamente as tensões entre a Formação Geral Básica e a redução da carga horária de História, reforçando a necessidade de estratégias como aqui foi proposta.

Importante frisar que em 2024 o governo federal enviou para o Congresso Nacional uma mudança para o Novo Ensino Médio e foi aprovado depois de muitos debates e disputas (Agência Brasil, 2023), aumentando assim a carga horária da matriz curricular, onde 2.400 horas devem ser destinadas à Formação Geral Básica (FGB) em detrimento dos itinerários formativos que ficaram com 600h, totalizando 3.000h (Dias, Freitas, 2022). Estas mudanças na Política Nacional de Ensino Médio foram instituídas por meio da Lei nº 14.945/2024, modificando a Lei nº 13.415/17, que dispôs sobre a reforma do ensino médio. Essa nova reformulação começou a ser implementada em 2025 na 1ª série do ensino médio e somente em 2027 será contemplada todas as séries da última etapa da educação básica (Brasil, 2024).

Os estados, enquanto unidade federadas, têm autonomia para legislar sobre os currículos oferecidos em sua rede. No caso do estado da Bahia, Nordeste do Brasil (figura 1), o Documento Curricular de Referência na Bahia (DCRB) estipula a previsão de que o ensino de conteúdos da disciplina de História ficou com a carga horária distribuída em uma hora aula para o 1º ano, uma hora aula para o 2º ano e duas horas aula para o 3º ano (Bahia, 2023). Após as novas mudanças implantadas pelo Governo Federal em 2024, a carga horária voltou ao que era antes do NEM, com duas horas para cada ano respectivamente, porém essas mudanças serão introduzidas anualmente com sua concretude somente em 2027 (Bahia, 2025). Na minha realidade isso teve um impacto enorme no último ano da educação básica, porque com a diminuição da carga horária nos dois primeiros anos, o efeito cascata fez com que os conteúdos que não tiveram tempo de ser ministrados nos seus respectivos anos, fossem “empurrados” para o ano posterior, acarretando assim um sobrecarga de conteúdo no 3º ano.

Figura 1: Mapa da região Nordeste identificando os estados



Fonte: Site: Toda Matéria (2024)

Frente ao cenário relatado, no exercício de minha prática docente nos últimos três anos, de 2022 a 2024, lecionando na rede estadual de ensino da Secretaria de Educação da Bahia (SEC-BA), não foi possível ministrar satisfatoriamente conteúdos que estão programados no plano anual para o referido ano. Em particular, a redução do número de aulas e, consequentemente, da carga horária destinada à disciplina, tem impactado os conteúdos, temas e assuntos concernentes a História do Brasil, em particular, no contexto da República. E, dentre os assuntos mais prejudicados, o contexto da Ditadura civil-militar e da Nova República, por razões de ordem temporal do planejamento dos conteúdos são os mais atingidos.

Neste sentido, existe uma grande dificuldade em desenvolver as temáticas da ditadura e dos atuais desafios democráticos da sociedade brasileira, já que eles estão previstos para o último bimestre do 3º ano letivo. A esta delimitação, acrescente-se eventuais dificuldades (im)previstas e

que ocasionam atrasos, acúmulos, sobrecarga e a difícil decisão do que priorizar. No dos estudantes das turmas dos 3º anos, os sobressaltos, acúmulos e dilemas são potencializados em razão das provas externas realizadas pela SEC-BA, projeto interdisciplinar Afro-indígena, projetos estruturantes e a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Em relação ao currículo é importante ressaltar como a temática da ditadura é abordada no Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) para o Novo Ensino Médio na Bahia. Em uma pesquisa no documento sobre a palavra “ditadura” foram encontrados 13 resultados, dos quais três menções se referem à ditadura civil-militar na Bahia, quatro citando o termo ditadura civil-militar e seis transcrito somente ditadura militar (Bahia, 2023). Das referidas menções algumas não estão no currículo da disciplina de História, mas sim em outros componentes curriculares que discutem o tema, a saber: “História e Cultura Indígena, Africana e Afro-Brasileira” (1º Ano), “A Bahia e seus Recantos” (2º Ano), “Cidadania e Democracia no Brasil” (3º Ano), “Identidades e Projeto de Nação” (3º Ano) – disciplinas que fazem parte dos Itinerários Formativos (Bahia, 2023). Elas podem, quando ministradas por profissionais de história ou da área de humanidades, servir de apoio para trabalhos os referidos conteúdos e temáticas. Entretanto este tipo de organização curricular gera imprevisibilidade, indefinições e escolhas de afinidades, por vezes, não exitosas.

Logo, é imprescindível buscar ferramentas para que esse desafio seja transposto, haja vista que diante do que estamos vivenciando na atualidade – com discursos pedindo volta à ditadura, negação do golpe e tentativas de golpes – essa temática, assim como outras, a exemplo dos estudos étnico-raciais, povos originários, direitos humanos, soberania e, sobretudo, cidadania e democracia participativa – precisam ser debatidos, discutidos e aprofundados, tanto em sala de aula quanto pelo conjunto da sociedade. É necessário, portanto, repensar a BNCC, o NEM e o DCRB, para que possamos formar tanto pessoas qualificadas para o mundo do trabalho quanto cidadãos conscientes, críticos, participativos, reflexivos e éticos.

3.4 DCRB, PROJETOS ESTRUTURANTES/SEC-BA, ARTE E CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

A Secretaria de Educação da Bahia (SEC-BA) tem uma política pública assentada no programa denominado de Projetos Estruturantes, também denominados de Projetos Artísticos e Culturais (Bahia, 2025). Os projetos deste Programa estão atrelados a uma abordagem transdisciplinar, curricularizada e, conseqüentemente, devem ser implementados reconhecendo os “Eixos Estruturantes” e as “Habilidades e Competências” estabelecidas no Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), publicado em 2020, bem como o documento sobre a realidade dos/as estudantes e da comunidade escolar (Bahia, 2025). O caderno de orientações, disponível no site da SEC-BA², destaca a importância dos projetos estruturantes como forma de trabalhar a educação em direitos humanos e temáticas de relevância social. No referido documento,

destacar que os temas integradores do DCRB, isto é, Educação para Diversidade, *Educação em Direitos Humanos*, Educação para o Trânsito, Saúde na Escola, Educação Financeira para Consumo, Educação Ambiental, Educação Digital e Educação Fiscal, aparecem aqui como potencialidades para o desenvolvimento de trabalhos interdisciplinares, sobretudo como temáticas de relevância social, mas de forma alguma restrita (Bahia, 2025, p. 12, grifo nosso).

Em outro ponto do documento é ressaltado que a interação das/os estudantes com as artes e com as diversas expressões artísticas é, antes de tudo, o que dá sentido aos Projetos Artísticos e Culturais em sua essência, despertando, assim, as possibilidades de conhecer, interagir e desenvolver com essas artes, a fim de fomentar, inclusive, a colaboração entre as/os estudantes, a análise crítica, a criatividade, os saberes e a relação entre território e identidade (Bahia, 2025, p. 14).

É importante sublinhar que o projeto está relacionado com a BNCC, pois “percebendo a importância dos processos artísticos e culturais a Base Nacional Curricular (BNCC), entende que a arte contribui para o desenvolvimento da autonomia criativa e expressiva dos/as estudantes, por meio da conexão entre racionalidade, sensibilidade, intuição e ludicidade” (Bahia, 2025, p. 14). Esses projetos englobam várias modalidades que expressam a cultura e a arte de maneiras diversificadas e foi a partir dele que projetamos o Recurso Educacional Aberto (REA), sob o formato de uma Sequência Didática (SD) de uma Feira de Arte e de Cultura.

² A respeito do caderno de orientações conferir no site SEC-BA, Disponível em: <https://www.ba.gov.br/educacao/projetosartisticoseculturais>. Acesso em: 23 fev. 2026.

A respeito, no quadro comparativo-explicativo a seguir, elaboramos uma sistematização descrevendo as modalidades participantes, seus respectivos significados e alguns dos objetivos. Importante frisar que além das modalidades, significados e objetivos dos “Projetos Estruturantes”: Festival Anual da Canção Estudantil (FACE); Artes Visuais Estudantis (AVE); Tempos de Arte Literária (TAL); Educação Patrimonial e Artística (EPA); Encontro de Canto Coral Estudantil (ENCANTE); Produção de Vídeos Estudantis (PROVE); Dança Estudantil (DANCE); e Festival Estudantil de Teatro (FESTE), uma outra foi acrescentada a partir de uma sugestão fomentada por *prompt* a Inteligência Artificial (IA) “Gemini” – a “Sala Temática” foi acolhida por um grupo de estudantes e foi um dos destaque da Feira.

TABELA 1: descrição das modalidades dos Projetos estruturantes mais Sala Temática

Modalidades:	Significados:	Objetivos:
Artes Visuais Estudantis (AVE)	Artes Plásticas Tradicionais: pintura, escultura, desenho, gravura, cerâmica. Artes Visuais do Século XX: fotografia, grafite.	Explorar o potencial educativo, estimulando a criação de obras de artes visuais no ambiente escolar. Promover um ambiente educacional prazeroso, no qual a cultura, a arte e a educação se expressem em sintonia, contribuindo para transformar a escola em um ambiente vivo e significativa para os jovens.
Dança Estudantil (DANCE)	A dança nas escolas constitui-se como o lugar das linguagens artísticas voltadas para a ação emancipatória. A Secretaria da Educação preza pela qualidade das criações	Possibilitar, a partir da dança, a compreensão das questões ligadas ao pertencimento, às distintas expressões das identidades e da diversidade de manifestações culturais e estéticas. Estimular o interesse pelos tipos de

	coreográficas concebidas pelos estudantes, tendo por objetivo principal o protagonismo e o despertar para o desenvolvimento de estilos e técnicas de dança e valores estéticos.	dança (clássica, moderna, contemporânea, indígena, afro, samba, dança de rua, entre outras).
Educação Patrimonial e Artística (EPA)	É uma experiência em políticas culturais para os estudantes da rede na busca da compreensão do patrimônio cultural para entendimento do tempo passado, presente e futuro. A educação patrimonial permite-nos o conhecimento de si, do outro e do mundo, assim como a valorização do patrimônio histórico e artístico e das manifestações culturais de nossa sociedade.	Entender que a educação não pode estar dissociada da história, da memória, da cultura e do seu patrimônio que estão intrinsecamente associados à experiência da vida cultural e educativa através das distintas linguagens artísticas como parte do nosso patrimônio cultural. Identificar o patrimônio como uma das possibilidades de interpretação de nossa história cultural.
Encontro de Canto Coral Estudantil (ENCANTE)	O projeto Encante propõe a implementação do Canto Coral nos contextos escolares da rede estadual de ensino, a fim de desenvolver atividades de iniciação à percepção musical, técnica vocal e dicção, para exercitar a experiência	Fomentar o desenvolvimento da arte musical nos contextos escolares, a produção de saberes, criando espaços e estímulos para as expressões artísticas dos estudantes da rede. Despertar as potencialidades artísticas e musicais, associadas às outras linguagens artísticas nos contextos

	musical, vocal, bem como promover a realização do encontro de corais, fazendo jus ao próprio nome.	escolares, na busca da valorização das expressões culturais.
Festival Anual da Canção Estudantil (FACE)	O Festival Anual da Canção Estudantil (Face) é uma experiência visando promover o desenvolvimento do ensino da música nos contextos escolares da rede estadual, a partir da criação estudantil de canções.	Desenvolver os saberes estéticos, artísticos e musicais no currículo escolar, para uma formação em sua plenitude, assim como a criação musical nos contextos escolares, contribuindo para a autoria estudantil. Valorizar, por meio da música, o potencial educativo, possibilitando a expressão de ideias, emoções e valores essenciais para a motivação do viver.
Festival Estudantil de Teatro (FESTE)	A arte cênica é entendida como um processo artístico educativo de expressão e representação das distintas formas de manifestação da vida cultural. Assim como acontece com as outras formas de apreensão de saberes, o teatro, como área de conhecimento, com suas teorias, conceitos e sentidos, expressa, por meio da dramaturgia, a pluralidade cultural das sociedades.	Entender artes cênicas como linguagens essenciais do processo de produção do conhecimento e, em especial, das linguagens artísticas. Possibilitar, a partir das artes cênicas, a compreensão das questões ligadas à convivência, sociabilidade, ao pertencimento, às expressões das identidades, das diversidades de manifestações culturais e estéticas e das distintas formas de representações do mundo.

		Incentivar o interesse pelos distintos gêneros teatrais (auto, monólogo, comédia, drama, fantoche, ópera, revista, tragédia e tragicomédia) no processo educativo, estimulando a dramaturgia e a criação de textos teatrais nos ambientes escolares.
Produção de Vídeos Estudantis (PROVE)	O projeto de Produção de Vídeos Estudantis (PROVE), de natureza educativa, artística e cultural incentiva às aprendizagens múltiplas e os processos criativos por meio da experiência artística/filmica realizada com a utilização dos recursos tecnológicos, tais como: aparelhos celulares, câmeras fotográficas ou filmadoras.	Desenvolver a experiência fílmica nos contextos escolares da rede estadual, a partir da perspectiva da arte cinematográfica, articulada aos demais projetos artísticos. Apresentar noções sobre o cinema, sua história e as técnicas de filmagem (composição, regra dos terços, ângulos, tripé, som, iluminação, enquadramentos, planos, balanço, linhas de direção, diafragma ou abertura, lentes, profundidade de campo, formatos, tipos de movimentos e sentido visual).
Sala Temática	É um dispositivo pedagógico imersivo que utiliza cenografia, linguagens artísticas e fontes históricas para transformar o ensino em uma experiência sensorial. Diferente de uma aula tradicional, a Sala	Mobilizar a Consciência Histórica: conectar o conhecimento intelectual à dimensão emocional, gerando empatia e compreensão ética. Combater o Negacionismo: Utilizar evidências sensíveis (músicas, imagens e documentos) como ferramentas de

	Temática convida ao “mergulho” na atmosfera do passado para promover a reflexão no presente.	resistência à desinformação. Fortalecer a Democracia: Estimular o pensamento crítico sobre “passados sensíveis”, como a Ditadura Civil-Militar, reforçando a importância dos Direitos Humanos.
Tempos de Arte Literária (TAL)	O referido projeto foi concebido a partir de uma perspectiva abrangente, para promover o exercício da leitura e a produção textual, contribuindo para a apropriação do conhecimento, a criação literária e a visibilidade das obras literárias estudantis, de modo que possibilitem o desenvolvimento das lutas com e pelas palavras, em seus sentidos histórico e social, assim como para a ampliação das percepções sobre o cotidiano e o mundo, com vistas à formação do novo homem, nesses tempos de democratização social e literária e, consequentemente, a possibilidade de criação de	Estimular a produção literária, em seus distintos gêneros (prosa, conto, cordel, carta, crônicas, etc.), nos contextos escolares e a valorização das manifestações culturais territoriais, criando, assim, espaços apropriados para os encontros e rodas literárias nos ambientes escolares. Contribuir para a formação da intelectualidade e espiritualidade (ético e artístico) e, com isso, abrir caminhos literários para a participação social.

	novos horizontes estudantis.	
--	------------------------------	--

Fonte: Adaptada do Caderno Orientador Programas e Projetos Estruturantes (Bahia, 2025)

As modalidades listadas acima foram apresentadas aos estudantes – dos 3º anos do Colégio Estadual de Tempo Integral Reis Magalhães – uma semana antes de começar as SD cuja culminância foi a realização de uma Feira de Arte e de Cultura. Neste sentido, ficou a cargo dos estudantes escolherem quais modalidades do “Projeto Estruturantes” ele iriam desenvolver para participar da Feira. O intuito foi dar liberdade de escolha para que eles escolhessem a modalidade com mais afinidade. Das categorias listadas foram escolhidas pelos estudantes: AVE, TAL, EPA, ENCANTE, PROVE, FESTE e Sala Temática. Desta forma, apenas o DANCE e o FACE não foram escolhidas por estudantes.

Considerando a seleção de dados e o foco desta dissertação, que visa também à elaboração de um Recurso Educacional Aberto (REA) – neste caso, uma Sequência Didática (SD) baseada em uma Feira de Arte e de Cultura –, o trabalho alinha-se ao objetivo do Programa de Pós-graduação Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) de oferecer propostas de práticas de ensino que sejam executáveis, ajustáveis e adaptáveis a diversas realidades educacionais, contribuindo assim para a melhoria da prática pedagógica e da aprendizagem histórica (Rüsen, 2011). A respeito, Denise de Lira Silva avalia que

o PROFHISTÓRIA, [e suas propostas de] REA possibilitam o acesso a materiais preparados por professores para professores. Dessa forma, esses materiais pedagógicos são produzidos a partir de realidades diversas, com contextos sociais, culturais, políticos e econômicos que variam de uma região para outra (2025, p. 97).

Desta forma, é importante enfatizar que uma Sequência Didática (SD), diferente de um plano de aula para uma única aula, é um plano de ensino estruturado, que organiza sistematicamente atividades em torno de um gênero textual específico, não podendo ser confundido com um plano de aula (Freitas, Oliveira, 2022). Neste sentido, o objetivo em torno de uma SD é capacitar o aluno a compreender o conteúdo abordado pela metodologia desenvolvida e a temática/conteúdos selecionados.

A importância da SD e da Feira de Arte e de Cultura é levar o estudante a capacidade de não apenas “saber história” (memorizar fatos), mas “pensar historicamente” (Barca, 2009). Isso corrobora com o conceito de Literacia Histórica da Isabel Barca, onde ela vai ressaltar que “a literacia histórica supõe a apropriação de ideias sobre o passado com base em critérios de rigor metodológico, o que implica uma compreensão da natureza do conhecimento histórico, isto é, da relação entre a evidência e a interpretação” (Barca, 2009, p. 15). Logo, Barca (2009) propõe literacia histórica como competência para múltiplas interpretações, alinhando-se à consciência genética de Rüsen (2001). Ademais, “o professor não é mero transmissor de conteúdos, mas mediador que problematiza a realidade, articulando o conhecimento escolar à experiência vivida dos alunos, promovendo a consciência crítica e a ação transformadora” (Libâneo, s.d., p. 4).

As SDs, portanto, configuram-se como um recurso educacional que pode oportunizar aos alunos acesso e apropriação de novas práticas de linguagem ou daquelas que apresentam maior possibilidade de domínio. Nestes termos, a Sequência Didática (SD) é “um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito (...)” com “a finalidade de ajudar o aluno a dominar melhor um gênero de texto, permitindo-lhe, assim, escrever ou falar de uma maneira mais adequada numa dada situação de comunicação” (Dolz, Noverraz; Schneuwly, 2004, p. 82).

A respeito, Freitas e Oliveira, por sua vez, definem o SD como “uma representação espaço-temporal dos atos de sujeitos envolvidos em processos de ensino-aprendizagem” (2022, p.12). Nesse sentido, elas transcendem a mera organização de aulas, assumindo-se como uma representação espaço-temporal do processo de ensino-aprendizagem, caracterizada por ser uma previsão teórica e explicitamente orientada (Freitas; Oliveira, 2022).

Em termos metodológicos, a Sequência Didática (SD) é concebida, como um planejamento sistemático que projeta e antecipa o que se espera que ocorra tanto com a atuação do docente quanto, e principalmente, com o comportamento do discente dentro de uma lógica de aprendizagem preestabelecida. Esta projeção é edificada a partir de uma expectativa clara e específica de aprendizagem que se deseja alcançar (Freitas; Oliveira, 2022).

Como destaca Libâneo ([S/d], p. 5) “o professor deve mediar o encontro entre a experiência vivida pelo aluno e o saber sistematizado, de modo que o conhecimento escolar ajude

o estudante a elevar sua visão de mundo da síntese (conhecimento desorganizado) para a síntese (conhecimento elaborado e crítico)”.

Nesta perspectiva, dentre as potencialidades dos Recursos Educacionais Abertos (REA), o desenvolvimento de Sequências Didáticas é uma das possibilidades. Assim uma SD, enquanto possibilidade de se constituir um Recurso Educacional Aberto (REA), mobilizar diversas estratégias e recursos de aprendizagem. A exemplo, pode-se planejar uma feira de arte e de cultura associada a um tema específico, como os conteúdos relativos à Ditadura civil-militar e aos desafios democráticos atuais da Nova República – objetivo central deste estudo.

A elaboração de uma Sequência Didática (Freitas; Oliveira, 2022), enquanto planejamento de objetivos curriculares, atividade e ações. Neste sentido, ela pode ser uma possibilidade para integrar o estudo da Ditadura civil-militar e da democracia com a análise de filmes e outras manifestações artísticas (música, teatro, artes visuais). E, desse modo, enriquecer o processo de ensino-aprendizagem e o molho cultural que constitui uma desejada formação crítica e humanística (Freire, 2019).

O Recurso Educacional Aberto (REA), por sua vez, é um material pedagógico que se caracteriza pela liberdade de uso, reutilização e adaptação, sem restrições significativas – exceto aquelas de ordem ética, pedagógica e de conformidade com a matriz disciplinar atinente a cada conteúdo (Barros, 2011). Essa flexibilidade é o conceito central e abrange desde cursos completos e módulos até itens mais específicos como livros, artigos, vídeos, testes e *softwares* (PNLD, 2019). Conforme Amiel, Gonsales e Sebriam (2018), os REA impulsionam a cultura da colaboração e da participação. Eles representam um movimento que visa à democratização do acesso ao conhecimento, permitindo que tanto educadores quanto alunos atuem como cocriadores, adaptando os conteúdos à sua realidade local e, assim, aprimorando a qualidade do material didático.

Os REAs, enquanto carteiras de gêneros didáticos buscam promover diferentes metodologias educacionais de aprendizagem sem restrições de acesso a direitos autorais. Eles são aplicáveis a conteúdos e contextos de ensino diversos, podendo ser adaptados para o ensino fundamental e médio. Neste sentido, a perspectiva deles englobar metodologias variadas, como:

sequências didáticas, roteiros pedagógicos, cadernos de estudos ou atividades, ecossistemas de aprendizagem digital, *quiz*, jogos de aprendizagem, vídeos, artigos e softwares, entre outros.

Nesse sentido, esses recursos representam um avanço significativo na democratização do conhecimento, transcendendo as limitações de acesso aos materiais didáticos convencionais. Eles capacitam tanto docentes quanto discentes a assumirem um papel ativo na criação, personalização e compartilhamento de conteúdos, metodologias e atividades de ensino-aprendizagem construídas de forma colaborativa. Essa aplicabilidade se revela ampla e estende-se a diversas modalidades educacionais, desde o ensino presencial até o remoto, permeando variados contextos escolares – urbanos, rurais, indígenas, entre outras. Contudo, essa flexibilidade e adaptabilidade ganham uma relevância particular para a aprendizagem e a educação histórica. Ao permitir a inserção de fontes, narrativas e perspectivas locais, os materiais didáticos abertos e colaborativos garantem uma maior pertinência e ressonância com as realidades específicas de ensino e com as complexas interfaces históricas vivenciadas, a partir dos contextos socioculturais, geográficos e econômicos que envolvem diretamente os educandos e os educadores locais (Cruz, s/d).

O planejamento da Sequência Didática (SD) para o desenvolvimento e culminância de uma Feira de Arte e de Cultura, objeto deste estudo, envolveu, inicialmente, a elaboração, discussão com o orientador e posterior aplicação de um primeiro *survey* – formulário para coleta de dados. Este instrumento, criado através do *Google Forms*, foi enviado aos grupos de *WhatsApp* das turmas e consistiu em uma avaliação diagnóstica focada na temática da Ditadura civil-militar e dos desafios democráticos do atual presente histórico. O objetivo era traçar o perfil sociocultural dos alunos e aferir seu nível de conhecimento sobre o tema. Entretanto, os dados coletados, embora respeitem as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), não foram submetidos a um Comitê de Ética em Pesquisa, devido ao prazo restrito para a conclusão do mestrado. A respeito, é importante ressaltar que as informações obtidas por este instrumento de coleta de dados não identificam individualmente os participantes.

Após o encerramento da Feira de Arte e de Cultura, que marcou o ponto culminante das atividades práticas e de exposição do conhecimento adquirido, os estudantes envolvidos deram prosseguimento à etapa de avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Essa fase consistiu na aplicação de um segundo *survey*. O objetivo da aplicação deste outro formulário foi realizar uma verificação da aprendizagem associada à Sequência Didática (SD) desenvolvida. Para tanto, a

pesquisa foi elaborada, contendo um conjunto de perguntas específicas e direcionadas. Essas questões visavam não apenas avaliar a retenção de informações, mas, sobretudo, analisar o conhecimento conceitual, processual e atitudinal efetivamente adquirido pelos participantes ao longo das semanas de desenvolvimento da SD da Feira de Arte e de Cultura nas turmas dos 3º anos do Colégio Reis Magalhães.

A escolha das modalidades dos Projetos Estruturantes – AVE, TAL, EPA, ENCANTE, PROVE, FESTE – para empregar como prática da SD parte de uma cultura escolar existente no Colégio Reis Magalhães (figura 2), Glória, Sertão da Bahia, Nordeste do Brasil (figura 3). Quando ingressei no quadro docente do colégio tive contato com o Projeto, participei como professor-orientador em três anos (2023 a 2025) das etapas dos Projetos Estruturantes desenvolvida pela escola. É digno de nota o empenho dos discentes no planejamento, elaboração e execução dos projetos, o que se reflete claramente nos resultados alcançados.

Figura 2: Fachada do Colégio Estadual de Tempo Integral Reis Magalhães, Glória, Sertão da Bahia, Nordeste do Brasil, em 10 de outubro de 2025.



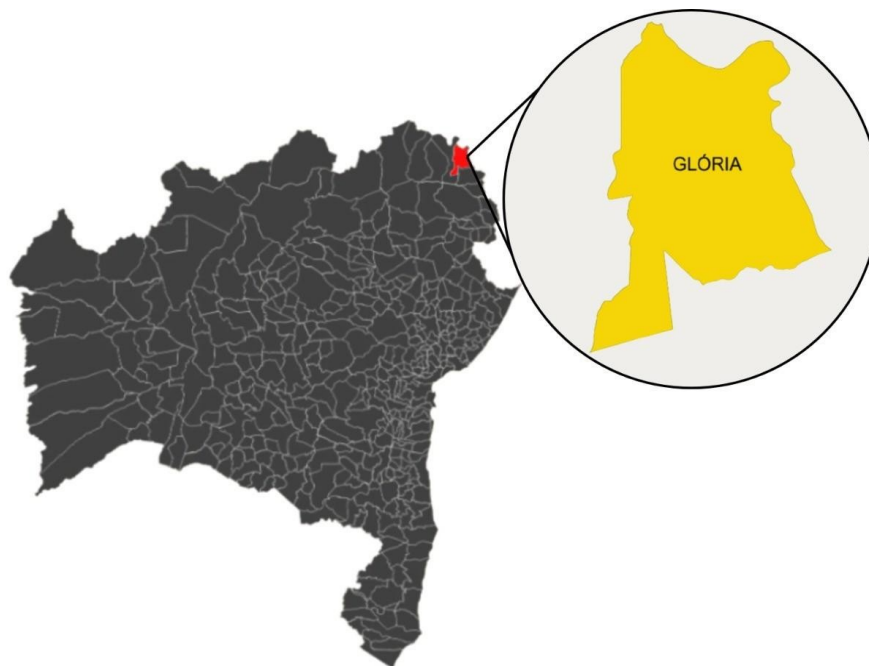
Fonte: Acervo pessoal do autor, 2025

O Colégio Estadual de Tempo Integral Reis Magalhães, que neste ano de 2026 completa 85 anos, teve sua fundação em 1941 como um grupo escolar. Uma curiosidade histórica sobre a instituição é que seu nome deriva da união dos nomes de dois políticos atuantes durante o Estado Novo: o então prefeito da cidade, Coronel Petronilo Reis e o governador Juracy Magalhães. Importante salientar que essas informações, até o momento, não foram convalidadas por pesquisas acadêmicas e nem pela documentação oficial – mas é a narrativa que a comunidade apropriou-se para explicar o nome da unidade escolar. Isso reforça a importância da pesquisa histórica para conhecermos melhor a sociedade que estamos inseridas. Na época de sua fundação, a escola oferecia apenas o Ensino Fundamental e estava sob gestão do poder municipal. Somente no século XXI, a instituição foi transferida para o controle do estado da Bahia, momento em que também expandiu suas atividades para incluir o Ensino Médio e suas modalidades.

O planejamento para esta SD, foco deste estudo, culminou com a realização da Feira de Arte e de Cultura. No contexto de aplicação deste REA, a escola possuía dez (10) turmas de 3º ano, divididas em três turnos, distribuídas nas seguintes modalidades: uma (01) integral, um (01) fluxo³ (2º/3º), duas (02) da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e seis (06) regulares. Apenas as duas (02) turmas da EJA não participaram da SD da Feira de Arte e de Cultura. O evento foi organizado em dois turnos, matutino e vespertino, e em ambos foram realizadas diversas atividades artísticas.

Figura 3: Mapa da localização do município de Glória, Sertão da Bahia, Nordeste do Brasil

³ “Modalidade Fluxo” refere-se à organização curricular flexível no Novo Ensino Médio da Bahia (DCRB/SEC), permitindo progressão contínua e personalizada dos alunos. Para mais informações acessar: https://www.ba.gov.br/conselhodeeducacao/sites/site-ccc/files/2025-08/DCRB%20MODALIDADES_19_08_25.pdf.

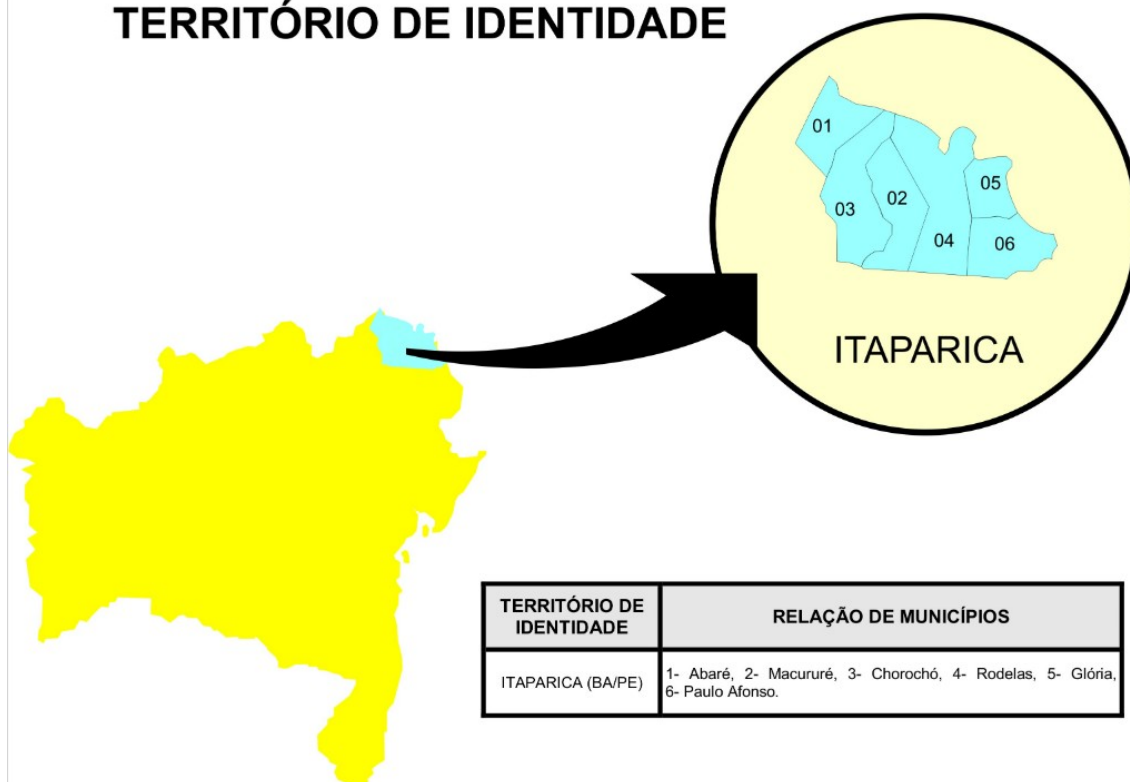


Fonte: Elaborado pelo autor através do Canvas (2025)

Os estudantes participam na categoria que mais se identificam – deixei esse mesmo critério para o REA por entender que o protagonismo deles e a liberdade de escolha seriam importantes no processo – e o resultado de todo o esforço deles no projeto resultou no colégio sendo classificado entre os três primeiros na regional do Núcleo Territorial de Educação, NTE-24 – Itaparica. Para compreender a localização espacial do NTE-24 – que abrange as cidades da região do território de Itaparica: formada pelos municípios de Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso, Rodelas – ver a figura 4. Na disputa do Projeto Estruturantes nessa regional, o Colégio no ano de 2018 ficou em primeiro colocado nas modalidades do DANCE e EPA, e assim contemplados a participar da etapa estadual em Salvador. Em 2025 ficou em segundo lugar na modalidade ENCANTE. Isso é fruto do empenho que os estudantes colocam na produção desses projetos.

Figura 4: Mapa do estado da Bahia Território de Identidade Itaparica (NTE-24)

BAHIA TERRITÓRIO DE IDENTIDADE



Fonte: ba.gov.br (2024)

Para os estudantes serem capazes de expressar seu aprendizado sobre a temática da dissertação foi desenvolvido duas etapas, a saber: No primeiro momento apresentei o assunto através de algumas ferramentas pedagógicas em sala de aula, para isso, começamos a utilizar a Sequência Didática (SD) para debater o assunto com os estudantes.

No segundo momento, prosseguimos com a SD para realização da Feira de Arte e de Cultura, intitulada “O Silêncio Rompido: vozes da Ditadura, gritos por democracia”. Nela os discentes por meio das modalidades dos Projetos Estruturantes selecionadas – AVE, TAL, EPA, ENCANTE, PROVE e FESTE (além da Sala de Temática) – desenvolveram ferramentas de como expressar a temática do golpe, ditadura e democracia por meio da arte. Importante destacar, como já mencionado, que as modalidades foram escolhidas pelos estudantes.

No primeiro *survey* – constituído para fazer uma avaliação diagnóstica dos conhecimentos anteriormente adquiridos – obtivemos 105 participações. No segundo *survey* – elaborado para sistematizar os dados da aprendizagem associada à SD – constatamos 91 participações. Essa

diferença se justifica pela desistência, durante o processo da participação, de alguns estudantes no Projeto da Feira de Arte e de Cultura.

TABELA 2: Quadro dos participantes do *survey 1 e 2*

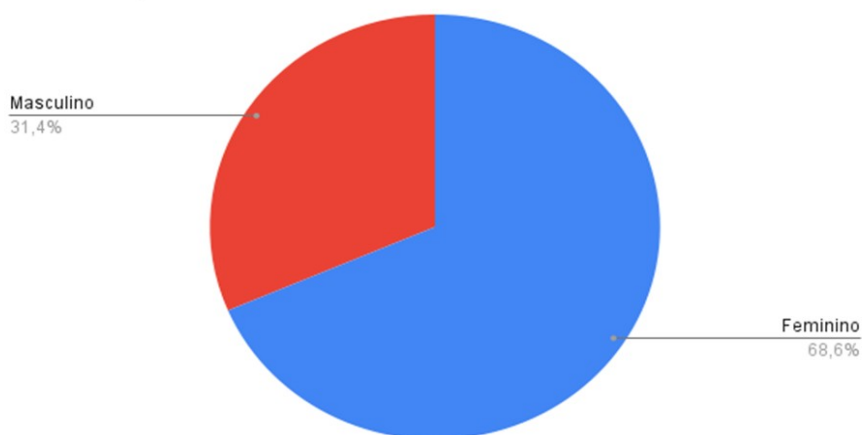
<i>Survey</i>	Número de participantes
1 - avaliação diagnóstica dos conhecimentos anteriormente adquiridos	105
2 - avaliação da aprendizagem associada à SD	91

Fonte: Elaborada pelo autor (2025)

Os dados obtidos em relação ao gênero, sistematizado no gráfico 1, registrou que dentre os participantes da SD 68,6% eram mulheres e 31,4% homens. É importante salientar que o formulário permitia especificar outra opção. Estes dados, a título de hipótese, pode ter influenciado as escolhas das temáticas desenvolvidas – seja por conta das cenas do protagonismo das mulheres no filme “Ainda estou aqui”, seja por conta dos vídeos de relatos de mulheres que sofreram torturas e que lutaram para descobrir o paradeiro dos entes queridos sequestrados, presos, desaparecidos ou assinados durante o período da ditadura.

Gráfico 1: Gênero

Qual seu gênero?

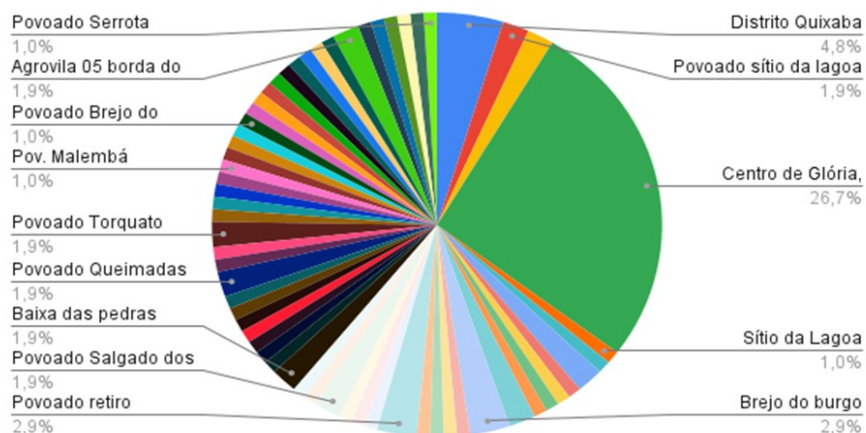


Fonte: Dados obtidos a partir da sistematização do *survey* aplicado pelo autor, 2025.

A análise da distribuição de moradia dos estudantes, como ilustrado o gráfico 2, revela um dado sociodemográfico no qual 26% do corpo discente reside no centro urbano do município. Enquanto a grande maioria dos estudantes, cerca de 70% deles, residem em diferentes povoados e localidade do município ou de áreas circunvizinhas. Este último dado revela a predominância de estudantes provenientes da área rural. Essa predominância de alunos com proveniência do campo indica uma realidade social e cultural específica. A constatação deste perfil, portanto, sugere a necessidade de considerar no projeto pedagógico e nas atividades de ensino, as experiências e saberes advindos do meio rural, reconhecendo o valor dessa relação próxima com a terra – ao tempo em que se constata que estes jovens também vivem em mundo conectado e tecnológico.

Gráfico 2: Localidade dos estudantes

Em qual bairro ou povoado você reside?



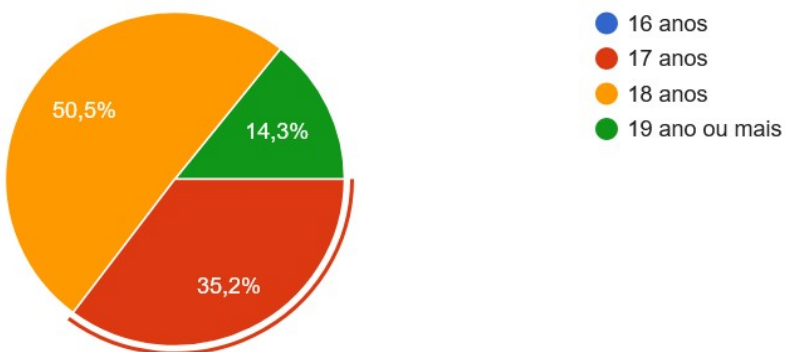
Fonte: Dados obtidos a partir da sistematização do *survey* aplicado pelo autor, 2025.

A análise da faixa etária do público pesquisado revela uma concentração de idade entre os 18 anos, acima de 50%, já aqueles que tem 17 anos corresponde a 35,2% e, por fim, quem tem 19 anos ou mais corresponde a 14,3%, conforme detalhado o gráfico 3. O referido gráfico não apenas ilustra a distribuição etária, mas também serve como um lembrete visual da necessidade de filtrar e contextualizar os dados à luz desse viés de preenchimento, garantindo que as conclusões finais reflitam o posicionamento do público que de fato se dedicou ao questionário.

Gráfico 3:Faixa etária dos estudantes

Qual a sua idade?

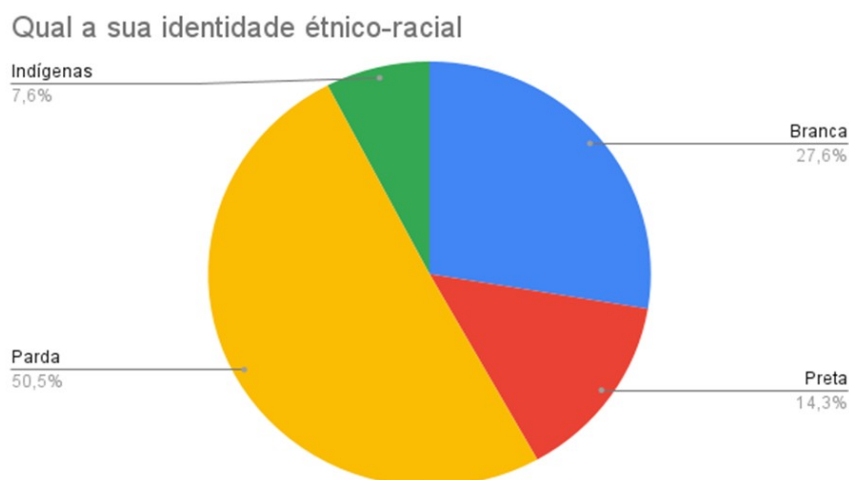
105 respostas



Fonte: Dados obtidos a partir da sistematização do *survey* aplicado pelo autor, 2025.

No que tange à identidade étnico-racial dos estudantes presente no gráfico 4, as respostas revelam um cenário diversificado, com uma predominância de autodeclaração parda, que corresponde a metade do universo pesquisado 50, 5%. Este dado, por si só, já aponta para uma miscigenação característica da população brasileira. Entretanto, um aspecto que merece destaque e aprofundamento é a quantidade significativa de estudantes que se identificam como indígenas 7,6%. Enquanto 7% declaram-se pretos. Já os brancos constituem 27,6% do universo de participantes.

Gráfico 4: Identidade Étnico-racial



Fonte: Dados obtidos a partir da sistematização do *survey* aplicado pelo autor, 2025.

O município de Glória, Bahia, destaca-se no Núcleo Territorial de Educação 24 (NTE-24) – formado pelos Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso, Rodelas – como o segundo maior espaço geográfico em termos de presença de territórios indígenas. Essa característica singular se materializa na existência de, pelo menos, quatro etnias distintas – Pankararé, Pankararu, Xucuru-Kariri, Kantaruré, nesse universo de etnias temos um número variável de aldeias reconhecidas, que oscilam entre oito e dez (Bahia, 2023; Prefeitura de Glória, 2016). A presença de comunidades originárias na região estabelece um ambiente sociocultural e educacional que precisa ser reconhecido e abordado com suas especificidades (Araújo; Sá, 2021; Colaço, 2006; Hohenthal Jr., 1960; Luz, 1988).

A expressiva autodeclaração indígena entre os estudantes não é um mero dado estatístico, mas um indicativo da proximidade e da importância dessas comunidades para a composição demográfica local e, conseqüentemente, para o sistema educacional. Tal realidade exige que a escola e as políticas pedagógicas considerem as especificidades culturais, linguísticas e históricas desses grupos. A presença indígena no corpo discente impõe a necessidade de um olhar diferenciado para a implementação da Lei nº 11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

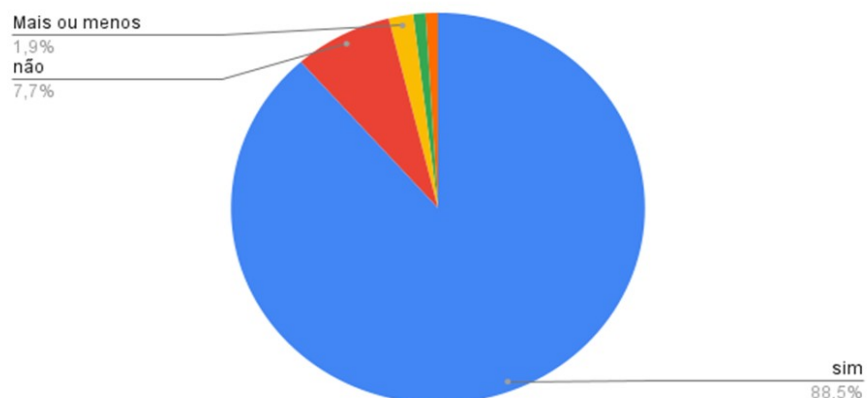
A coexistência de diferentes identidades étnico-raciais, com ênfase na população parda e indígena em Glória, configura um rico mosaico cultural, mas que também pode apresentar desafios em termos de inclusão e equidade. A escola, nesse contexto, torna-se um espaço crucial para o reconhecimento e valorização dessas identidades, promovendo um ambiente de respeito à diversidade e de combate a todas as formas de preconceito e discriminação. A alta representatividade indígena, corroborada pela configuração territorial do município, sublinha a urgência de uma educação que seja, de fato, intercultural e que reflita a complexa composição da sociedade local.

Partindo agora para a análise das respostas referentes à temática das Sequências Didáticas (SD), os gráficos subsequentes fornecem *insights* sobre o nível de compreensão dos participantes a respeito da Ditadura civil-militar. Especificamente, o gráfico 5, aborda diretamente o conhecimento prévio sobre o tema de forma afirmativo com 85,5%. A grande maioria dos entrevistados demonstrou familiaridade com o assunto, indicando que a Ditadura civil-militar não é um período histórico desconhecido para o grupo analisado.

Essa constatação sugere que os participantes possuem uma base mínima de referência para as questões que serão apresentadas a seguir, relacionadas à compreensão da dinâmica de contextos históricos envoltos em ditaduras. A alta taxa de reconhecimento do tema pode refletir a eficácia da abordagem do assunto em espaços de socialização, como a escola, a mídia ou o convívio familiar, ou pode estar ligada ao perfil específico dos entrevistados. Contudo, o simples reconhecimento não implica necessariamente uma compreensão aprofundada ou crítica do fenômeno.

Gráfico 5: conhecimento prévio 1

Você conhece a história do Golpe e ditadura civil-militar (1964-1985)?

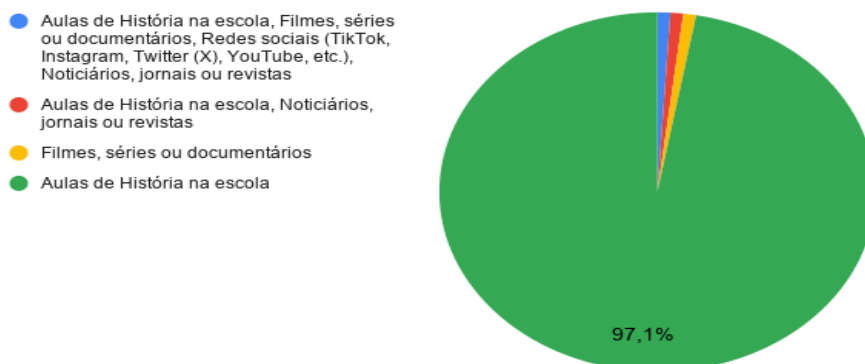


Fonte: Dados obtidos a partir da sistematização do *survey* aplicado pelo autor, 2025.

No gráfico 6, a pergunta foi em relação a como eles aprenderam ou ouviram sobre o assunto e 97% dos estudantes responderam que foi nas aulas de História. Somente 1% escolheram algumas das alternativas. Isso pode demonstrar que para esse público esse assunto é discutido em sala de aula.

Gráfico 6: conhecimento prévio 2

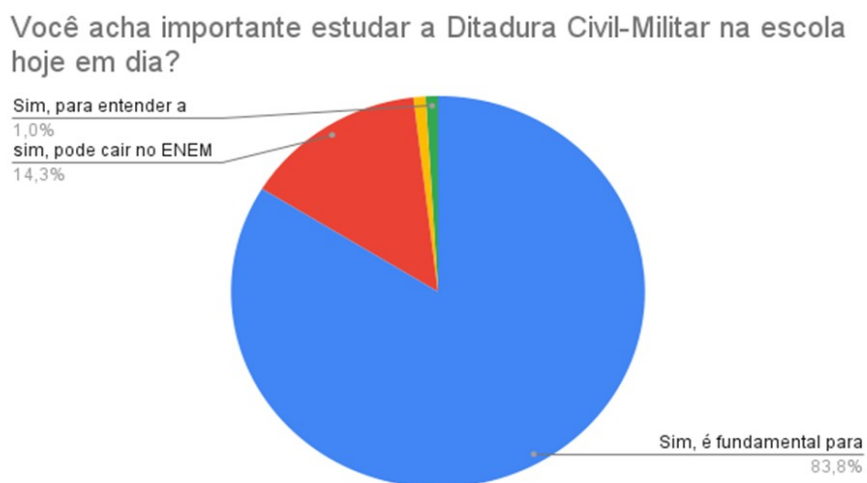
Considerado as opções abaixo, você conhece a história do Golpe e ditadura civil-militar a partir: (é possível marcar mais de uma opção)



Fonte: Dados obtidos a partir da sistematização do *survey* aplicado pelo autor, 2025.

Já no gráfico 7 foi perguntado se eles consideram importante estudar o tema e como é possível observar abaixo mais de 80% acreditam na importância de estudar em sala de aula. Isso pode ser um sintoma que para esses jovens a temática da ditadura é importante para sua compreensão da sociedade.

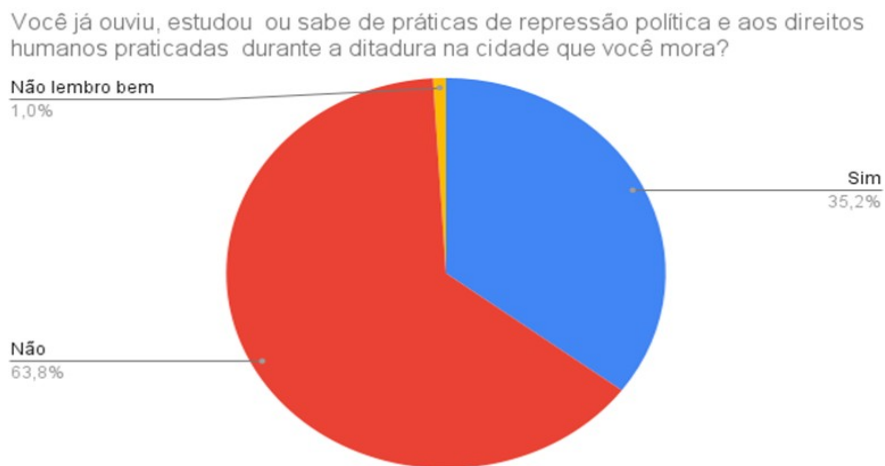
Gráfico 7: importância de estudar Ditadura



Fonte: Dados obtidos a partir da sistematização do *survey* aplicado pelo autor, 2025.

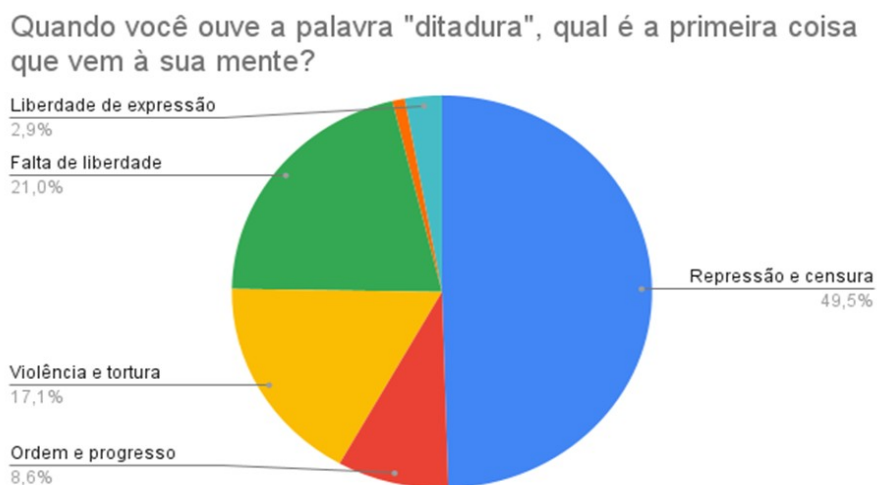
No que se refere à realidade local, o gráfico 8, evidencia a relação dos jovens com a história da ditadura em sua cidade. Sobre esses dados é importante destacar que a antiga sede urbana do município de Glória foi submersa para construção da usina hidrelétrica Luiz Gonzaga no final da década de 1970 e a maioria da população foi deslocada de suas antigas residências, houve confronto e muita luta dos moradores contra a Chesf e a repressão foi enorme por parte dos órgãos do estado (Silva, 2018). Contudo, como observado no gráfico, mais de 60% dos estudantes desconhecem a conexão desse episódio com a inundação da antiga cidade.

Isso evidencia a ‘lacuna de memória local’, salutar para inclusão curricular, pois a história local – ancorada em experiências concretas – potencializa a consciência histórica (Rüsen, 2001). Segundo Noronha (2007), ela fornece referencial analítico para compreender a dinâmica social, promovendo identidade e cidadania ao relacionar o ‘local’ a ‘história oficial’ (Cainelli; Schmidt, 2004).

Gráfico 8: Ditadura em Glória, Bahia

Fonte: Dados obtidos a partir da sistematização do *survey* aplicado pelo autor, 2025.

Em relação ao significado da palavra ditadura, a maioria, mais de 50% expuseram que a palavra está relacionada à ditadura, à repressão, violência e falta de liberdade. Como é possível notarmos no gráfico 9 abaixo. Porém um dado é chamado atenção, pois 8,6% consideravam o significado como “ordem e progresso”.

Gráfico 9: significado da palavra ditadura

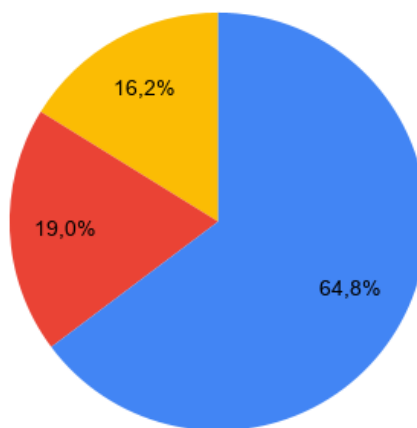
Fonte: Dados obtidos a partir da sistematização do *survey* aplicado pelo autor, 2025.

No que se refere à parcela da sociedade que defende a ditadura, como mostra o gráfico 10, quase 65% dos estudantes defendem que há uma falta de conhecimento da população, isso pode ser um sintoma da importância dessa temática ser discutida cada vez mais na sociedade, não só nos manuais escolares. Porém, no que tange as outras alternativas, 19% acreditam que o regime trouxe segurança, além de 16% discordarem da democracia atual e acreditar que melhor é um regime autoritário. Isso nos faz ligar um sinal de alerta e corrobora ainda mais para importância desse trabalho.

Gráfico 10: sociedade e ditadura

Em sua opinião, qual é a principal razão pela qual algumas pessoas defendem a ditadura no Brasil atualmente?

- Falta de conhecimento sobre o que realmente aconteceu no período.
- Acreditam que o regime trouxe estabilidade e segurança.
- Discordam da democracia atual e buscam um governo mais autoritário.



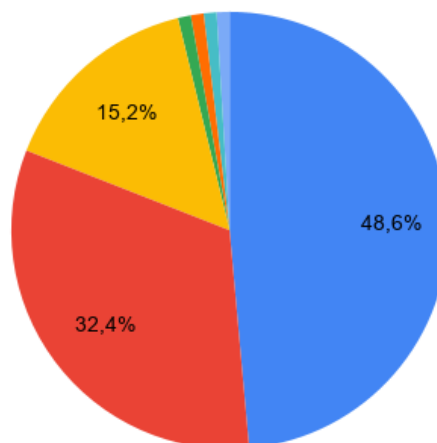
Fonte: Dados obtidos a partir da sistematização do *survey* aplicado pelo autor, 2025.

Em relação ao que a extrema-direita propaga nas mídias e redes sociais no que tange à ditadura, o gráfico 11 demonstra que 48,6% dos estudantes discordam que a ditadura não existiu e que tenha sido uma “revolução” contra o comunismo. Contudo, parcela da população, 28% acreditam nessa ideia e comemoram o Golpe de 1964 (Poder 360, 2024), como explicita a reportagem do site informativo “Poder 360” que realizou a pesquisa em 2024. Já para os estudantes 15% concordam que foi uma “revolução”. O que pode ser considerado uma equivalência em relação à população em geral.

Gráfico 11: Extrema Direita e Propaganda

Você concorda com a ideia de que a Ditadura Civil-Militar não existiu e foi, na verdade, uma "revolução" para salvar o país do comunismo?

- Discordo totalmente.
- Discordo, mas entendo os argumentos.
- Sim, concordo totalmente.
- Não sei
- Não sei
- A ditadura existiu e foi um golpe que retirou a democracia, mas não foi uma revolução para salvar o país.
- Não entendo muito disso

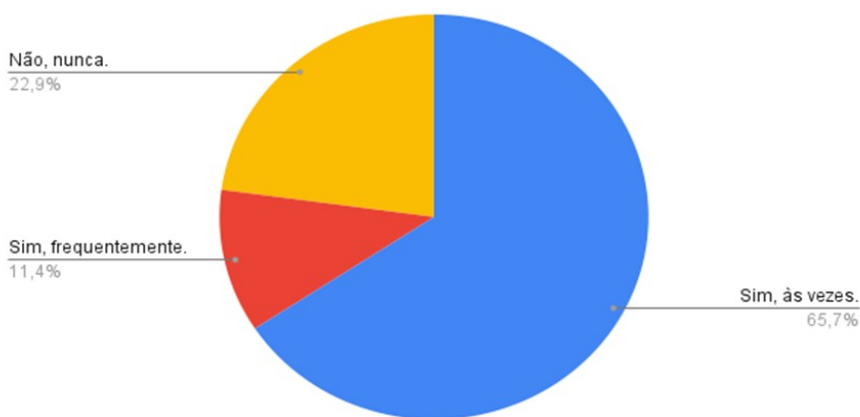


Fonte: Dados obtidos a partir da sistematização do *survey* aplicado pelo autor, 2025.

Importante destacar também que os estudantes se deparam com notícias relacionadas ao Golpe de 1964 e a ditadura terem sido uma “revolução” e negam que o período tenha sido um regime ditatorial. Isso é o que evidencia o gráfico 12, em que mais de 60% já vivenciaram esse tipo de notícia e 11% ver esse tipo de informação frequentemente. Isso demonstra um desafio que o professor tem que enfrentar para combater as *fake news* (Zani, 2023) e o negacionismo sobre o período (Breves, 2021; Macêdo, 2022).

Gráfico 12: notícias sobre Ditadura

Você já se deparou com notícias ou postagens em redes sociais que negam ou distorcem o que aconteceu no período da Ditadura?

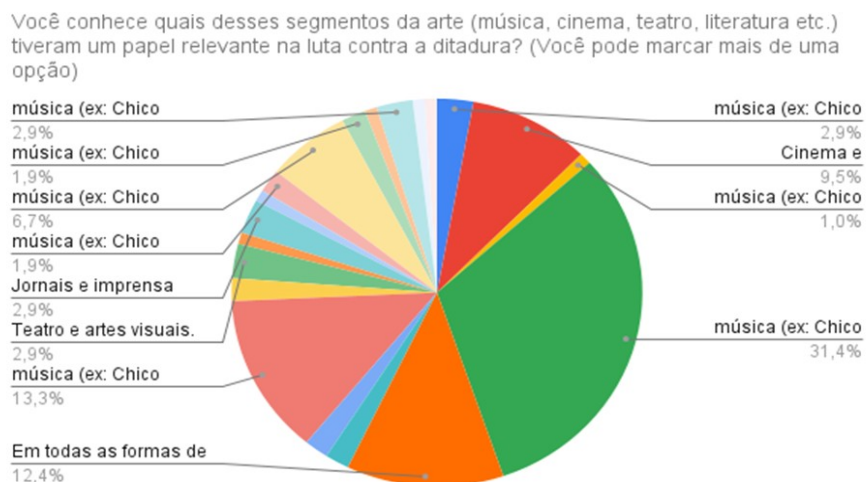


Fonte: Dados obtidos a partir da sistematização do *survey* aplicado pelo autor, 2025.

No que tange às artes e a relação com a temática, o gráfico 13 abaixo traz grandes contribuições para o que concerne à problemática deste trabalho, é possível notarmos que a música, somando mais de 50% das escolhas, é o principal meio que eles tiveram em relação à temática da ditadura. Isso pôde ser visto na Feira de Arte e de Cultura onde alguns estudantes fizeram álbuns relacionados à música e um coral que apresentou cantando vários recortes de músicas sobre o período.

Devido à formatação não é possível ler as respostas completas, logo abaixo do gráfico 14 colocamos todas as opções de respostas que estão disponíveis no questionário.

Gráfico 13: arte e Ditadura



Você conhece quais desses segmentos da arte (música, cinema, teatro, literatura etc.) tiveram um papel relevante na luta contra a ditadura? (Você pode marcar mais de uma opção)

[Ocultar opções](#) ^

- ☐ música (ex: Chico Buarque, Geraldo Vandré).
- ☐ Cinema e documentários (ex: 'Ainda Estou Aqui').
- ☐ Teatro e artes visuais.
- ☐ Jornais e imprensa alternativa.
- ☐ Em todas as formas de arte conforme opção política de cada artista

Fonte: Dados obtidos a partir da sistematização do *survey* aplicado pelo autor, 2025.

Partindo agora para o ponto crucial que é debatido neste trabalho, que diz respeito à importância de discutir ditadura e a tentativa de golpe ocorrida em 8 de janeiro. Os próximos gráficos trazem questionamento acerca do conhecimento dos estudantes a respeito desse episódio.

No gráfico 14 vimos que 43,8% dos entrevistados lembram vagamente do ocorrido e 25,7% estudantes lembram-se do episódio. Porém um número razoável de pouco mais de 30% não lembram ou não sabem do que se trata. Isso pode demonstrar uma tendência hoje entre os jovens, que é não se preocupar em se informar com notícias da atualidade.

Gráfico 14: Golpe de 8 de janeiro

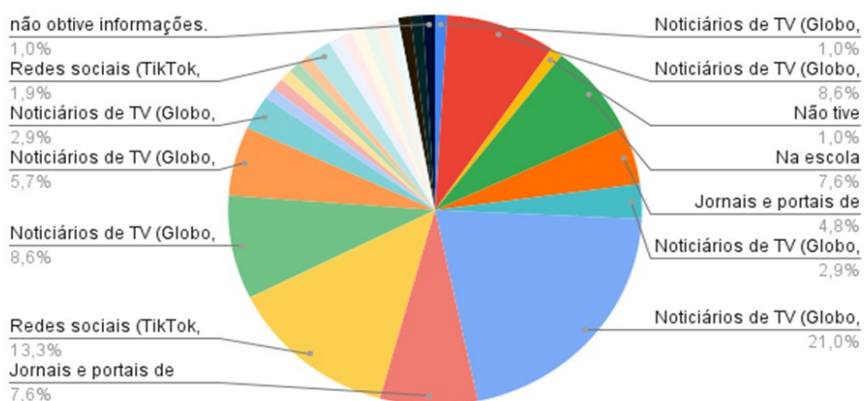


Fonte: Dados obtidos a partir da sistematização do *survey* aplicado pelo autor, 2025.

Logo em seguida no gráfico 15 eles responderam a origem onde obtiveram essa informação, e mais de 50% responderam que foi através de noticiário na televisão aberta.

Gráfico 15: Notícias sobre o 8 de janeiro

Onde você obteve informações sobre os eventos de 8 de janeiro de 2023?

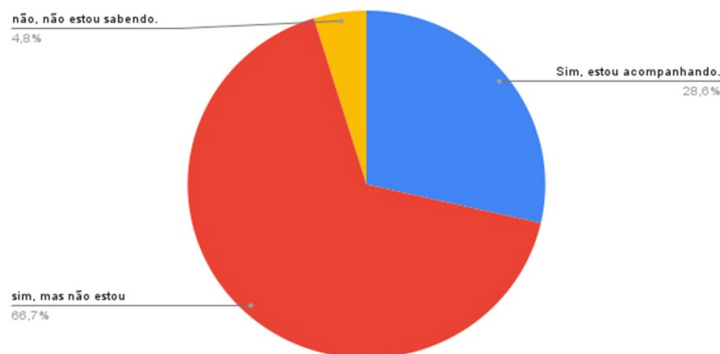


Fonte: Dados obtidos a partir da sistematização do *survey* aplicado pelo autor, 2025.

Por fim, no gráfico 16 fizemos uma análise referente à pergunta sobre o julgamento que levou do ex-presidente Jair Bolsonaro. É perceptível que a grande parcela dos estudantes estão cientes sobre essa notícia em relação ao ex-presidente, já que mais de 90% sabem sobre o processo, mas somente 28,6% estão acompanhando os desdobramento.

Gráfico 16: Prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro

Você está sabendo sobre o julgamento do ex-presidente da República Jair Bolsonaro sobre a tentativa de Golpe de Estado?



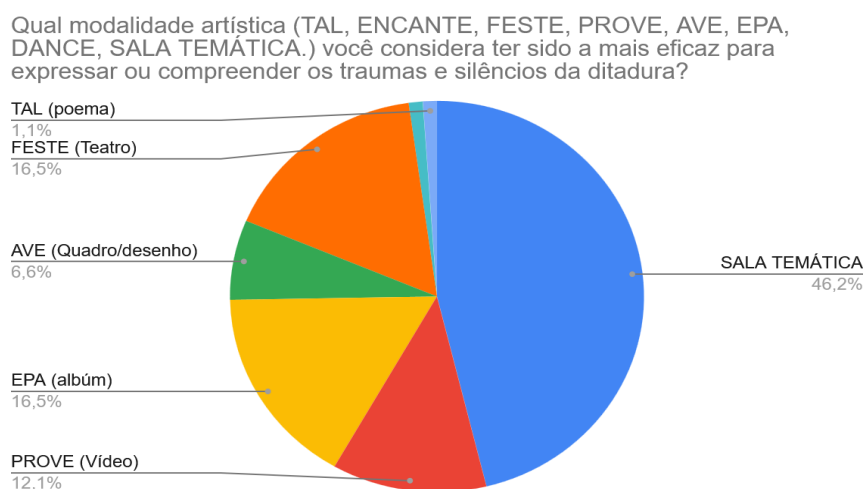
Fonte: Dados obtidos a partir da sistematização do *survey* aplicado pelo autor, 2025.

Analizamos agora o questionário que foi disponibilizado para os estudantes após a realização da SD e a culminância da Feira de Arte e de Cultura. Como já foi relatado, alguns estudantes não responderam o formulário, e diferente do primeiro, neste muitas perguntas foram

específicas sobre a temática da ditadura e duas perguntas foram com respostas abertas, não sendo possível colocá-las em formato de gráfico, escolhendo assim algumas respostas para serem comentadas – em ambos os casos observamos o devido cuidado de não identificar os autores das respostas.

No gráfico 17 foi questionado sobre quais modalidades foi mais eficaz em expressar o acontecimento histórico da ditadura e mais de 45% destacaram a Sala Temática. Foi perceptível os comentários do público presente no dia, elogiando e relatando a experiência sensorial e visual que tiveram dentro do ambiente. Uma sensação de dor, tristeza, empatia, ódio, revolta, essas foram algumas das reações dos telespectadores. Já na segunda colocação foi FESTE com 16,5%, uma apresentação de teatro que foi muito aplaudida pelos telespectadores.

Gráfico 17: Modalidades artísticas

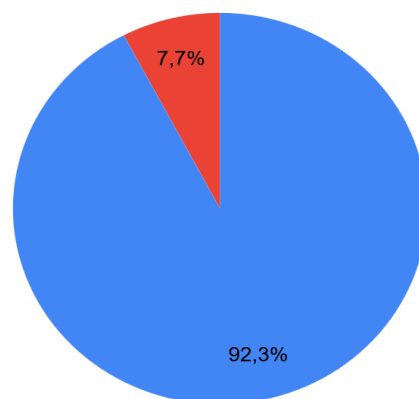


Fonte: Dados obtidos a partir da sistematização do *survey* aplicado pelo autor, 2025. Sobre a opinião dos estudantes sobre a apresentação do REA na escola e a relevância que ele teria para discutir os problemas e desafios em relação ao tema, a grande maioria, 92,3% responderam que é importante estudar sobre a temática, como destaca o gráfico 18 abaixo.

Gráfico 18: Apresentação do REA

Em sua opinião, o estudo e a apresentação da Ditadura Civil-Militar na escola têm alguma relevância para os problemas e desafios do Brasil hoje (como fake news, extremismo político ou ameaças à democracia)?

- Sim, é fundamental para orientar o presente.
- Sim, mas só como registro histórico, sem aplicação prática.

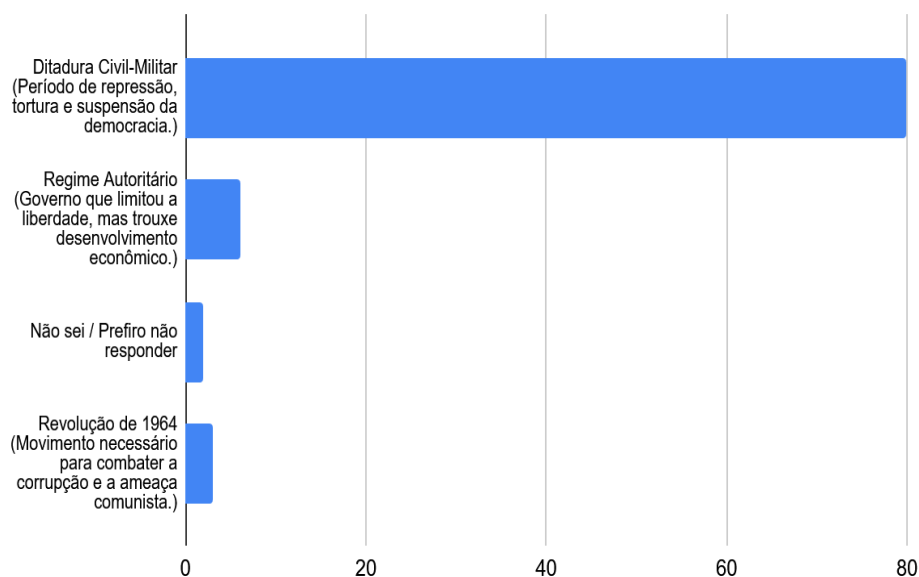


Fonte: Dados obtidos a partir da sistematização do *survey* aplicado pelo autor, 2025.

O gráfico 19, o último analisado, traz um contraponto em relação à pergunta que foi feita no primeiro formulário. Pois o resultado mostra que 80% por cento dos estudantes entenderam o período da ditadura civil-militar como um período de repressão, tortura e suspensão da democracia. Já no primeiro formulário, no gráfico 9 na página 87 mais de 25% não sabia diferenciar os dois conceitos sobre ditadura. Já em relação ao conceito está ligada a repressão e tortura, somente 50% faziam essa relação. Logo, podemos notar um aumento substancial após a realização da SD e da Feira.

Gráfico 19: Definição de Ditadura

Após a Sequência Didática (SD) e as apresentações na Feira de Arte e Cultura (REA), como você define a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)?



Fonte: Dados obtidos a partir da sistematização do *survey* aplicado pelo autor, 2025.

Por fim, averiguamos as três perguntas abertas: a participação no projeto (seja como artista, espectador ou pesquisador) mudou a sua visão ou emoção sobre as vítimas da ditadura (desaparecidos, exilados, torturados)? Se sim, descreva qual foi a principal emoção ou reflexão gerada. Destacando algumas das respostas onde é possível perceber o quanto o REA foi significativo para compreensão deles sobre o tema.

Resposta 1:

“O ponto mais positivo foi conseguir entender a ditadura não só pelos livros, mas também pelas emoções e histórias apresentadas nas criações artísticas e nos debates. A combinação da pesquisa com a prática e a arte tornou o aprendizado mais real, ajudando a refletir melhor sobre as consequências do autoritarismo e a importância da democracia nos dias de hoje”.

Resposta 2:

“A combinação de pesquisa debate sala de aula e arte transforma um tema pesado em um entendimento vivo e plural quando você pesquisa obtém fatos quando debate esses fatos ganham contornos humanos quando compartilhem sala eles se tornam coletivos e quando cria artisticamente ah aí sim ele se transforma em experiência algo que toca provoca e remexe”.

Resposta 3:

“Um ponto muito positivo de estudar a Ditadura Civil-Militar usando pesquisa, debate em sala (SD) e criação artística (REA) é que essa combinação aprofundou o entendimento histórico de forma ativa e significativa. Por quê? A pesquisa permitiu contato com fatos, documentos, versões e interpretações diferentes da história. O debate em sala ajudou a confrontar ideias, tirar dúvidas, ouvir outras perspectivas e construir pensamento crítico. A criação artística (REA) transformou o conteúdo em expressão — música, desenho, poesia, vídeo — o que torna o aprendizado mais pessoal, criativo e memorável. Resultado principal (o ponto mais positivo) Os estudantes não apenas aprenderam sobre a ditadura, mas desenvolveram consciência crítica, empatia pelas vítimas e capacidade de compreender como autoritarismo e censura afetam a sociedade. A arte e o debate tornaram o tema menos distante, mais humano e mais fácil de refletir sobre o presente. Se quiser, posso resumir em uma frase bem curta para colocar em um trabalho”.

Resposta 4:

“essa combinação faz você entender a história de um jeito muito mais profundo, vivo e real. A Ditadura Civil-Militar deixa de ser só um conteúdo e vira um aprendizado que você leva pra vida: sobre democracia, liberdade e respeito”⁴.

Para não ficar muito longo por se tratar de muitas respostas, destaquei somente essas quatro que em essência traz o mesmo ponto de vista, a importância da SD despertou nos estudantes a consciência histórica (Rüsen, 2012). Essas respostas podem ser um indicativo que um dos objetivos propostos nessa dissertação foi alcançado. A partir do momento que vemos que o Projeto foi capaz de despertar nos estudantes o sentimento de compreensão acerca do que muitas vítimas passaram nesse período e a importância de estarmos vigilantes para que isso não volte a acontecer.

Na última pergunta analisada temos também quatro respostas analisadas. A pergunta destaca: qual foi o ponto mais positivo de estudar a Ditadura civil-militar por meio da combinação de pesquisa, debate em sala e a criação artística?

Resposta 1: O ponto mais positivo foi a possibilidade de conectar a história com a arte e a expressão criativa. A combinação de pesquisa, debate e criação artística permitiu uma compreensão mais profunda e empática da Ditadura Civil-Militar,

⁴ **Fonte:** Dados obtidos a partir da sistematização do *survey* aplicado pelo autor, 2025.

além de proporcionar um espaço para refletir sobre os impactos desse período na sociedade atual.

Resposta 2: O ponto mais positivo foi transformar a Ditadura Civil-Militar em memória viva: pesquisar nos deu fatos, o debate nos deu voz e a criação artística nos deu coragem para sentir, questionar e nunca repetir aquela história.

Resposta 3: O conhecimento adquirido. Eu já tinha ouvido falar e me interessava muito por esse acontecimento da história do nosso país, mas muitas pessoas não faziam ideia do que foi esse período. O projeto proporcionou o aprofundamento dessa temática, além de que se conecta com o presente em diversos aspectos, ajudou a melhorar o meu posicionamento político e como cidadã mesmo.

Resposta 4: estudar a Ditadura Civil-Militar por meio de pesquisa, debate e criação artística ficou mas fácil de compreender o tema, permitindo uma conexão emocional mais profunda com as histórias das vítimas⁵.

Destaco essas quatro respostas, pois podemos compreender que eles foram capazes de assimilar a importância da temática, inclusive relacionando com memória viva dos acontecimentos da ditadura. A primeira, segunda e quarta resposta destacam a importância da arte e o uso de expressão criativa para o aprendizado histórico, demonstrando o que Napolitano (1999, 2003) ressalta que as artes (filmes, música, imagens) são linguagens históricas e podem funcionar como fontes e mediações da consciência histórica dos estudantes, desde que analisadas como construções, não como “espelhos” do passado. Já a terceira resposta mostrou uma preocupação sobre a importância de compreender essa temática para ser uma cidadã melhor. Isso é salutar para o que o trabalho almeja conseguir. Um adendo importante sobre as respostas é que no mundo tecnológico de IAs foi possível notar algumas respostas feitas pela Inteligência Artificial, essa ferramenta já se tornou um grande desafio hoje no mundo escolar.

⁵ **Fonte:** Dados obtidos a partir da sistematização do *survey* aplicado pelo autor, 2025.

4. ENSINO DE HISTÓRIA, SD E FEIRA DE ARTE E DE CULTURA

Segundo Jacques (2017), os Recursos Educacionais Abertos (REA) são materiais didáticos com licenças flexíveis que permitem sua reutilização, adaptação e redistribuição para apoiar os processos de ensino e aprendizagem, além de apoio ao ensino-aprendizagem disponibilizados sob licença permissiva para reter, reutilizar, revisar, remixar e redistribuir (5Rs). Já (Moretti et al. 2024) destacam que os REA – a exemplo das Sequências Didáticas (SD) – podem contribuir para uma educação mais democrática e acessível para o ensino, possibilitando a todos o acesso a materiais de qualidade e incentivando a produção colaborativa em rede.

Durante os mais de dez anos trabalhando em sala de aula como professor de História umas das coisas que mais me impactava era ouvir do estudante nos primeiros dias de aula da disciplina o questionamento “mas para que eu preciso estudar História? Uma disciplina que fica falando do passado de gente que já morreu e não vai mudar em nada minha vida!”. Diante de falas desta ordem, costumo ficar inquieto, mas tentava de alguma forma trazer para eles a importância do conhecimento histórico para os dias atuais.

Diante deste ceticismo, quando nos referimos ao Golpe de 1964 e, de seu consequente desdobramento, a Ditadura civil-militar que durou 21 anos, em tese, por ser um tema sensível, próximo e disputado (Bezerra, 2018), paradoxalmente fica mais “fácil” discutir essa temática, pois se trata de um fato e processo histórico com repercussões evidentes no atual presente histórico da sociedade brasileira.

Contudo, o fator mais relevante reside no fato de que as sequelas, traumas e cicatrizes desse período persistem e representam riscos a atual experiência democrática – recentemente ameaçada por mais uma tentativa golpista. Essa situação, como já mencionado, manifestou-se após o resultado das eleições de 2022, quando o então Presidente da República, Jair Bolsonaro, fervoroso defensor da ditadura, perdeu as eleições por Luís Inácio Lula da Silva. Diante da adversidade, o então presidente não acatou o resultado das urnas e, em conjunto com seus apoiadores, articulou uma tentativa de golpe, marcada por diversos episódios, dissimulações e ações ao longo do ano de 2022, culminando no fatídico 8 de janeiro de 2023, data em que grupos financiados e apoiados pela extrema-direita invadiram as sedes dos três poderes constitucionais e

tentaram, sem êxito, desferir um golpe e abolir o Estado Democrático de Direito (Folha de São Paulo, 2023).

Diante do exposto, torna-se evidente a relevância de abordar essa temática no ambiente escolar. O golpe e o regime ditatorial deixaram marcas profundas na sociedade brasileira, e a recente condenação de militares e do ex-presidente da República por tentativa de golpe de Estado em 2025 (G1, 2025), demonstra que a passividade histórica resulta em novas tentativas de ruptura democrática por parte de indivíduos que rejeitam a democracia ou desconhecem os horrores que um estado ditatorial pode atingir à sociedade (Fico, 2004). Neste sentido, a busca por memória histórica reparadora (Reys Gaméz, 2018) e uma justiça de transição (Oliveira; Reiis, 2022) requer uma educação permanente, atenta e resiliente voltada para a defesa da democracia e dos direitos humanos. Por conseguinte, optou-se por discutir essa temática em sala de aula por meio da metodologia de uma Sequência Didática (SD) de uma Feira de Arte e de Cultura, seguindo o modelo dos Projetos Estruturantes propostos pela SEC-BA.

O mencionado Projeto, previsto pelo Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) para o Novo Ensino Médio (NEM), paradoxalmente coexiste com uma carga horária reduzida para as aulas da disciplina de História. A respeito, destacamos que nos 3º ano são previstas apenas duas (02) aulas semanais, contabilizando oitenta horas (80h) anuais. Entretanto, esta previsão/planejamento – em algumas Unidades Escolares (UE) da SEC/BA no ano letivo de 2025 –, sofreu uma restrição maior em razão de obstáculos relacionados à questão do transporte escolar, afetando o tempo em sala que seria de 50 minutos para 45 minutos. O Colégio Estadual de Tempo Integral Reis Magalhães (CETIRM) é uma das UE que sofrem com essa mudança. Diante disso, a SD pensada para essa realidade escolar, teve que ser ajustada para este imprevisto, assim como pode ser ajustada para outros cenários fazendo as devidas adequações.

Neste contexto, a SD posta em prática propôs uma abordagem crítica sobre o golpe e da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) relacionando com os acontecimentos recentes do cenário nacional após as eleições presidenciais de 2022. A opção por esta metodologia, formatada como um REA, foi o de, por um lado, construir junto com os discentes a importância de que “é preciso estar atentos e fortes”, refrão confere título a esta dissertação, em favor da vigilância contra ditaduras e em defesa da democracia. E, por outro lado, elaborar o passa-a-passos

metodológico e pedagógico, para uso de outros colegas docentes, de uma SD de uma Feira de Arte e de Cultura para discutir estes e outros temas.

Uma SD, destinada a estudantes do 3º ano do Ensino Médio do CETIRM, seguindo o currículo da disciplina balizado pela BNCC, DCRB e Projetos Estruturantes da SEC-BA. Assim, a SD se fundamenta nas competências da BNCC (Brasil, 2018). No que tange as competências, a BNCC ressalta que é a capacidade mais ampla que envolve mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver situações da vida escolar e social. Já no que concerne à habilidade é uma aprendizagem mais específica, observável e progressiva, que indica o que o estudante deve saber fazer em cada etapa da escolaridade (Brasil, 2018). Em outras palavras, a competência aponta o objetivo maior da formação, enquanto a habilidade descreve os passos concretos para alcançá-lo.

O Ensino de História, essa relação é importante porque as habilidades orientam atividades de como identificar, comparar, analisar e interpretar fontes, enquanto as competências organizam o sentido mais amplo dessas aprendizagens, como o exercício da cidadania, o pensamento crítico e a compreensão histórica do presente. Assim, quando o professor planeja uma sequência didática, ele transforma competências gerais da BNCC em habilidades específicas a serem desenvolvidas em sala de aula. Das habilidades disponíveis na BNCC, vamos trabalhar em especial às habilidades:

(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais.

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

(EM13CHS602) Identificar, caracterizar e relacionar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da cidadania (p. 564 – 565).

O DCRB da Bahia (2023), por sua vez, exige que os projetos colocados em prática sejam atrelados à temática dos Direitos Humanos. A Ditadura é o campo de estudo ideal para o reconhecimento, debate e defesa dos direitos humanos. No que tange a relação das Linguagens e

Expressão Artística: O DCRB, ao abraçar os Projetos Estruturantes como AVE, FESTE e FACE, reconhece a arte como um canal legítimo para a expressão da cultura e da identidade, que são elementos da consciência histórica (Rüsen, 2010).

A Sequência Didática teve como objetivo geral compreender o contexto histórico, as características e os impactos da ditadura civil-militar no Brasil. E como objetivos específicos têm: analisar as causas do golpe de 1964 e os discursos de autoridades de espectros políticos diferentes sobre esse fato histórico; refletir sobre mecanismos de repressão e resistência durante a ditadura; e, por fim, debater os desafios atuais do negacionismo histórico e *fake news* diante do tema. Por conta da questão do planejamento disciplinar não foi possível aprofundar todas as nuances que a temática suscita como exemplo à questão conceitual do termo ditadura. Portanto foram escolhidas algumas abordagens para serem trabalhadas nas SD.

A elaboração da SD⁶ tem como base a aprendizagem e a consciência histórica seguindo os preceitos de Rüsen (2001) e, portanto, buscamos através dela, que o estudante ao final tenha adquirido a compreensão histórica crítica e reflexiva para entender que a democracia é um processo em constante transformação, disputa e negociação – e que ela tem um papel ativo na construção de uma sociedade menos injusta, com mais oportunidades e equidade de direitos.

A sequência organiza-se em quatro aulas de 45 minutos, com aulas expositivo-dialogadas e contextualizadas em termos históricos. Desta forma, a proposta de SD foi apresentada por meio de slides produzidos *online* pela plataforma *Gamma*⁷, como auxílio da inteligência artificial *Gemini*⁸ e, posteriormente, revista e ajustada para a realidade da prática pedagógica. Foi feita uma análise de fontes primárias (documentos, jornais censurados da época). Exibição de trechos de documentários, filmes e vídeos curtos (*tiktok*). Debates sobre músicas de protestos e o papel da arte na resistência, e finaliza com a Feira de Arte e de Cultura.

Um destaque importante diz respeito à paleta de cores da SD, pois mesmo não sendo recomendado utilizar slides com fundo preto e letras brancas, as escolhas dessa paleta de cores foi intencional na medida em que se relaciona com o tema discutido no referido *slides*. Pois traz uma

⁶ As sequências podem ser acessadas através do link: <https://gamma.app/docs/Copy-of-Sequencia-Didatica-Golpe-e-Ditadura-Civil-Militar-4-aulas-ltubmki6d2ecipq?mode=doc>.

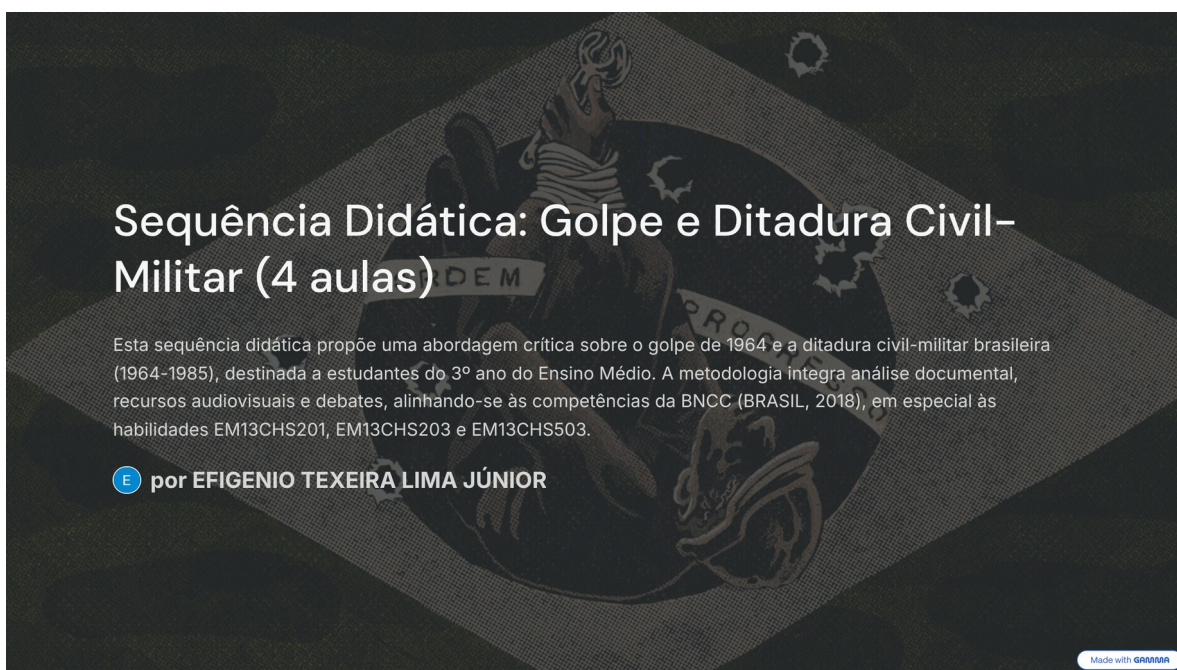
⁷ Para acessar o Gamma entre no link: <https://gamma.app/>.

⁸ Para acessar o Gemini entre no link: <https://gemini.google.com/>.

ideia de luto e dor por todos aqueles que foram constrangidos, perseguidos, sequestrados, torturados, desaparecidos e mortos por agentes do Estado no contexto da Ditadura civil-militar, bem como, aponta para uma alerta em situações congêneres.

Abaixo, nas figura 5 e 6, busco caracterizar a SD desenvolvida, enfatizando os objetivos e a metodologia empregada. Em seguida, apresento as sequências das aulas, totalizando quatro encontros, distribuídos em duas semanas (duas aulas semanais). Uma terceira semana foi destinada à conclusão do projeto, com a realização da Feira de Arte e de Cultura, para a qual foi necessário solicitar à escola um turno (cinco aulas) para a sua execução. Para isso, foi requisitado aos colegas de outras disciplinas que disponibilizassem suas aulas no dia do evento. Esta solicitação, contudo, gerou alguns contratempos, visto que, mesmo com a devida comunicação à direção e coordenação, as turmas do 1º e 2º anos não foram liberadas para prestigiar o evento. Foi preciso contar com a colaboração de alguns docentes que autorizaram a saída de suas turmas e as acompanharam para assistir às apresentações. Esse episódio evidencia as dificuldades que o professor pode encontrar no desenvolvimento de projetos no ambiente escolar.

Figura 5: Sequência Didática introdução



Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

Figura 6: Sequência Didática: objetivos e metodologia

Objetivos e Metodologia

Objetivo Geral Compreender o contexto histórico, as características e os impactos da Ditadura Civil-militar no Brasil. Objetivos Específicos 1. Analisar as causas do golpe de 1964 e os discursos de autoridades de espectros políticos diferentes. 2. Refletir sobre mecanismos de repressão e resistência durante a ditadura. 3. Debater os desafios atuais do negacionismo histórico e <i>fakenews</i> diante do tema.	Metodologia A sequência organiza-se em 4 aulas de 45 minutos, com: • Metodologia ativa • Aulas expositivo-dialogadas (contextualização histórica). • Análise de fontes primárias (documentos, jornais censurados da época). • Exibição de trecho de documentários, filmes e vídeos curtos (<i>tiktok</i>). • Debates sobre músicas de protestos e o papel da arte na resistência. • Feira de arte e cultura.
---	--

Made with **Canva**

Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

Na primeira semana que integra as duas primeiras aulas denominadas “Contexto Histórico e Implantação da Ditadura; a vida sob a ditadura” (figura 7) foi feito um contexto histórico do Brasil após a crise instaurada com a saída de Jânio Quadros e a posse de João Goulart. Em seguida, analisamos através do discurso do presidente João Goulart o clima pré-golpe. Posteriormente foi demonstrado aos discentes como a temática do golpe é retratada pelas duas principais lideranças políticas do país – para isso foi exposto partes dos discursos dos dois presidentes da república, o Bolsonaro e Lula. Continuando será exposto como a ditadura foi consolidada e o endurecimento do regime.

Figura 7: Sequência Didática aulas 1 e 2



Aulas 1 e 2: Contexto Histórico e Implantação da Ditadura; a vida sob a ditadura

Aula 1 – Contexto Histórico do Golpe de 1964

- Primeiro momento: assistir vídeo do Tiktok sobre a Reforma agrária e João Goulart.
(5min.)
- Segundo momento: Ler a entrevista "Golpe de 1964 completa 60 anos insepulto. Entrevista com Dênis de Moraes"
(15min.)
- Terceiro momento: Leitura de trechos de discursos de Lula e Bolsonaro sobre o Golpe e Ditadura civil-militar.
(5min.)
- Quarto momento: Debate sobre as leituras propostas.
(20 min.)

Aula 2 – A implantação da Ditadura

- Primeiro momento: Exibição de cenas do documentário "Observatório da Imprensa especial sobre os 50 anos do Golpe Militar de 1964"
(15min.)
- Segundo momento: Análise de matérias jornalísticas do acervo do CPDOC/FGV.
(15min.)

Atividade 3:

- Tempo reservado para confeccionar cartazes e uma matéria jornalísticas sobre o período da censura e tortura que serão exposto na Feira Cultural.
(15min.)

Made with GRAMMAR

Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

Na aula 1 “Contexto Histórico do Golpe de 1964” temos no primeiro momento: assistir o vídeo do Tiktok sobre a Reforma agrária e João Goulart (5min.)⁹. A escolha do vídeo sobre a reforma agrária foi pensado devido ao fato dos estudantes serem em sua grande maioria da área rural e portanto, fiquem mais familiarizados com o assunto e facilitando assim o debate sobre o

⁹ Disponível em: <https://www.tiktok.com/@viniciusborgesfe/video/7481724817243180294>. Acesso em: 08 out. 2025.

tema. No segundo momento: Ler a entrevista “Golpe de 1964 completa 60 anos insepulto. Entrevista com Dênis de Moraes” (15min.)¹⁰.

No terceiro momento temos a leitura de trechos de discursos de Lula¹¹ e a entrevista de Bolsonaro¹² sobre o Golpe e Ditadura civil-militar (5min.). Por último, no quarto momento um debate dialógico sobre a aula (20 min.). Para a realização dessa aula temos como recursos didáticos: quadro negro, pincel, apagador, projetor de vídeo, notebook, caixa de som.

Na aula 2 denominada “A implantação da Ditadura” começamos o primeiro momento: Exibição de cenas do documentário “Lembrar para nunca mais esquecer: 60 anos do golpe militar” (15min.)¹³. No segundo momento teremos a análise do documentário: “Caminhos da Reportagem Memórias da Ditadura da TV Brasil” (15min.)¹⁴. Por fim na atividade 3, será o tempo reservado para confeccionar cartazes e uma matéria jornalística sobre o período da censura e tortura que serão expostos na Feira de Arte e de Cultura (15min.). Para a realização dessa aula foi utilizado os recursos didáticos: quadro negro, pincel, apagador, projetor de vídeo, notebook, caixa de som.

Nas aulas 3 e 4 o foco principal foi as temáticas: censura, resistência e o fim da ditadura; Negacionismo histórico, *Fake News* e golpe de 8 de janeiro. Uma discussão importante, pois foi o momento de fazermos uma conexão da problemática do passado relacionada com o tempo presente. A terceira e quarta aula explora como a sociedade brasileira viveu sob o regime ditatorial, com foco nos mecanismos de censura e nas formas de resistência cultural. Ademais, aborda o negacionismo sobre o período e as *fake news* espalhadas nas redes sociais atualmente. E por fim, buscamos analisar os eventos no Brasil atual entre o fim de 2022 e janeiro de 2023 e a relação com a defesa da democracia.

¹⁰ Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/637529-golpe-de-1964-completa-60-anos-insepulto-entrevista-com-denis-de-moraes>. Acesso em: 18 ago. 2025.

¹¹ Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/entrevistas/entrevista-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-a-redetv>. Acesso em: 09 set. 2025.

¹² Disponível em: <https://www.youtube.com/embed/VRzVMcOdK1I?rel=0>. Acesso em: 25 ago. 2025.

¹³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MOZxeCEO4HA&t=2s>. Acesso em: 25 ago. 2025.

¹⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WDBJDC09UrM>. Acesso em: 10 set. 2025.

Na 3ª aula (figura 8) temos uma atividade em que é proposta uma análise de fontes primárias: Capas de jornais censurados, receitas de bolo nos jornais, ex.: “O Pasquim”¹⁵. Músicas de protesto (“Apesar de Você” Compositor: Tom Zé (baiano de Irará) Ano: 1970 (música proibida pela censura))¹⁶ (10 min.). Importante destacar que a escolha da música reflete a proximidade dos estudantes com ela, pois eles já tinham feito trabalho na disciplina de Português com a música e no Projeto Estruturantes de 2024 a música foi à vencedora na categoria ENCANTE (Coral). Essa aula finaliza com um debate: “Como a arte foi usada como resistência?” (10min.)¹⁷. Esse debate é salutar, pois com ele os discentes são inseridos na ideia do REA e pensam sobre como a arte pode ser utilizada para a realização do trabalho final. Para a realização dessa aula tivemos como recursos didáticos: quadro negro, pincel, apagador, projetor de vídeo, notebook, caixa de som.

Figura 8: Sequência Didática aula 3

Aula 3 e 4: censura, resistência e o fim da ditadura; Negacionismo histórico, Fakenews e golpe de 8 de janeiro



A terceira e quarta aula explora como a sociedade brasileira viveu sob o regime ditatorial, com foco nos mecanismos de censura e nas formas de resistência cultural. Ademais, aborda o negacionismo sobre o período e as fakenews espalhadas nas redes sociais atualmente.

Atividades

Análise de fontes primárias:

- Capas de jornais censurados, receitas de bolo nos jornais (ex.: "O Pasquim").
- Músicas de protesto (ex.: "Cálice" – Chico Buarque).

(15min.)

Debate

Como a arte foi usada como resistência?

(10min.)

Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

¹⁵ Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/fotografia/capa-do-pasquim-em-1969/>. Acesso em: 15. Set. 2026.

¹⁶ Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/analise-das-cancoes-de-chico-buarque-de-holanda-e-o-seu-contexto/>. Acesso em: 18 set. 2025.

¹⁷ <https://memoriasdaditadura.org.br/experimentacao-artistica-e-estrategias-esteticas-de-resistencia/>. Acesso em: 01 out. 2025.

Por fim, na 4ª aula (figura 9), um pouco mais longa, pois foi usado parte do tempo da aula anterior, foram transmitidos trechos do filme “Ainda estou aqui”¹⁸, para análise de cenas do filme que retratam o período mais violento da ditadura. E usando o papel da Eunice Paiva para fazer uma interlocução com alguns depoimentos de mulheres que lutam por memória e justiça que foi transmitido posteriormente com destaque ao trecho do documentário: “Relatos da ditadura militar - Aurora Maria Nascimento Furtado”¹⁹. Em seguida uma discussão com os seguintes questionamentos: qual mensagem o filme aborda em relação à tortura e a ditadura? Como o Brasil lidou com as violências cometidas pelo Estado ao longo do período? Qual a importância do enfrentamento feminino contra a ditadura? Por fim foi transmitido trecho do documentário “8 de janeiro: Anatomia de um Ataque Golpista” sobre 8 de janeiro e a tentativa de golpe e analisar esse evento e suas relações com o golpe de 1964 (10min.)²⁰ seguido de debate.

Figura 9: Sequência Didática aula 4

¹⁸ Disponível em: <https://globoplay.globo.com>. Acesso em: 25 out. 2025.

¹⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/embed/IfPZ9f0lgs4?rel=0>. Acesso em: 18 out. 2025.

²⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L8jxfjCcKtk>. Acesso em: 24 out. 2025.

Aula 4:



Trechos do filme "Ainda estou aqui"

Análise de cenas do filme que retratam o período mais violento da ditadura.

Assistir alguns depoimentos de mulheres que lutam por memória e justiça.

(15min.)





Reportagens sobre 8 de janeiro e a tentativa de golpe

Assistir e analisar reportagens sobre a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023 e suas relações com o golpe de 1964.

(10min.)





Discussão

- Qual mensagem o filme aborda em relação à tortura e a ditadura?
- Como o Brasil lidou com as violências cometidas pelo Estado ao longo do período?
- A importância do enfrentamento feminino contra a ditadura.

(20min.)

Investigação de Fake News

Vamos mergulhar fundo na análise de notícias falsas sobre a ditadura civil-militar, espalhadas pelas redes sociais e outros meios. Uma verdadeira caçada aos fatos!

(15 minutos)

Impacto Devastador

Vamos discutir o estrago que as fake news causam na nossa compreensão histórica e na formação da opinião pública sobre a ditadura.

(10 minutos)

Debate Crítico

- Como as fake news deturpam a memória da ditadura?
- Quais estratégias podemos usar para combater o negacionismo histórico e a desinformação?

(20 minutos)

Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

Concluindo a aula temos “Investigação de Fake News e seu Impacto Devastador”. Foi feita uma análise de notícias falsas sobre a Ditadura civil-militar, espalhadas pelas redes sociais e outros meios. Uma caçada aos fatos! Com isso discutimos os riscos que as *fake news* causam na nossa compreensão histórica e na formação da opinião pública sobre a ditadura (10 min.)²¹.

²¹ O mito da “Inexistência de Corrupção”. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2019/03/28/ditadura-militar-corrupcao>. Acesso em: 26 set. 2025.

A narrativa do “Contragolpe Preventivo” contra o comunismo. Acesso em: 26 mar. 2026

Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2019/03/27/e-fake-ficha-de-dilma-no-dops-com-lista-de-crimes.ghml>. Acesso em: 26 set. 2025.

Finalizando com um Debate Crítico: Como as fake news deturpam a memória da ditadura? Quais estratégias podem usar para combater o negacionismo histórico e a desinformação? (15 min.). Para a realização dessa aula usamos os recursos didáticos: quadro negro, pincel, apagador, projetor de vídeo, notebook, caixa de som.

4.1 SD E FEIRA DE ARTE E DE CULTURA: “O SILÊNCIO ROMPIDO: VOZES DA DITADURA, GRITOS POR DEMOCRACIA

Na terceira e última semana da SD, no dia 07 de novembro de 2025, foi realizada a concretude do projeto (figura 10), com a culminância em cinco aulas (um turno) através da Feira de Arte e de Cultura: “O Silêncio Rompido: Vozes da Ditadura, Gritos por Democracia”, projeto esse desenvolvido por parte dos estudantes utilizando as variadas modalidades de apresentações feitas pelos estudantes por meio da arte seguindo com base os Projetos Estruturantes do estado da Bahia que já foi destacado no quadro 1, além da Sala Temática.

Figura 10: Feira de Arte e de Cultura

Negação da tortura e das mortes. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/comissao-da-verdade-mortos-ditadura-bolsonaro/>. Acesso em: set. 2025.

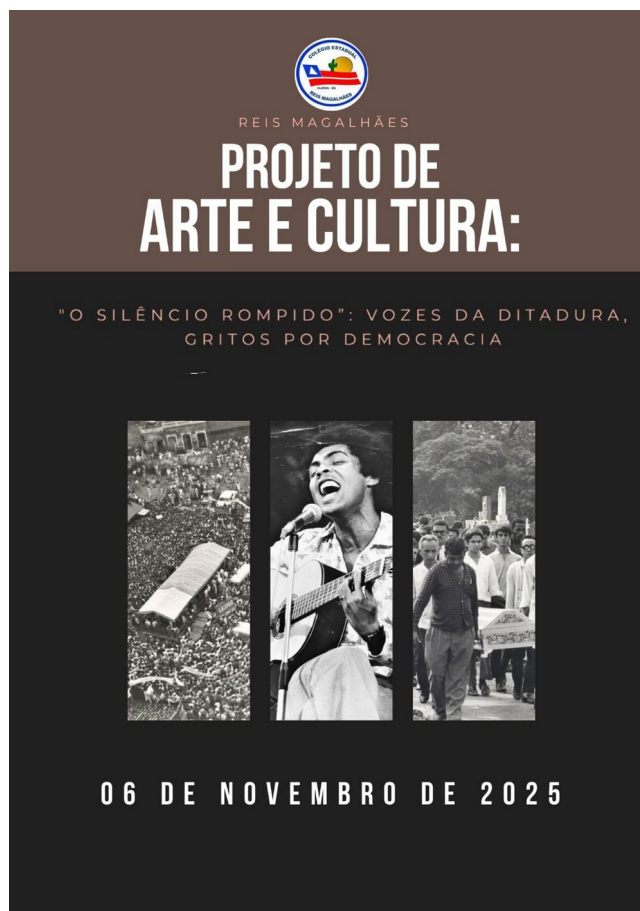
Falsas Atribuições de Crimes a Opositores. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2019/03/27/e-fake-ficha-de-dilma-no-dops-com-lista-de-crimes.ghtml>. Acesso em: 26 set. 2025.



Fonte: gemini.google.com.

O evento teve divulgação na página do Colégio no *Instagram* com um *Banner*, ver figura 11, produzido pelos estudantes com a supervisão do professor Wiliam Moreira da disciplina Mídias digitais – ajustado com uma sugestão de título “O silêncio rompido”: vozes da ditadura, gritos por democracia” – liberdade criativa colaborativa produzida pelos alunos em parceria com o mencionado docente.

Figura 11: *Banner do Projeto*



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2025).

Como já foi salientado anteriormente de todas as modalidades do Projeto Estruturantes, somente o DANCE e FACE não foram escolhidos pelos estudantes. Agora vamos descrever como foi desenvolvido cada uma das modalidades. Elas foram divididas em ambientes espalhados pela escola. O EPA, PROVE e a “Sala Temática” e suas, respectivas exposições, ocorreram nas salas de aula. Os quadros do AVE, por sua vez, foram expostos ao longo do corredor com acesso às salas de aula (figura 12). Já o TAL, ENCANTE e FESTE, foram montados o palco – de forma provisória pois a escola não tem auditório e quadra poliesportiva – no refeitório da escola, com o título “Palco das Memórias Insepultas”, onde ocorreram as apresentações.

Figura 12: Corredor das salas de aula.



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2025).

No Arte Visuais Estudantis (AVE), o intuito foi “explorar o potencial educativo, estimulando a criação de obras de artes visuais no ambiente escolar” (Bahia, 2025). Os estudantes produziram quadros em dupla ou individualmente passando a mensagem do que eles compreenderam sobre o tema ditadura, como podemos observar na figura 13.

Figura 13: Pinturas expostas no corredor das salas de aula, em 06 de novembro 2026.



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2025).

Na exposição da Educação Patrimonial e Artística (EPA), a proposta foi entender que a educação não pode estar dissociada da história, da memória, da cultura e do seu patrimônio que estão intrinsecamente associados à experiência da vida cultural e educativa (Bahia, 2025). Nesta

atividade os discentes puderam expressar suas emoções por meio de álbuns que contaram um pouco a história desse período marcado por dor, sofrimento, mas também muita luta. Como podemos observar na figura 14.

Figura 14: Álbuns expostos na sala de aula, em 06 de novembro de 2025.



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2025).

Ainda em relação ao EPA, destacamos na figura 15 a miniatura feita pelo estudante Pedro, um aluno diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que tem hiperfoco em produzir miniaturas de caminhões e ônibus. Então para ele participar do Projeto, mostrei a ele uma foto de um caminhão do Exército Brasileiro que era usado para transportar soldados no período da ditadura, expliquei as características, ele fez uma réplica e apresentou para os presentes à função do caminhão.

Figura 15: Miniatura caminhão do Exército Brasileiro, exposto em sala de aula, em 06 de novembro de 2025.



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2025)

No refeitório foi improvisado palco, intitulado de “Palco das Memórias Insepultas”, onde foram realizadas as apresentações artísticas do ENCANTE, FESTE e do TAL. Neste espaço, foi possível reunir o público presente para assistir as performances dos estudantes (figura 16).

Figura 16: Palco das Memórias Insepultas, espaço improvisado do refeitório do Colégio CETIRM em 06 de novembro de 2025.



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2025)

No Encontro de Canto e Coral Estudantil (ENCANTE), os estudantes buscam fomentar o desenvolvimento da arte musical nos contextos escolares, a produção de saberes, criando espaços e estímulos para as expressões artísticas (Bahia, 2025). Nesta atividade, um grupo de estudantes, representados na figura 17, encantou o público fazendo um coral com vários recortes de músicas diferentes do período da ditadura reunidas em um único canto.

Figura 17: Encontro de Canto e Coral Estudantil realizado no refeitório do Colégio CETIRM em 06 de novembro de 2025.



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2025)

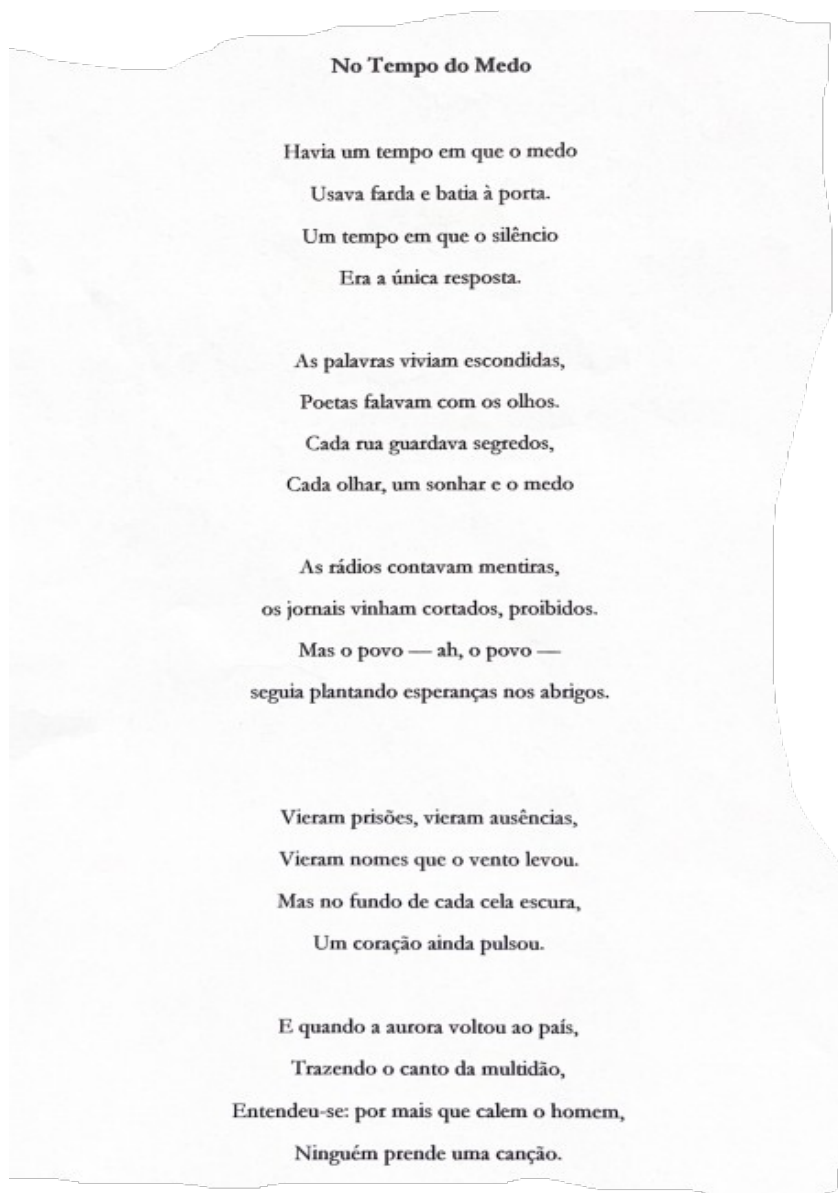
Em relação ao Tempos de Arte Literária (TAL), o objetivo foi o de “estimular a produção literária, em seus distintos gêneros (prosa, conto, cordel, carta, crônicas etc.), nos contextos escolares e a valorização das manifestações culturais territoriais” (Bahia, 2025). Nesta atividade, somente um dos estudantes participou apresentando um poema autoral, inédito e emocionante sobre a temática, conferir figura 18 e na citação da poesia a seguir (figura 19).

Figura 18: Tempos de Arte Literária realizada no refeitório do Colégio CETIRM em 04 de novembro de 2025.



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2025)

Figura 19: Poesia No Tempo do Medo declamando pelo estudante no refeitório do Colégio CETIRM em 06 de novembro de 2025.



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2025)

O Festival Estudantil de Teatro (FESTE), dentre seus objetivos buscou “entender [as] artes cênicas como linguagens essenciais do processo de produção do conhecimento e, em especial, das linguagens artísticas” (Bahia, 2025). Essa atividade trouxe para o palco um grupo de estudantes com um teatro que emocionou o público com a performance sobre a importância de

lutar pela democracia (figura 20). De forma sucinta o texto do teatro tem a protagonista é a democracia no papel de uma jovem estudante lutando por seus direitos, em seguida ela é presa e sofre tortura por conta de tentar se manifestar. No final ela morre e traz uma mensagem declamada pela estudante dentre outras falas, narrava a importância da gente sempre lutar pela democracia para que tempos sombrios não façam cercear nossos direitos.

Figura 20: Festival Estudantil de Teatro realizado no refeitório do Colégio CETIRM em 06 de novembro de 2025.



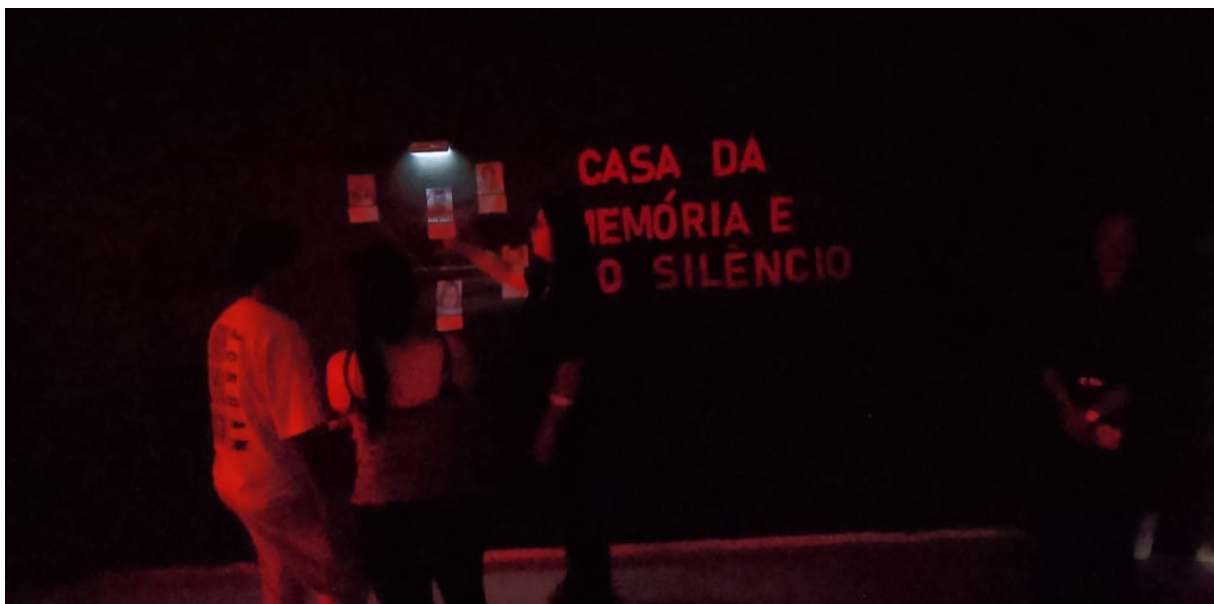
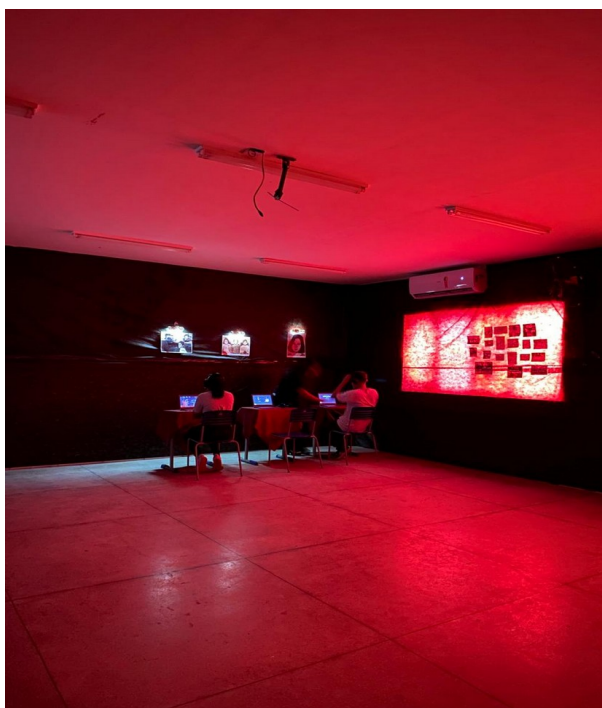
Fonte: Arquivo pessoal do autor (2025)

Por fim, a “Sala Temática”, figura 21, que foi a mais prestigiada e elogiada da Feira de Arte e de Cultura. Nela os estudantes conseguiram transmitir o sentimento de dor e revolta à ditadura e que foi compartilhado pelos telespectadores que estavam presentes. A sala foi nomeada de “Casa da memória e do silêncio”. O ambiente foi pensado minuciosamente pelos

estudantes com a intenção de despertar emoções aos visitantes. Dentro de uma sala escura, com poucas luzes de fundo, ao som baixo da música “Jesus Cristo” de composição de Erasmo Carlos e Roberto Carlos, lançada em 1970, as pessoas faziam uma visita a uma mesa de interrogatório, em seguida, assistia a três pequenos vídeos de depoimentos de pessoas que foram torturadas, e, por fim, surgiu a imagem de mortos e desaparecidos com um pequeno relato de suas trajetórias.

Um detalhe de destaque foi a fachada da porta que os estudantes colocaram (figura 22), demonstrando uma sensibilidade por parte deles e que chamou bastante atenção aos participantes da Feira.

Figura 21: Sala Temática “Casa da memória e do silêncio” realizada na sala de aula, em 06 de novembro de 2025.



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2025)

Figura 22: Porta da Sala Temática “Casa da memória e do silêncio” realiza em 06 de novembro de 2025.



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2025)

A realização da Sequência Didática (SD) da Feira de Arte e de Cultura – em torno da temática da ditadura e da democracia –, além do mote do refrão da música “é preciso estar atento e forte”, possibilitou colocar em prática uma reflexão sobre essa temática acolhida. Essa múltipla atividade, de caráter pedagógico, interdisciplinar e coletiva, transgrediu a transmissão de informações, estimulando o desenvolvimento de habilidades como pesquisa, análise crítica, expressão artística, comunicação e pesquisa histórica. Assim, explorar esse período histórico complexo, recente, sensível, traumático e cujas narrativas estão em disputa, não é e nem tem sido uma tarefa fácil. Mas abordá-lo, não obstante as restrições de carga horária e disputas de espaço

travada pelo Ensino de História, é fundamental para que possamos compreender melhor as raízes da nossa sociedade e as lutas que foram e estão sendo travadas em defesa da democracia popular, participativa e humanística (Hobsbawm, 2007; Sartori, 1987).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como propósito central investigar os desafios e as potencialidades do Ensino de História sobre o período ditatorial brasileiro no chão da escola, bem como das reminiscências deste tema para compreensão do atual momento da democracia brasileira. Neste sentido, a construção, desenvolvimento e aplicação da Sequência Didática que culminou na Feira de Arte e de Cultura “O silêncio rompido: vozes da ditadura, gritos por democracia”, permitiu observar na prática como o debate e a reflexão da consciência histórica é fundamental para o fortalecimento da democracia. Para isso, compreendemos, apesar dos desafios, disputas e debate que o tema envolve, que ser um professor de História, do ensino médio, no tempo presente, é um constante, contínuo e, por vezes, confronto desconfortante, mais necessário para desmascarar o negacionismo histórico, os malefícios das ditaduras e a necessidade da humanidade persistir na busca dos ideais democráticos e de equidade e justiça social.

Neste intuitivo, este estudo buscou analisar os conceitos fundamentais para compreensão da temática e meios para transpor os desafios que o Ensino de História tem atualmente enfrentado. Refletir sobre o papel do professor na sociedade contemporânea frente às tentativas de golpes é fundamental para chegarmos aos objetivos traçados na BNCC, NEM e DCRB. Em torno desta pretensão, minha trajetória como professor, que passou por situações traumáticas sobre o fazer docente, pode servir de inspiração para que outros colegas de profissão busquem meios para transpor essas adversidades. Por fim, buscamos compreender como manuais e legislações sobre o ensino de história tratam o tema da Ditadura civil-militar.

Por fim, e não menos importante, o Recurso Pedagógico Aberto (REA), modelado a partir de uma Sequência Didática (SD), resultou na Feira de Arte e de Cultura “O silêncio rompido: vozes da ditadura, gritos por democracia”. O objetivo da Sequência Didática apresentada foi propor um caminho de discussão sobre o tema, utilizando metodologias que sejam acessíveis aos estudantes e a outros colegas docentes. Dessa forma, buscamos incentivá-los ao debate e à reflexão, capacitando-os a demonstrar seu aprendizado e a contribuir para a formação de uma cidadania crítica e consciente em termos de educação histórica por meio de uma Feira de Arte e de Cultura.

Buscou-se, portanto, conscientizar os jovens acerca da imprescindibilidade de se manterem vigilantes e resilientes, visto que a defesa da democracia é um imperativo constante. O recurso empregado para essa compreensão foi a arte, que, neste contexto, funcionou como um instrumento de reflexão e um catalisador para o debate sobre memória, verdade, justiça e, fundamentalmente, sobre o papel proativo do cidadão na salvaguarda das garantias democráticas. A análise do refrão, inserida neste panorama, reitera a necessidade contínua de que “é preciso estar atento e forte” perante qualquer ameaça aos pilares do Estado Democrático de Direito. Este trabalho buscou-se compreender como o ensino de História, em diálogo com as linguagens artísticas, pode atuar como um antídoto frente ao avanço do negacionismo contemporâneo e às tentativas de apagamento da memória sobre a Ditadura civil-militar no contexto de Glória (BA), ao final dessa jornada, compreendemos que nossos objetivos foram alcançados.

À medida que se aproxima o encerramento desta dissertação sobre Ensino de História, Ditadura civil-militar e Democracia, observamos a imperiosa relevância deste estudo para a formação dos discentes e contínua reflexão da sociedade. Concluída esta jornada, almeja-se que os estudantes tenham adquirido uma compreensão mais aprofundada e matizada acerca da Ditadura civil-militar brasileira, reconhecendo a sua importância para o devir histórico do país e para a consolidação democrática. Que tal conhecimento sirva de inspiração para que se tornem cidadãos engajados e defensores intransigentes das garantias democráticas. Ao termo deste percurso, subsiste a convicção de que a escola, enquanto espaço reflexivo, é o *locus* onde o ‘passado sensível’ transcende o trauma silenciado para se configurar como um saber emancipador, condição *sine qua non* para que o ‘nunca mais’ deixe de ser uma divisa e se materialize como prática cotidiana.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Especialistas pedem revogação do novo ensino médio**. Brasília, 11 mar. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-03/especialistas-pedem-revoga%C3%A7%C3%A3o-do-novo-ensino-medio>. Acesso em: 5 mar. 2026.

AGÊNCIA BRASIL. **Mais de mil escolas do país estão ocupadas em protesto; entenda o movimento**. Brasília, DF, 26 out. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-10/mais-de-mil-escolas-do-pais-estao-ocupadas-em-protesto-entenda-o-movimento>. Acesso em: 12 ago. 2025.

AGÊNCIA LUPA. **É falso que não houve corrupção na ditadura militar**. Rio de Janeiro: Lupa, 28 mar. 2019. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2019/03/28/ditadura-militar-corrupcao>. Acesso em: 26 set. 2025.

AINDA estou aqui. Direção: Walter Salles. Brasil: O2 Filmes, 2024. 1 filme (120 min), son., color. Disponível em: <https://globoplay.globo.com>. Acesso em: 25 out. 2025.

ALARCÃO, Isabel (org.). **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-2/2SF/Lia/Escola%20Reflexiva%20e%20nova%20racionalidade.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2026

ALMEIDA, Anderson da Silva; TAVARES, Marcelo Góes (Org.). **Pacto de silêncio: o golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas**. v. 2. Maceió: Edufal, 2025. 463 p.

AMIEL, T.; GONSALES, P.; SEBRIAM, D. Recurso educacional aberto no Brasil: 10 anos de ativismo. **EmRede – Revista de Educação a Distância**, v. 5, n. 2, p. 246–258, 2018. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/enrede/article/view/346>. Acesso em: 10 ago. 2025.

ANPUH. **33º Simpósio Nacional de História: Os (des)confortos da História e os futuros do Ensino de História**. Belo Horizonte: ANPUH/UFMG, [2025]. Disponível em: <https://www.snh2025.anpuh.org/site/capa>. Acesso em: 7 mar. 2026.

AOS FATOS. **Os fatos sobre o golpe de 1964**. São Paulo: Aos Fatos, 31 mar. 2021. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=https://www.aosfatos.org/noticias/os-fatos-sobre-o-golpe-de-1964/>. Acesso em: 26 set. 2025.

ARANTES, Paulo E. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARAÚJO, Cilmaria Lêdo de. **O meme como fonte para a abordagem histórica em sala de aula sobre a Ditadura Empresarial-Militar no Brasil**. 2022. 152 f. Dissertação (Mestrado

Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, 2022.

ARAÚJO, Sheila Gomes. SÁ, Jeovânia Ginalva de. História e cultura do povo Kantaruré. **Leetra Indígena**. São Carlos, v. 19, n.1, p. 67 – 73, 2021. Disponível em: <https://www.leetraindigena.ufscar.br/index.php/leetraindigena/article/view/46>. Acesso em: 17 abr. 2025.

ASCOM/UFAL. Ufal solicita providências sobre ameaças sofridas por estudantes do Campus Sertão. **Correio Notícia: Portão de Notícias do Sertão**, Delmiro Gouveia, 20 nov. 2016. Disponível em: <https://correionoticia.com.br/noticia/cidades/ufal-solicita-providencias-sobre-ameacas-sofridas-por-estudantes-do-campus-sertao/31/15386>. Acesso em: 12 ago. 2025.

BAHIA, Secretaria da Educação. **Artísticos e culturais**: possibilidades, criações e caminhos para um novo mundo / Secretaria da Educação do Estado da Bahia. – 2ª ed. Salvador: SEC, 2025.

BAHIA. **Bahia tem a segunda maior população indígena do país**. Salvador, 7 ago. 2023. Disponível em: <http://www.ba.gov.br/seplan/noticias/bahia-tem-a-segunda-maior-populacao-indigena-do-pais>. Acesso em: 6 mar. 2026.

BAHIA. **Documento curricular da etapa do ensino médio**. Salvador, BA: Secretaria da Educação, 2023. Disponível em: http://dcrb.educacao.ba.gov.br/wp-content/uploads/2023/04/documento_curricular_da_etapa_do_ensino_medio_29-03_.pdf. Acesso em: 17 ago. 2025.

BAHIA. Secretaria da Agricultura (SEAGRI). **Mapa do Território de Identidade Itaparica**. Salvador: SEAGRI, 2024. Disponível em: https://www.ba.gov.br/seagri/sites/site-seagri/files/migracao_2024/arquivos/files/mapa_itaparica.pdf. Acesso em: 24 mar. 2026.

BAHIA. Secretaria de Educação. **Projetos artísticos e culturais**. [S. l.], 2026. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/educacao/projetosartisticoseculturais> . Acesso em: 24 mar. 2026.

BARCA, Isabel. Literacia histórica: um desafio para a educação histórica no século XXI. **História & Ensino, Londrina**, v. 15, p. 9-22, 2009. DOI: <https://doi.org/10.5433/2238-3018.2009v15n0p9>. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11424>. Acesso em: 22 mar. 2026.

BARROS, Aidil Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia**: Um guia para a iniciação científica. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.

BARROS, Atila. Cyberbaiting: um desafio contemporâneo para professores. In: ARNAUD, Anike *et al.* (org.). **Educação básica e pedagogias contra-hegemônicas**: produtos e resultados de pesquisas aplicados à sala de aula. Parnaíba, PI: Arco Editores, 2024. p. 29-43. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/390585098>. Acesso em: 7 mar. 2026.

BARROS, José D' Assunção. **Teoria da história**: Acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história. Petrópolis, RJ: Vozes: 2011. V. 4.

BARROS, José D'Assunção de. **Teoria da história**: princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. V. 1.

BBC NEWS BRASIL. **O Agente Secreto: o que a aparição da “Perna Cabeluda” diz sobre a ditadura**. [S. l.], 20 jan. 2026. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd9e05ldv2lo>. Acesso em: 4 mar. 2026.

BECKER, C.; MOREIRA CESAR, C.; GALLAS, D.; WEBER, M. H. Manifestações e votos sobre impeachment de Dilma Rousseff na primeira página de jornais brasileiros. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 13, n. 24, 2017. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/242>. Acesso em: 7 mar. 2026.

BEZERRA, Ellen Natucha Pedroza. **Ensino de História e Passados Sensíveis**: história e memória da ditadura militar nos livros didáticos do Brasil e da Argentina. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Regional do Cariri, Crato, 2018.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. **Reflexões sobre o ensino de história**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 127-149, maio/ago. 2018.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Prefácio de Jacques Le Goff. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 159 p.

BOLSONARO, Jair. **Bolsonaro na Câmara Aberta**. Entrevista concedida a Jair Marchesini no canal Câmara Aberta. 1999. 1 vídeo (aprox. 35 min). Publicado pelo canal Porta Agora RJ. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PAoSloW_t9Q. Acesso em: 09 jun. 2025.

BORGES, Vinicius. Reforma agrária no Brasil. **TikTok**, 2025. Vídeo (45 s). @viniciusborgesfe. Disponível em: <https://www.tiktok.com/@viniciusborgesfe/video/7481724817243180294>. Acesso em: 08 out. 2025.

BRASIL ESCOLA. **SiSU na UFAL**: vagas, cursos, como participar. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/enem/sisu-na-ufal.htm>. Acesso em: 5 mar. 2026.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ed. 35, seção 1, p. 1, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/13415.htm. Acesso em: 17 de Mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.945**, de 31 de julho de 2024. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ed. 147, seção 1, p. 5, 1º ago. 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/o-que-muda-no-ensino-medio-a-partir-de-2025>. Acesso em: 17 de Mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **O que muda no ensino médio a partir de 2025**. [Brasília, DF]: MEC, 10 ago. 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/o-que-muda-no-ensino-medio-a-partir-de-2025>. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Primeira Turma). **Ação Penal nº 2668**. Réu: Jair Messias Bolsonaro. Relator: Ministro Alexandre de Moraes. Brasília, DF, 11 de setembro de 2025. Acesso em: 11 fev. 2026.

BREVES, Ana Caroline da Silva Lassarot. **Ditadura militar e ensino de história: propostas e desafios contemporâneos ante o negacionismo histórico**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

CAINELLI, M. A.; SCHMIDT, M. A. História local e identidade. **Revista História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 35, n. 1, p. 15-30, 2004.

CARDOSO, Maria Auriene. **O conhecimento histórico após a BNCC e o Novo Ensino Médio: mudanças e permanências de uma disciplina escolar**. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/78280>. Acesso em: 21 mar. 2026.

CARVALHO, A. ; GASPAROTTO, A.; SOARES, T. N. Os 60 anos do Golpe de 1964 e os horizontes possíveis para um ensino de História comprometido com o Nunca Mais. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 13, n. 28, 2024.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. **Revista Transversos**. “Dossiê: História Pública: escritas contemporâneas de História”. Rio de Janeiro, Vol. 07, nº. 07, pp. 35-53, Ano 03. set. 2016. Disponível em: <http://www.e-uerj.br/index.php/transversos>. Acesso em: 17 mar. 2026.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CERQUEIRA, Amanda P. Coutinho de. Política cultural e “crise” no governo Temer. **Revista Novos Rumos**, Marília, v. 55, n. 1, p. 1-17, jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.36311/0102-5864.2018.v55n1.10>. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8548>. Acesso em: 17 mar. 2026.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CNN BRASIL. **Qual é a história do filme “O Agente Secreto”, indicado ao Oscar?** São Paulo, 3 mar. 2026. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/qual-e-a-historia-do-filme-o-agente-secreto-indicado-ao-oscar/>. Acesso em: 4 mar. 2026.

COLAB LAB. DE COMUNICAÇÃO DIGITAL DA FCA PUC MINAS. **Lembrar para nunca mais esquecer: 60 anos do golpe militar.** [S. l.], 2 abr. 2024. 1 vídeo (10 min 46 seg.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MOZxeCEO4HA>. Acesso em: 25 ago. 2025.

COLAÇO, Miguel Ângelo da Silva. **Etnobotânica dos índios Pankararé, no Raso da Catarina – Bahia: uso e importância cultural de plantas da Caatinga.** 2006. 105 f. Dissertação (Mestrado em Botânica) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2006.

CRUZ, José Vieira da. A reação estudantil à Lei Suplicy no Nordeste, 1964-1967. In: ZACHARIADHES, G. C. (Org.). **1964 – 50 anos depois: a ditadura em debate.** Aracaju: EDISE, 2015, p. 217-239.

CRUZ, José Vieira da. **Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985.** Salvador: UFBA, 2012 – Tese de doutorado.

CRUZ, José Vieira da. **Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985.** Maceió: Edufal, 2017.

CRUZ, José Vieira da. **Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985.** e ed. Aracaju: Criação editora, 2021.

CRUZ, José Vieira da. **Memórias traumáticas: golpes, ditaduras e suas implicações para a sociedade brasileira.** Destaque Notícias, [S. l.], 4 out. 2024. Disponível em: <https://www.destaquenoticias.com.br/memorias-traumaticas-golpes-ditaduras-e-suas-implicacoes-para-a-sociedade-brasileira/>. Acesso em: 26 set. 2025.

CRUZ, José Vieira da. REA: **conceito, contrapontos e possibilidades**, [manuscrito]. s/d.

CRUZ, José Vieira da. **Uma breve história do Brasil.** BRASIL EM NÚMEROS (edição em inglês. impresso), p.40 – 53, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/periodicos/2/bn_2020_v28_art01.pdf. Acesso em 15 mar. de 2026.

CRUZ, José Vieira da; LIMA, Aruã Silva de; CELESTINO, Uílder do Espírito Santo; CARVALHO, Ryclesia Correia de (orgs.). **Anais I Encontro Nacional de História do Sertão (ENHS).** UFAL/Sertão, Delmiro Gouveia, 10 a 14 de março de 2014. Disponível em: https://86b2ac75-5326-49b7-8af0-b6b2597fff1f.filesusr.com/ugd/e2313f_e942baca7e5d4ac8afc3a585ecab9919.pdf. Acesso em 15 de out. de 2025.

DA ROSA, Alessandro Viana. **Memória e disciplina: a ditadura civil-militar e o ensino de história.** 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Filosofia e Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

DELGADO, Marcio de Paiva. Música e política no Brasil, de Zelão ao Divino, Maravilhoso (1960-1968). **CES REVISTA**, Juiz de Fora, v. 25, 2011. Disponível em: https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/06/08_historia_musicapolitica.pdf. Acesso em: 04 ago. 2025.

DIENSTBACH, Dalby; CORDEIRO, Maria Sirleidy; SABBATINI, Letícia. Dialogismos na desinformação: uma abordagem discursiva do debate on-line sobre fraude nas urnas no Brasil. **Intexto**, Porto Alegre, n. 56, 2024. DOI: 10.19132/1807-8583.56.137835. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/137835>. Acesso em: 15 mar. 2026.

DOCUMENTOS REVELADOS. **Análise das canções de Chico Buarque de Holanda e o seu contexto**. 2021. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/analise-das-cancoes-de-chico-buarque-de-holanda-e-o-seu-contexto/>. Acesso em: 01 out. 2025.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michèle; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim (Org.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução de Roxane Rojo e Glaís Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 81-108.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 2006.

DUARTE, Daniel Edler; BENETTI, Pedro Rolo. Pela Ciência, contra os cientistas? Negacionismo e as disputas em torno das políticas de saúde durante a pandemia. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 24, n. 60, mai-ago 2022, p. 98-138. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18070337-120336>. Acesso 15 de março e 2026.

ESTADÃO VERIFICA. **Dados da Comissão da Verdade são baseados em documentos e perícias**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 30 jul. 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/comissao-da-verdade-mortos-ditadura-bolsonaro/>. Acesso em: 26 set. 2025.

FELGUEIRAS, M. M. L. O ensino de História em Portugal durante a ditadura: determinantes epistemológicos e condicionamento político no trabalho docente. **Revista História Da Educação**, Pelotas – RS, v. 4(7), p. 91–105, Abril. 2000.

FERRETTI, Lúcia. O lugar da atitude historiadora na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **História: Debates e Tendências**, Goiânia, v. 10, n. 20, p. 173-198, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3895/hdt.v10i20.2486>. Acesso em: 23 mar. 2026.

FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. **Revista Brasileira de História**, 2004, 24, 47: p. 29–60.

FOLHA DE S.PAULO. 8 DE JANEIRO: **Anatomia de um Ataque Golpista**. [S. l.], 6 jan. 2024. 1 vídeo (42 min 12 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L8jxfjCcKtk>. Acesso em: 24 out. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 78. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, Itamar; DIAS, Margarida. Base Nacional de Formação de Professores: diminuir retrocessos e construir futuros possíveis. **Palavras ABEHrtas**, n. 5, fev. 2022. ISSN 2764-0922. Disponível em: <https://www.palavrasabehrtas.abeh.org.br/index.php/palavrasABEHrtas/article/view/46>. Acesso em: 08 mar. 2026.

FREITAS, Itamar; OLIVEIRA, Maria Margarida Dias de. **Sequências didáticas para o ensino de História**. Ananindeua, PA: Cabana, 2022. 60 p. E-book (PDF). ISBN 978-65-89849-69-8.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)**. Golpe de 1964. [S. l.]: CPDOC/FGV, [s.d.]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/artigos/golpe-1964>. Acesso em: 18 ago. 2025.

FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa**. Tradução de Lílian Négron. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

G1. **É fake ficha de Dilma no Dops com lista de crimes**. Rio de Janeiro: G1, 27 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2019/03/27/e-fake-ficha-de-dilma-no-dops-com-lista-de-crimes.ghtml>. Acesso em: 26 set. 2025.

G1. **Primeira Turma define punição de Jair Bolsonaro**. São Paulo, 11 set. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/09/11/primeira-turma-define-punicao-de-jair-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 28 set. 2025.

GAIA, Cristina Rodrigues. **Florescendo na pedra: o ensino superior público federal em Delmiro Gouveia/Sertão de Alagoas, 2008-2013**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2014.

GALLINDO, D. de S.; PUREZA, F. C. Negacionismo em rede(s): a cadeia de produção e difusão negacionista da Ditadura Militar nas mãos da extrema direita. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 13, n. 28, 2024.

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

GENARI, Élton Rigotto. **Memória e ensino de história da ditadura civil-militar – por uma prática politizante**. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2018.

GUEDES, Letícia; GIOVANNI, Pablo. Militantes da extrema direita tentaram explodir aeroporto em 2022, relembre. **Correio Braziliense**, 14 nov. 2024. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/cidades-df/2024/11/6988382-militantes-da-extrema-direita-tentaram-explodir-o-aeroporto.html#google_vignette. Acesso em: 9 ago. 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006. 222 p.

HISTÓRIAS DE HISTÓRIA. **Relatos da ditadura militar - Aurora Maria Nascimento Furtado**. [S. l.], 28 ago. 2023. 1 vídeo (4 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IfPZ9f0lgs4>. Acesso em: 18 out. 2025.

HOBBSAWM, Eric. **Ecos da Marselhesa**: duas versões sobre a Revolução Francesa. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). Tradução: Marcos Santarita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 182 p.

HOHENTHAL JR, William Dalton. As tribos indígenas do Médio e Baixo São Francisco. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, (s.n.), v. 12, p. 37 – 92, 1960. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Ahohenthal-1960-tribos/Hohenthal_1960_TribosMedioBaixoSFrancoisco.pdf. Acesso em: 21 jul. 2025.

KARNAL, Leandro. **Por que continuo sendo professor?** Sarandi, 29 jul. 2016. Vídeo (12 min 34 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RyjFKROvY8s>. Acesso em: 5 mar. 2026.

LACERDA, Nara. ‘Ainda Estou Aqui’ faz história e vence prêmio de Melhor Filme Internacional no Oscar. **Brasil de Fato**, São Paulo, 3 mar. 2025. Atualizado em: 26 abr. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/03/03/ainda-estou-aqui-faz-historia-e-vence-premio-de-melhor-filme-internacional-no-oscar/>. Acesso em: 9 ago. 2025.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 167-182.

LIBÂNEO, José Carlos. **Fundamentos teórico-metodológicos da pedagogia crítico-social** (perspectiva histórico-cultural). p. 1-7, s/d. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/5146/material/Pedagogia%20criticosocial.doc>. Acesso em 26 mai. 2025.

LIMA, Rosenilde Alves de. **Histórias públicas e ditadura militar**: a verdade sedutora dos negacionistas como um problema para o ensino de história. 206 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Regional do Cariri, Crato, CE, 2021.

LOPES, Loami Albuquerque. **O protagonismo juvenil como suporte para cidadania**: uma proposta de disciplina eletiva em história para escola plena em Mato Grosso. 2019. 122 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Entrevista exclusiva do Presidente Lula a É Notícia!**. Entrevista concedida a Kennedy Alencar. 2024. 1 vídeo (45 min 30 seg). Publicado por RedeTV!. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UFIW1bGwlPE>. Acesso em: 9 jun. 2025.

LUZ, Lidia Izabel da. Os Pankararé de Brejo do Burgo na cidade de São Paulo. *TRAVESSIA* - revista do migrante, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 27 – 32, 1988. DOI: <https://doi.org/10.48213/travessia.i1.8>. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/8>. Acesso em: 13 jul. 2025.

MACEDO, Michele Reis de. Escancarando o silêncio: uma obra em busca do pacto democrático. In: ALMEIDA, Anderson da Silva; TAVARES, Marcelo Góes (Org.). **Pacto de silêncio: o golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas**. v. 2. Maceió: Edufal, 2025. 463 p.

MACEDO, Paulo César. **Revisionismos e negacionismos sobre a ditadura civil-militar no Brasil (2019-2022)**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História – Profhistória) – Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, 2022.

MARTINS, Carla Karine Oliveira; MARTINS, Keissy Carla Oliveira; MACHADO, Vera de Mattos. Lei nº 14.986/2024: impactos no ensino de ciências e na formação docente. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 11, n. 37, 2025. DOI: <https://doi.org/10.21920/recei.v11i37.7348>. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/7348>. Acesso em: 17 mar. 2026.

MATOS, Maria Clara. Suspeitos de planejar matar Lula, Alckmin e Moraes estão na lista de indiciados. **CNN Brasil**, 21 nov. 2024. Atualizado em: 6 dez. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/presos-por-planejar-matar-lula-alckmin-e-moraes-estao-na-lista-de-indiciados/>. Acesso em: 9 ago. 2025.

MATTOS, Hebe. Sobre a BNCC e os historiadores. **Conversa de Historiadoras**, 1 dez. 2015. Disponível em: <https://conversadehistoriadoras.com/2015/12/01/sobre-a-bncc-e-os-historiadores/>. Acesso em: 22 mar. 2026.

MELO, Demian. A miséria da historiografia. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 15, p. 113-130, 2006.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Capa do Pasquim em 1969**. [S. l.: s. n.], [2014?]. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/fotografia/capa-do-pasquim-em-1969/>. Acesso em: 15 set. 2025.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Experimentação artística e estratégias estéticas de resistência**. São Paulo, s.d. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/experimentacao-artistica-e-estrategias-esteticas-de-resistencia/>. Acesso em: 18 set. 2025.

MENDES, Sandra Regina; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. Reformas do ensino médio e ensino de história: história e memória de um saber em disputa. **VI Encontro Estadual de Ensino de História** – Ensino e Aprendizagem de História Hoje: perspectivas de futuro em tempos distópicos. ANPUH/BA, p. 1-15, 2021.

MORAES, Dênis de. Golpe de 1964 completa 60 anos insepulto. **IHU On-Line**, São Leopoldo, RS, 31 mar. 2024. Entrevista concedida a Ricardo Machado. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/637529-golpe-de-1964-completa-60-anos-insepulto-entrevista-com-denis-de-moraes>. Acesso em: 18 ago. 2025.

MORETTI, Andressa Algayer da Silva et al. Recursos Educacionais Abertos: uma revisão sistemática da literatura. **Arquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 22, p. 59-83, 2024.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A guerra cultural bolsonarista e as disputas pela história recente. **Contenciosa**, n. 12, jan.-nov. 2022.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O perigo vermelho**: os anos de chumbo na cultura brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passado e presente**: ditadura e sociedade brasileira. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

NADAI, Elza. O ensino de história: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, set. 1992/ago. 1993.

NAPOLITANO, M. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração Civil**: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985). São Paulo: Intermeios, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. História e arte, história das artes, ou simplesmente história? In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 20., 1999, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: ANPUH, 1999. p. 1-15.

NAPOLITANO, Marcos. O negacionismo histórico: entre a política e a epistemologia. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos combates pela História**. São Paulo: Contexto, 2021. p. 43-72.

NORONHA, M. G. O ensino da história local. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 7, n. 14, p. 123-145, 2007.

OLIVEIRA, A. M.. A produção acadêmica das ciências humanas sobre a produtora de extrema-direita Brasil Paralelo (2019-2024): Uma revisão sistemática da literatura. Projeto História: **Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, 83, 8-45. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2025v83p8-45>. Acesso em: 17 mar. 2026.

OLIVEIRA, David Barbosa de; REIS, Ulisses Levy Silvério dos. A teoria dos dois demônios: resistências ao processo brasileiro de justiça de transição. **Revista de Direito Pública**, Brasília, v.

1, n. 1, p. 1-20, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rdp/a/KC9Vb9trk77JxvwnjCtJsHP/?lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2026.

PINA, Maria Cristina de; AQUINO, Maria Aparecida dos Santos. Conhecimento histórico, Ditadura Civil Militar e Democracia: o que pensam alunos do Ensino Médio. **História & Ensino**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 83-113, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5438-3018.2019v25n2p83>. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2238-3018.2019v25n2p83>. Acesso em: 17 mar. 2026.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Novos combates pela história**: desafios – ensino. São Paulo: Contexto, 2011.

PNLD. **Recursos Educacionais Abertos**. Disponível em:

https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2019/recursos_educacionais_abertos. Acesso em: 10 ago. 2025.

PODER360. Apoio à democracia no Brasil cai para 69%, diz Datafolha. **Poder360**, [S. l.], 18 dez. 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-pesquisas/apoio-a-democracia-no-brasil-cai-para-69-diz-datafolha/>. Acesso em: 6 mar. 2026.

PODER360. **Bolsonaro defende tortura para quem ficar em silêncio em CPI, em maio de 1999**. [S. l.], 4 jan. 2021. 1 vídeo (58 seg.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VRzVMcOdK1I>. Acesso em: 25 ago. 2025.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA. Boletim de Ocorrência n. 1803907/2018. **Delegacia Territorial de Paulo Afonso**, Paulo Afonso, 17 out. 2018.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTAL CIORAN BRASIL. **Coaches mirins desprezam educação**. [S. l.], 19 jan. 2025.

Disponível em: <https://portalcioranbr.wordpress.com/2025/01/19/coaches-mirins-desprezam-educacao/>. Acesso em: 23 jan. 2025.

PREFEITURA DE GLÓRIA. Prefeita Ena Vilma visita tribos indígenas nas comunidades Baixa das Pedras e Quixaba. **Glória**, 20 abr. 2016. Disponível em: <https://www.gloria.ba.gov.br/read/394/prefeita-ena-vilma-visita-tribos-indigenas-nas-comunidades-baixa-das-pedras-e-quixaba>. Acesso em: 6 mar. 2026.

RALEJO, Adriana; MELLO, Rafaela; AMORIM, Mariana. BNCC e ensino de história: horizontes possíveis. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, p. 1-19, 2021.

RAMOS, Jairo Eduardo G. Freitas. **Traços autoritários e persuasivos em discursos enunciados pelas forças armadas**: ordem do dia. 2023. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto

Alegre, 2023. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10880>. Acesso em: 17 mar. 2026.

REIS, José Carlos. O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 6, n. 2, p. 4–26, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28973>. Acesso em: 3 mar. 2026.

REYES GÁMEZ, Roberto Eduardo. La memoria histórica y su función reparadora. **Negonotas Docentes**, [S. l.], n. 11, p. 27–38, 2018. DOI: 10.52143/2346-1357.403. Disponível em: <https://revistas.cun.edu.co/index.php/negonotas/article/view/403>. Acesso em: 23 mar. 2026.

RIBEIRO, Pedro H. A. et al. O negacionismo na oposição de Jair Bolsonaro à Comissão Nacional da Verdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 36, n. 106, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/CZWVW6TYjyzGpPnYG9Nnyfr/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2025.

ROCHA, Helenice Aparecida Bueno. A escrita como condição para o ensino e a aprendizagem de história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 60, p. 121-142, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/km9SNqt6YffZYTdvgfKfYJJ/?lang=pt>. Acesso em: 17 mar. 2026.

ROCHA, Simone; GOMES, José Leonardo. Memória e Ditadura: como ‘Ainda estou aqui’ ajuda a não esquecer um dos períodos mais sombrios do país. **Observatório da Imprensa**, [s. l.], 23 jan. 2024. Liberdade de Expressão; Ditadura Militar. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/liberdade-de-expressao/ditadura-militar/memoria-e-ditadura-como-ainda-estou-aqui-ajuda-a-nao-esquecer-um-dos-periodos-mais-sombrios-do-pais/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

RODRIGUES, Juliano. Campus Sertão da Ufal, em Delmiro Gouveia, segue ocupado há mais de um mês. **Correio Notícia: Portão de Notícias do Sertão**, Delmiro Gouveia, 28 nov. 2016. Disponível em: <https://correionoticia.com.br/noticia/cidades/campus-sertao-da-ufal-em-delmiro-gouveia-segue-ocupado-ha-mais-de-um-mes/31/15443>. Acesso em: 12 ago. 2025.

RODRIGUES, Juliano. Estudantes ocupam Ufal Campus do Sertão em Delmiro Gouveia contra a PEC 241. **Correio Notícia: Portão de Notícias do Sertão**, Delmiro Gouveia, 20 nov. 2016. Disponível em: <https://correionoticia.com.br/noticia/cidades/estudantes-ocupam-ufal-campus-do-sertao-em-delmiro-gouveia-contra-a-pec-241/31/15201>. Acesso em: 12 ago. 2025.

ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína Martins. Revisionismo e negacionismo: controvérsias. **História, histórias**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 9-16, 2021. DOI: <https://doi.org/10.26512/hh.v9i17.38241>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/38241>. Acesso em: 19 fev. 2026.

RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem Histórica: Fundamentos e Paradigmas**. Tradução de Bruno Cava. Rio de Janeiro: W.A. Editores, 2012.

RÜSEN, Jörn. **Cultura Histórica: Uma Perspectiva Meta-Teórica**. In: VILARDAGA, J **Os usos do passado: cultura histórica e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2014. C. (Org.). p. 1-20.

RÜSEN, Jörn. **História viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: UnB, 2010.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UNB, 2001.

SALES JACQUES, J. Potencialidades dos REA no ensino-aprendizagem mediado por tecnologias em rede. **EaD em Foco**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2017. DOI: 10.18264/eadf.v7i1.551. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/551>. Acesso em: 23 ago. 2025.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos; NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. O ensino de Estudos Sociais no Brasil: da intenção à obrigatoriedade (1930-1970). **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 53, p. 145-178, jan./jun. 2015.

SANTOS, Cléber Diego S. **O Novo Ensino Médio e o ensino de história: experiências, desafios e possibilidades**. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Pará (UFPA), Ananindeua, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/items/b63634ce-9347-4f98-b54d-6da065429d22>. Acesso em: 21 mar. 2026.

SANTOS, D. L.S, **Caderno Didático de Métodos e Técnicas de Pesquisa em História**. Finalidade: Material Didático para uso de estudantes de História – licenciatura. UAB/UNIMONTES/MG. 2010.

SANTOS, Vitor. **A nova direita e a ditadura militar no Brasil: um estudo a partir da produtora Brasil Paralelo (2016-2022)**. São Catarina: UFSC, 2024 0- Dissertação de mestrado – disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/261247>. Acesso em: 17 mar. 2026.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. 2 v. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1994.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. 3. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 2000. 262 p.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. História do ensino de história no Brasil: uma proposta de periodização. **Revista História da Educação – RHE**, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 73-91, maio/ago. 2012.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. A “boa memória”: algumas questões sobre o revisionismo na historiografia brasileira contemporânea. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi (Org.). **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 63-80.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias Figueirôa de. “Essa é a tarefa das nossas vidas, não podemos ter nenhuma dúvida disso”: entrevista com Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Júnior. **Revista Nordestina de História do Brasil**, Cachoeira, v. 1, n. 2, jan./jun. 2019.

SILVA, Daniel Pinha. Ampliação e veto ao debate público na escola: História Pública, ensino de História e o projeto “Escola sem Partido”. **Transversos**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, 2016. DOI: <https://doi.org/10.12957/transversos.2016.24943>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/transversos/article/view/24943>. Acesso em: 17 mar. 2026.

SILVA, Daniel Pinha. O lugar do tempo presente na aula de história: limites e possibilidades. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 99–129, 2017. DOI: 10.5965/2175180309202017099. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017099>. Acesso em: 6 mar. 2026.

SILVA, Denise de Lira. **Ensino De História, cinema e representações de mulheres do agreste**: sequências didáticas para o ensino médio, Escola Estadual Professor José Quintella Cavalcanti, Arapiraca, Alagoas. Dissertação (Mestrado Profissional em História), Universidade Federal de Sergipe, UFS, São Cristóvão, SE, 2025.

SILVA, João Victor dos Santos. **O povo versus a “Besta-Fera”**: o Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco – PE/BA – na organização do movimento dos trabalhadores ribeirinhos atingidos pela barragem de Itaparica – BA/PE – (1976-1986). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à RedeTV!**. [Entrevista cedida a] Kennedy Alencar. Brasília: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, 27 fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/entrevistas/entrevista-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-a-redetv>. Acesso em: 09 set. 2025.

SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir Edson. Pedagogia da comunicação e Recursos Educativos Abertos (REA): desafios da formação docente na cultura digital. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 8, n. 15, p. 140-151, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/242/245>. Acesso em: 7 mar. 2026.

SOUZA, Carlos. “Ainda Estou Aqui”: O filme que nos faz lembrar a ditadura e a importância da memória. **Nexo Jornal**. São Paulo, 17 jan. 2024. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ainda-estou-aqui-ditadura-memoria>. Acesso em: 15 ago. 2025.

THIOLLENT, José. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 134 p.

TODA MATÉRIA. **Região Nordeste**. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/regiao-nordeste/>. Acesso em: 27 mar. 2026.

TV BRASIL. 1964: **Memórias que resistem | Caminhos da Reportagem**. [S. l.], 1 abr. 2024. 1 vídeo (25 min 28 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WDBJDC09UrM>. Acesso em: 10 set. 2025.

VALLE, G. P.; MORENO, J. C. A ditadura militar e os desafios do ensino de história no tempo presente: disputas de narrativas, mídias sociais e negacionismos. *Aedos*, Porto Alegre, v. 15, n. 34, p. 44-61, jul.–dez., 2023.

VIANA, Iêda. O ensino de História na Ditadura Civil-Militar com a institucionalização dos Estudos Sociais. **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 21.1, p. 9 – 30, 2014.

ZANI, Gabriel Silva Ramos. **O negacionismo histórico sobre o Regime Militar nas redes sociais**. 86 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.